

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

TAMBOA

ENTRE A VILA E A MINA

VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM ITABIRA

 CAPES

 EXPERT
EDITORA MINAS

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

Este trabalho de Lucas Nasser Marques de Souza desnuda as violações de direitos a partir de uma dualidade entre o extrativismo predatório e o bem-estar das comunidades afetadas por esses empreendimentos.

O autor retrata com apuro o confronto entre a mineração para atender a uma cadeia global e seus efeitos deletérios sobre as cidades e populações que já possuíam uma identidade anterior moldada a partir de inumeráveis anos de vivência e convivência.

Apesar de seu conteúdo denso, o livro apresenta uma linguagem clara e uma exposição de dados da pesquisa que estimulam o leitor pela busca de dimensões e narrativas sobre a mineração que tem silenciado os costumes e hábitos tradicionais das comunidades afetadas por essa atividade. Leitura indispensável e fundamental para compreender os processos e as afetações dessa atividade e do território itabirano.

Professra Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ISBN 978-65-89904-29-8



9 786589 904298 >



EXPERT
EDITORA DIGITAL

Direção editorial: Luciana de Castro Bastos
Ilustrações: Manu Lima
Diagramação e Capa: Daniel Carvalho e Igor Carvalho
Revisão: Do autor

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.



Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. <https://br.creativecommons.org/>
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Souza, Lucas Nasser Marques de

Entre a vila e a mina violações de direitos em Itabira / Lucas Nasser Marques de Souza. —
Editora Expert - Belo Horizonte - 2021

1. Direito de mineração . 2 Direito. 3. Itabira I. Título.

ISBN: 978-65-89904-29-8

CDD: 342.1248

Este livro foi selecionado para publicação pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG com recursos do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES.

Pedidos dessa obra:

experteditora.com.br
contato@editoraexpert.com.br





Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini

Professora Associada IV e membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG.

Dr. Eduardo Goulart Pimenta

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMG e PUC/MG

Dr. Rodrigo Almeida Magalhães

Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG e PUC/MG

Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca

Professor Titular da Faculdade de Direito da UFMG

Dr. Marcelo Andrade Féres

Professor Associado da Faculdade de Direito da UFMG

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

ENTRE A VILA
E A MINA
VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM ITABIRA

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte
2021

À Memória do meu amado pai Perpétuo.

AGRADECIMENTOS

Talvez a caminhada seja tão ou mais significativa que a chegada. Às vezes tomado pela ansiedade imediatista de estar logo no destino, perdemos - e nos perdemos -, a estrada. Para além de um ritual de expressar reconhecimento para as pessoas que compartilharam a caminhada conosco, desejo manifestar minha profunda gratidão por todas que me possibilitaram chegar até aqui, nessa perpétua e incompleta andança. Parafraseando o rap do Djonga, “é sobre resgaste/pra que não haja mais resquício/ na sua mente que te faça esquecer/ que você é o dono do agora/ mas, o antes é mais importante que isso”. Começo então agradecendo, saudando e pedindo bênção aos mais velhos, em especial minha avó Margarida, por toda ternura e sabedoria compartilhada nessas vivências. Ao meu amado pai José Perpétuo por todo amor, inspiração, trocas e ensinamentos. À minha amada mãe Marciane por todo afeto, cuidado e força desses anos. Ao meu admirado irmão Fillipe pela partilha da trajetória que testemunhamos e vivenciamos juntos. À Graci que nos incorporou mais doçura. Ao Caetano por ressurgir toda ternura e afeto em nossa família. À Carol por todo compartilhamento de amor, vida, sonhos e afetos que foram cruciais para concluir esse ciclo.

De igual modo sou imensamente grato e gostaria de saudar a toda grande família Marques e aos meus conterrâneos que tiveram papel fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa e em outros aprendizados da vida, Juvenal, Alex, Thiago, Daniel, Maurício, Pedrinho, Guidinha, Marli, Vera, e todos os Marques. Ao Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e região pela bravura, intrepidez e combatividade, agradeço em especial ao professor Léo por todo suporte e amizade.

À Professora Miracy que topou esse projeto ousado e teve a coragem de aceitar a orientação. Muito agradecido pelo cuidado no en-

sino, pela escuta amiga, pela confiança e pelo exemplo de resiliência que inspirou e inspira gerações de pesquisadores.

Aos Programas Pólos de Cidadania e Cidade e Alteridade, que tiveram um valor inestimável em minha formação acadêmica e cidadã. São as demonstrações que a universidade pode e deve ultrapassar seus muros, compartilhar os saberes e vivências.

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais leve e possível, Zé, Lucas, Rodrigo, João, Daniel, Ana.

Ao professor Pedro Nicoli e as amigas Thaisa e Bárbara pelas trocas em sala de aula durante o estágio docente.

À Professora Maria Tereza Fonseca Dias pelos ensinamentos com pesquisa, escuta qualificada e suporte sempre que preciso.

Ao Professor José Luiz Quadros Magalhães pelas surpreendentes reflexões.

À Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG, pela resistência hercúlea aos desmontes dos nossos direitos.

PREFÁCIO

Neste importante e atual livro de Lucas Nasser Marques de Souza, encontramos reflexões e informações essenciais para enfrentarmos um tema urgente: a mineração nessas Minas Gerais, o terrorismo empresarial com a sistemática violação dos direitos fundamentais em claro constrangimento moral, violência moral e grave afetação física com a destruição da cidade, de sua história, poluição do ar e destruição ambiental. Por que manter isto?

Como um mantra maldito, empresários e políticos (financiados por esses empresários), repetem à exaustão a “necessidade de crescimento” e desenvolvimento, palavras modernas que sustentam o caminhar em direção à crise final da civilização humana neste planeta.

Os argumentos desenvolvidos nos incontáveis processos judiciais que tentam a “justiça”, se repetem nos textos de advogados contratados a “peso de ouro” pela “empresa”, convencendo juízes presos às ideias ultrapassadas de um “direito” que não mais responde a urgência do tempo presente. Quase todos (nos poderes) se dizem convencidos pela velha e insuportável repetição de palavras como “geração de riqueza” (pra quem?), empregos (precários e adoecidos), crescimento (para onde) e desenvolvimento (pra que?).

A velha e perversa modernidade capitalista, nos seus últimos suspiros, insiste em nos levar, todos nós, para o buraco cavado pela ganância, egoísmo, lucro, alienação, insensibilidade, gerada pela velocidade da sociedade desenvolvimentista.

No livro, Lucas Nasser dialoga com um marco teórico fundamental para revelar o delírio contemporâneo: a decolonialidade não é apenas uma teoria, é uma teoria que desoculta incontáveis outras teorias, práticas, percepções, cosmovisões, epistemologias. Não pensem que a decolonialidade é apenas uma perspectiva em meio a outras, é, ao contrário, um pensamento que revela e permite o diálogo entre todos os pensamentos, filosofias, percepções. Esta compreensão é fundamental para evitar um binarismo equivocado, proposital, marca da violência colonial.

O pensamento decolonial nos permite descobrir outras formas de viver com a natureza e de compreender a vida. Importantes decisões judiciais em países como Bolívia, Equador e Colômbia, começam a incorporar o direito da natureza biocêntrico ou ecocêntrico, para além do direito ambiental antropocêntrico e desenvolvimentista.

Impressiona como, em meio a uma crise sem precedentes, que pode levar em pouco tempo a extinção da vida humana, pessoas, empresários, advogados, juízes, políticos, continuam como zumbis, defendendo e promovendo o crescimento, o desenvolvimento econômico com bases capitalistas (individualista, competitivo e egoísta), como mera reprodução do presente, quantitativamente maior no futuro: mais carros, mais consumo, mais velocidade, mais produção, mais, mais, mais....

O livro nos mostra, e com isso causa indignação, como que, com a insustentável justificativa moderna de desenvolvimento e riqueza (material para poucos), são praticados atos de terrorismo contra a população da cidade de Itabira, um exemplo do que ocorre pelo mundo afora. O conceito de terrorismo empresarial é muito importante e de fácil compreensão. A palavra terror, como política de um poder, é utilizada durante a revolução francesa, quando o poder instalado interrompia vidas, sem processo, sem razão, sem explicação. Qualquer um poderia ser vítima do “poder” instalado, mesmo todos aqueles que nada faziam contra o poder. Aí está um ponto essencial do “terror”. Qualquer pessoa pode ser afetada, em qualquer momento. A geração permanente do medo, por meio de uma presença que pode, a qualquer momento destruir sua vida. Essa ideia está presente de forma crescente na vida das pessoas: você pode estar em sua casa, com sua família quando a polícia invade sua comunidade (terror policial diário contra os pobres); você pode estar em sua casa com as pessoas que você ama quando uma empresa que lucra bilhões te rouba sua história, sua casa, as pessoas que você ama. Sim, você pode estar na sua casa tranquilo quando o poder público, em nome do dinheiro (desenvolvimento), acaba com seu bairro, sua história, sua vida, para permitir o crescimento e desenvolvimento de uma empresa.

Não é difícil compreender os crimes centenários em nome do “crescimento”. O sistema mundo moderno encontra agora seu fim. Acabou. É insustentável do ponto de vista ambiental, social, ético, moral, entretanto, todos continuam, com convicção, pulando no abismo.

Uma questão importante se impõe neste momento. Precisamos urgente, de uma sociedade do envolvimento. O desenvolvimento exige velocidade, transformação permanente. Velocidade é violência. Na velocidade não há tempo para reflexão, não há tempo para aprender, sentir. Nesta sociedade do desenvolvimento não há tempo. Logo vemos todos correndo, acelerando, sem perceber que correm acelerando em direção ao nada. Seja a extinção da vida humana, material, biológica, seja para o completo vazio da vida sem nenhum sentido, em busca de poder e dinheiro.

Sugiro que o leitor desacelere, se envolva com esta leitura, aproveite o ritual da leitura como uma ajuda para parar um pouco, pensar, refletir, compreender, sentir. Na velocidade não há aprendizado e a sensibilidade desaparece. Estamos vivo neste mundo zumbi, de repetição de gestos cada vez mais delirantes.

José Luiz Quadros de Magalhães

PREFÁCIO

Pensar os impactos socioambientais da mineração, o exercício de direitos e como comunidades afetadas por remoções forçadas podem fazer face aos empreendimentos minerários são os desafios centrais dos quais parte Lucas Nasser para a construção do trabalho “Entre a vila e a mina: violações de direitos em Itabira”, que chega em boa hora ao público leitor.

O momento é deveras propício, pois com a percepção de que a produção mineral é mera *commodity* recrudescer a narrativa de que o meio ambiente e a atividade econômica do extrativismo - em que pese serem atividades antagônicas e comumente conflituosas - acabam se abrigoando conceitualmente no consenso da “sustentabilidade”, termo que se encontra, por exemplo, previsto no Estatuto da Cidade (art. 2º, inciso VII, da Lei nº 10.257/2001).

O trabalho de Lucas Nasser, para além desta clássica dicotomia e de respostas facilmente consensuadas, tratou o extrativismo a partir do pensamento decolonial, o que lhe possibilitou produzir análise crítica acerca desta atividade. A lente da teoria decolonial permitiu revelar que a atividade extrativista altera o ambiente em que atua em várias dimensões, quais sejam, cultural, humana, política, de poder, entre outras.

Contudo, as reformulações conceituais apresentadas não se mostraram como um fim em si mesmo, pois a investigação desenvolvida buscou analisar o neoextrativismo na realidade fenomênica, para compreender como tem se dado a violação e a luta por direitos no Município de Itabira, Minas Gerais.

A escolha do local do estudo de caso foi bastante pertinente, vez que permitiu que o trabalho se constituísse a partir de aportes metodológicos ainda incipientes no campo da ciência do direito, para contextualizar as situações, experiências e vivências de violações de direitos das Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) e da Vila Paciência. As fontes de pesquisa foram múltiplas: dados, entrevistas com moradores, fotos, observação participante e informações resultantes

de uma certa “imersão antropológica”, considerando ser o autor também itabirano, assim como as atividades que foram descritas e que ocorreram (ou ocorrem) nas vilas investigadas.

Com base nesse farto material coletado e esmiuçado, o trabalho demonstrou que as principais violações de direitos causadas pelos empreendimentos minerários na cidade decorreram de remoções forçadas, desde os anos 1970 até os dias atuais, sob diferentes justificativas econômicas e locacionais. Tais remoções, por sua vez, geraram, como antíteses, terrenos de resistências, lutas e disputas de sentidos e modos de vida, para o exercício de direitos, notadamente aqueles que visam assegurar a existência digna das comunidades envolvidas.

O trabalho revela que é necessário repensar a atividade minerária também a partir dos “afetados” e que ainda considere as necessidades das pessoas e seus modos de vida. Restou ainda demonstrado que o controle social ainda está distante da atividade de extrativismo mineral, porém o estudo evidenciou que ele deve ser considerado, em cada território, para os desafios e alternativas plurais de cada contexto histórico, político e econômico, sem que apenas essa última dimensão seja considerada neste tipo de empreendimento.

Há esperança de que participação social torne-se efetiva realidade, considerando as experiências vividas em Itabira – ricamente descritas no trabalho - e nos recentes episódios dos desastrosos rompimentos de barragens, ocorridos em Mariana e Brumadinho.

Belo Horizonte, julho de 2021.

Maria Tereza Fonseca Dias

Professora Associada do Departamento de Direito
Público da Faculdade de Direito da UFMG.

NOTA INTRODUTÓRIA

O livro que você acaba de iniciar a leitura é fruto dos resultados da pesquisa de mestrado em Direito que realizei na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin em 2019. Apesar de se materializar como um produto de pesquisa individualizado, essa obra foi construída a partir diálogos, reflexões e confluências da área de estudo “As Relações na Cidade, a Alteridade, o Usufruto Equitativo e o Meio Ambiente” da linha de pesquisa “Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito: fundamentação, participação e efetividade” do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG; assim como do Programa de Pesquisa Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana, Programa Pólos de Cidadania e também de outros dois projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal que têm atuação na temática da mineração, a saber: Projeto Manuelzão e GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais.

Itabira possui uma relação longínqua e profunda com os extrativismos, ao ponto de ser estigmatizada de “Cidade do Ferro”. Será que a cidade foi invadida pela mineração? O presente estudo desenvolve reflexões sobre os extrativismos e as violações de direitos que essa atividade promove nos territórios. Através dos pensamentos decolonial tentamos romper com a histórica única, em diálogo com direito à cidade analisamos os extrativismos em Itabira-MG e os seus “efeitos derrame”, haja vista que se complementam nas análises dos aspectos local e global. Apresentamos os resultados da pesquisa de dois casos dessas violações de direitos, que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como “Explosivo” e Vila Paciência. Em seguida, apresentamos outra forma de realização de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidencia-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo tempo. Por fim, expusemos a materialidade das

insubmissões do povo itabirano através de ações que organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamentos aos extrativismos predatórios na cidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais ANM - Agência Nacional de Mineração
BM	Banco Mundial
CALES	Centro Latino Americano de Ecologia Social CEB- Comunidades Eclesiais de Base
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CI- Consumo Intermediário
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce FAO - Food and Agriculture Organization FJP - Fundação João Pinheiro
FIP	Fundação Israel Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional FSM - Fórum Social Mundial
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
PAEBM	Plano de Emergência de Barragens de Mineração
PIB	Produto Interno Bruto
SGMB	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
SPHC/PMI	Secretária de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabira, Prefeitura Municipal de Itabira
VBP	Valor Bruto de Produção
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZAS	Zona de Autossalvamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO 1

Um olhar sobre o extrativismo a partir do pensamento decolonial.. 24

1.1 Descolonizando o pensamento	26
1.2 Extrativismo econômico, neoextrativismo e o mercado financeiro	37
1.2.1 Diálogo do extrativismo econômico com a teoria marxista da dependência	39
1.2.2 Extrativismos econômico e o “consenso de <i>commodities</i> ”	42
1.2.3 Renovação da dependência e commodities	46
1.3 Local e Global: Efeitos derrames dos neoextrativismos	53

CAPÍTULO 2

A cidade do ferro ou cidade de ferro? 57

2.1 Da pedra reluzente ao Pico do Cauê	61
2.2 A Vale e a Máquina do Mundo	71
2.3 As remoções forçadas: os casos das Vilas Explosivo e Paciência .	83
2.2.3 Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo)	88
2.2.4 Vila Paciência	102

CAPÍTULO 3

Quantas lágrimas disfarçamos sem berro? Insubmissões e direito à cidade em Itabira..... 120

3.1 Nem um minuto de silêncio, mas, toda uma vida de luta: terrorismo empresarial de barragens e as resistências em Itabira	122
3.2 Os efeitos derrames no “berço da Vale”	139

CAPÍTULO 4

A terceira margem do rio: Considerações finais 145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
----------------------------------	-----

INTRODUÇÃO



*Que vontade eu tenho de sair Num carro de boi ir por
aí Estrada de terra que
Só me leva, só me leva Nunca mais me traz
Que vontade de não mais voltar Quantas coisas eu vou
conhecer Pés no chão e os olhos vão Procurar, onde foi
Que eu me perdi
Num carro de boi ir por aí Ir numa viagem que só traz
Barro, pedra, pó e nunca mais*

(Cacaso e Maurício Tapajós)

Pairam várias indagações sobre como contextualizar situações, experiências, vivências, introduzir justificativas e motivações para realização da pesquisa, métodos e teorias utilizadas, as principais questões abordadas, enfim, um apanhado que prepare a leitura. Numa tentativa de tecer esse apanhado, faremos uma breve apresentação que não se confunde com uma resenha sobre a pesquisa desenvolvida. O objetivo nesse momento então é tracejar atalhos visando facilitar a contextualização e compreensão do trabalho realizado.

Início então com uma das tarefas que Paulo Freire apresenta como uma das mais importantes da prática educativa, que é a experiência de assumir-se. Assumir-se enquanto sujeito sócio-histórico-cultural do ato de conhecer, assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, num processo de aprendizagem inconcluso. Sendo assim, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca (FREIRE, 1996). Nesse processo social de busca que o autor deste trabalho, sujeito inacabado, se assume: Filho de Itabira, cria de uma família de “batalhadores brasileiros”,¹ que historicamente conviveu e convive com as diferentes afetações da mineração. Meu avô, que trabalhava “na roça”, nativo

¹ Para aprofundamento ver SOUZA,(2010).

do Morro Santo Antônio (atualmente reconhecida como comunidade quilombola), migra-se com minha avó (campesina da região rural itabirana, conhecida como “os gatos”) para Itabira, área do distrito sede, em busca de melhores condições de vida. Passou então a ser “fichado” na Vale como soldador, e tal condição permitiu morar em uma vila operária - Vila Sagrado Coração de Jesus -, aonde criou seus 12 filhos. Conforme será narrado posteriormente, a Vila foi removida pela Vale para expansão da atividade minerária. Cresci escutando de minha mãe as histórias afetuosas do Morro e da Vila. Também escutei inúmeras vezes a justificativa de nossa família ter se mudado de Itabira: padeço de patologia respiratória desde criança, assim como tantos outros itabiranos, e por enfática recomendação médica tivemos de mudar. Há uma gama de estudos e pesquisas² relacionando a poluição atmosférica de Itabira, provocadas pelo extrativismo mineral, com as doenças respiratórias em crianças. Entes queridos e próximos continuam sofrendo a angústia de novos processos de remoções. Itabira nunca foi apenas uma fotografia na parede para nossa família, e sempre nos intrigou as diásporas que o extrativismo mineral provocou e provoca em nossa cidade. Nessa toada, assim como o eu-lírico da poesia de Cacaso e Tapajós, vocalizada no timbre de Milton Nascimento, num carro de boi sai por aí procurando, buscando aonde foi que nos perdemos. No carro de boi, porque esse é o nosso modo de viver e nosso ritmo e tempo de viver, não precisamos de nenhum trem estrangeiro. Embalado nessa curiosidade epistemológica (FREIRE,1995), que veio o desejo e interesse de pesquisar as relações de Itabira com extrativismo, com as violações de direitos provocadas pela mineração – materializadas pelas remoções forçadas – do direito à cidade ao desenvolvimentismo.

Os contatos que obtive com a pesquisa e extensão universitária no Programa Pólos de Cidadania e posteriormente no Programa Cidade e Alteridade, foram fundamentais para aguçar a minha curiosidade epistemológica. O andamento das pesquisas e as vivências cotidianas da extensão em regiões periféricas de Belo Horizonte me fez

2 Cad. Saúde Pública vol.23 suppl.4 Rio de Janeiro 2007, ISSN 1678-4464

associar as relações de similiaridade e diferenças das remoções que acompanhávamos nos programas da universidade com os que escutei e vivenciei em minha história de vida, que me remete a Itabira. Considerando que “as pesquisas são desenvolvidas para a solução de problemas coletivos, nunca de questões individualizadas.” (GUSTIN; DIAS, 2010, p.39) coloca-se no horizonte os conflitos socioambientais que afetam as cidades do estado de Minas Gerais há anos. Dentre eles, distinguem-se os conflitos itabiranos por suas características peculiares. Talvez a mais notável delas seja o fato de que as minas inserem-se em pleno tecido urbano, fazendo com que habitantes tenham uma relação contígua com todos os riscos socioambientais que a atividade mineradora gera.

Os mecanismos de controle ampliado da mineradora restringem a vida dos moradores entre a mina e a vila. A cidade torna-se algo estrangeiro, distante e que não pode ser usufruído e moldado, até mesmo porque, com as reiteradas remoções, perde-se o sentimento de pertencimento a determinada comunidade. Nesse sentido situa-se o direito à cidade na perspectiva Lefebvriana, compreendendo tal conceito como a luta pelo direito a criação e plena fruição do espaço social. O direito à cidade nesse diapasão consistiria no direito de todos os habitantes da cidade de usufruir plenamente da vida urbana, abrangendo todos os serviços e vantagens, tais como o direito à moradia adequada, assim como o poder de participar e decidir os rumos da cidade (FERNANDES, 2007). Agrega-se a essa perspectiva o direito à cidade apresentado em 2006, no Fórum Social Mundial, através da Carta Mundial do Direito à Cidade, conceitua o direito à cidade como:

(...) o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício

do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (Fórum Social Mundial, 2006).

Acrescenta-se no campo teórico os pensamentos descoloniais para refletirmos acerca dos mecanismos de dominação que o extrativismo ainda reproduz nos territórios, que gera “efeitos derrame”. Buscamos realizar, portanto, um diálogo entre o direito à cidade com os pensamentos descoloniais, haja vista que se complementam nas análises dos aspectos local e global.

Outro elemento que torna necessária a pesquisa é a carência de produção acadêmica no campo do direito acerca de tal tema.³ Propomos uma interseção de vários campos dos saberes conexas ao campo do direito, na tentativa de uma produção de teorias estruturadas a partir de uma linguagem comum e teorias convergentes, calcado num paradigma de transcompreensão. Buscamos ir além das “fontes de papel”, e analisando as “fontes personificadas” (GUSTIN; DIAS, 2010). Dessa maneira, foram realizadas entrevistas com moradores de vilas removidas pela expansão da atividade minerária em diferentes épocas e contexto, o que demonstra que não foram ações isoladas embasadas em “interesse público”.

Isto posto, na primeira parte do trabalho abordamos as questões macro a partir das contribuições dos pensamentos descoloniais sobre o extrativismo. Entender esses processos também num contexto global é de suma importância para captar de que forma os modos de produção desta atividade atinge o território itabirano. Em seguida, complexificamos a análise do extrativismo em outras dimensões (epistêmica e ontológica) e as proposições emancipatórias e de coexistência de mundos dos pensamentos descoloniais. Quanto ao extrativismo econômico demonstramos a relação íntima do setor extrativista com o mercado financeiro e suas reverberações, tais como o “consenso de commodity” e a renovação da dependência ou dependência redobrada. Fechamos essa primeira parte apontando a coexistência entre lo-

³ Digno de nota as contribuições valorosas no campo das ciências sociais e geociência (Minayo, 1986, 2004); Ferreira (2015); Souza (2002); Souza (2003).

cal e global nos extrativismos e os seus desdobramentos através dos “efeitos derrames”.

Na segunda parte, entramos no local, no território itabirano. Narramos o início do processo de colonização do território e a sua historiografia oficial, apontamos o crescimento exponencial da atividade extrativista. Também expusemos as apropriações e violações socioambientais que o extrativismo provoca no território. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa de dois casos dessas violações, que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como “Explosivo” e Vila Paciência. A opção por essas duas Vilas se dá pelo aspecto cronológico-histórico, “Explosivo” é uma das primeiras vilas operárias a ser construída e também uma das primeiras a ser removida; a Vila Paciência enfrentou e ainda enfrenta processo de remoções. Ademais, a escolha passa também pelo aspecto qualitativo, análise de uma vila operária e de uma ocupação orgânica da cidade.

Já na terceira parte, apresentamos outra forma de realização de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidenciou-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo tempo, conforme mostramos no capítulo anterior, que ocorrem respectivamente na década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais, e em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Logo depois, demonstramos que esse campo de violações também é um terreno de resistências, lutas e disputas de sentidos e modos de vida. Assim sendo, expusemos a materialidade das insubmissões do povo itabirano através de ações que organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamentos aos extrativismos predatório em Itabira, que durante a pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar. Por fim, partindo do território, do local, demonstramos o reforço da coexistência entre local e global nos extrativismos, através dos apontamentos dos “efeitos

derrames” diversos e multidimensionais, que derramam no território flexibilizações de direitos diversos e acarretam também em processos de desterritorialização.

Por último, nas considerações finais, retomamos o campo teórico descolonial, através do extrativismo, direito à cidade, aliado a dados contemporâneos de Itabira para refutar a “vocação minerária” e o fatalismo do “destino mineral” e promover reflexões sobre transições ou pós-extrativismo no território.

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

I

UM OLHAR SOBRE O EXTRATIVISMO A PARTIR DO
PENSAMENTO DECOLONIAL



O conceito de extrativismo, em parâmetros mais analíticos rígidos, é definido como um complexo próprio de extração e apropriação dos recursos naturais, que são caracterizados por grandes volumes removidos e/ou alta intensidade, no qual maior parte são exportados como matérias primas, sem processo industrial. A avaliação da intensidade é dada a partir dos efeitos diversos da extração, como por exemplo, os impactos ambientais, uso de explosivos, substâncias tóxicas. (GUDYNAS 2015). Acrescenta-se que o conceito de extrativismo é abrangente e plural, não se restringe ao campo da mineração (essa também plural, tendo em vista que abarca desde a pacata extração de ouro de aluvião até modelos faraônicos de extrações a céu aberto), mas, abarca também outros megaempreendimentos como a exploração de petróleo, gás natural e até mesmo a monocultura latifundiária voltada para exportação.

Devido a intensa atividade minerária e exclusividade da empresa estatal na atividade industrial do município de Itabira, alguns autores caracterizaram a referida cidade como uma cidade monointustrial (COSTA, 1979, p.34 e SOUZA, 2003, p.1). No contexto do extrativismo mineral, é importante frisar que não se trata de uma atividade industrial. Ocorre uma confusão conceitual haja vista que as próprias Mineradoras, o Banco Mundial, governos e setores da sociedade denominam a mineração como “indústria extrativa”. Conforme chama atenção (GUDYNAS, 2015) extrativismos não são indústrias, pois não há processos de transformações industriais. Portanto, igualmente equivocadas são expressões como “produção mineira”, posto que não se transforma ou produz, apenas se extrai.

Nesse sentido, trabalharemos a partir das contribuições dos pensamentos decolonial sobre o extrativismo, visto que o modo de extração colonial é uma característica desta atividade na América Latina e no Brasil. Entender esses processos a partir de um contexto global é de suma importância para apreender de que forma os modos de produção desta atividade atinge o território itabirano, este nosso objeto de estudo. Em seguida, será apresentada outras dimensões do extrati-

vismo (epistêmica e ontológica) e as proposições emancipatórias e de coexistência de mudos dos pensamentos decolonial.

Depois será exposto o processo de acumulação por espoliação. Na seara econômica será demonstrada a relação íntima do setor extrativista com o mercado financeiro. O rentismo e a produção de commodities norteiam modelos de desenvolvimento mediados pelos Estados neoliberais, disputando terra, água, minerais, biodiversidade.

Posteriormente, será abordado o “consenso de commodity” e os seus desdobramentos na economia brasileira. Logo após, afinaremos reflexões sobre a teoria da dependência em suas abordagens marxista e descolonial, apontando para a renovação da dependência ou dependência redobrada. Por fim, será apresentada a coexistência entre local e global nos extrativismos e a reverberação dos “efeitos derrames” nesses lugares que coexistem, principalmente o derramamento na economia.

1.1 Descolonizando o pensamento

Além do aporte oferecido por um desenvolvimento conceitual mais adequado à realidade que se observa, o chamado pensamento descolonial também produz uma análise crítica acerca da temática do extrativismo de modo que se torna importante trazer à baila suas contribuições, uma vez que as mesmas expandem ainda mais o conceito e a sua semântica, de modo que entendemos que tal perspectiva possui o condão de mudar de lugar algumas certezas.

No entanto, antes de adentrar nas concepções que o descolonialismo apresenta especificamente sobre o extrativismo, necessário fazer uma breve explanação dessa forma de pensar. Operando a partir do conceito de Colonialidade do Poder,⁵ diversos pensadores ques-

5 Uma das principais formulações realizada por pensadores latino-americanos descoloniais, que aponta para o fato que ainda existe uma hierarquia rígida no mundo entre os diferentes sistemas de conhecimento, que possui suas raízes na experiência colonial européia e, mais precisamente, na idéia de que o colonizador possui uma superioridade étnica e cognitiva sobre o colonizado. Anota-se que as relações de colonialidade não se findaram com a destituição do colonialismo, através dos processos de independência. Um desses pensadores, Quijano, verifica que raça, gênero e trabalho

tionam se superamos, de fato, as antigas hierarquias construídas pelo colonialismo moderno – racial, cultural, epistêmica, religiosa, etc - ou se, ao contrário, estamos presenciando uma reiteração de reorganização pós-moderna de práticas coloniais (CASTRO-GOMEZ, 2006).

O conceito analítico de “colonialidade” se presta, portanto, à designação das relações, de colonialidade nos campos político, social, econômico, cultural, epistemológico, não findaram com o desmantelamento do colonialismo, enquanto um período histórico. Dessa maneira, através da Colonialidade do Poder propagou-se “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSGUEL, 2008, p.126). Apesar de encontrar-se arraigado no imaginário coletivo a ideia de um mundo pós-colonial, o sociólogo porto-riquenho Grosfoguel (2008, p. 126) assevera que esta não passa de um mito, que nos incutiu a crença de que a descolonização do mundo seria realizada através da eliminação das administrações coloniais, das independências político-jurídicas. Dessa maneira, segundo essa narrativa, mudanças no sistema jurídico-político nos últimos 50 anos seriam capazes de desconstruir toda uma estrutura arraigada por 450 anos. Portanto, continuamos a viver com heranças dessa matriz de poder, que é um poder colonial. Com a suposta descolonização jurídico-política migraríamos de um período de “*colonialismo global*” para num período de “*colonialidade global*”.

Ressalta-se ainda que a “Colonialidade do Poder” não se confunde com o colonialismo. O colonialismo trata de uma relação política e econômica, em um período histórico específico, na qual a soberania de um povo é submetida a dominação de outro povo. Já a colonialidade diz respeito a um padrão de poder que emergiu conjuntamente com o colonialismo moderno. Ressalta-se que não se limita a um relacionamento de poder entre dois povos ou nações, ao contrário, refere-se à

possuem centralidade nessa reflexão, pois o capitalismo se organizou em cima disso, presentes no discurso que embasa a modernidade e a colonialidade a partir do século XVI.

maneira como o trabalho, o conhecimento, relações de autoridade e intersubjetivas são encadeadas entre si através do mercado capitalista mundial e da diferença colonial. Nesse mesmo sentido, explana Grosfoguel:

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Sendo assim, a colonialidade se refere a um certo padrão de dominação que a primeira independência não conseguiu extirpar, portanto, necessário uma segunda descolonialização (GROSFOGUEL, 2008). Tal padrão de dominação pode estar dentro das mentes impedindo ousadias conceituais e de método.

Nessa mesma seara, Mignolo, Edgardo Lander e outros membros do projeto de pesquisa “modernidad/colonialidad”(M/C)⁶ alargaram o conceito de colonialidade, passaram a tratar a matriz colonial do poder como uma estrutura complexa de níveis concatenados abrangendo outros controles, a saber (MIGNOLO, 2010):

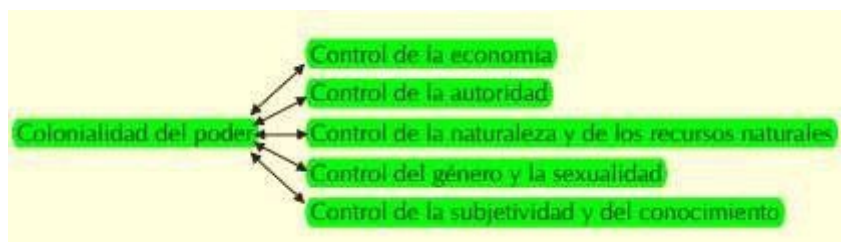


Figura 1: Matriz colonial do poder e sua estrutura de níveis. Fonte: MIGNOLO, 2010, p.12.

Isto posto, um dos desdobramentos desse farto campo de estudos descoloniais é a reflexão sobre os extrativismos. Nesse seguimento, assim como fizeram com a colonialidade do poder, tais estudos acrescentaram dimensões desconhecidas ou pouco exploradas ao extrativismo, amplia-se a semântica do conceito. Grosfoguel (2016) dialogando com outros autores tais como Alberto Acosta, Silvia Rivera Cusicanqui e Leanne Betasamosake Simpson, afirmou a existência para além da faceta econômica do do *extractivismo* (*facilmente perceptível*) de dimensões do *extractivismo epistêmico* e *extractivismo ontológico*.

Nesse diapasão, o autor supracitado defende que os processos de extrativismo econômico não podem ser guiados por um tom economicista e sobrepor aos processos de apropriação epistemológica do processo extrativismo epistêmico e destruição/subalternização humana

⁶ Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. (BALLESTRIN, 2013).

do extrativismo ontológico, ou mesmo serem tratados como equivalentes, processo em uma análise homogeneizante. Muito embora haja uma forte ligação entre eles, são processos heterogêneos com grandezas diferentes. Destaca-se que o elo de ligação entre essas dimensões são as sensibilidades de mundos que são abruptamente alteradas e reduzida em relações verticalmente impostas pelo poder colonial. Desse modo, incorporamos em nossas subjetividades a dinâmica das relações de poder coloniais, nas quais se coisifica e destrói as relações humanas e não humanas, numa toada de dominação. Assentado no antropocentrismo de feição europeia, passa-se a enxergar a realidade circundante – o que obviamente envolve outros seres que, no entanto, não são percebidos como tais, enquanto sujeito – como mero meio para outro fim, em objeto. Pensadores com o olhar descolonial tem apresentado uma perspectiva consonante com essa que fora narrada, alcunharam como colonialidade da natureza. Para Randomsky:

Se a noção geral de colonialidade, antes exposta, foi pensada inicialmente para o poder e para o conhecimento, por meio da colonialidade da natureza se reconhece o quanto natureza e selvageria se tornaram objetos de dominação humana, por um processo de objetificação (separação sujeito-objeto) que coloca o humano em uma esfera distinta e especial (separação natureza- cultura). A colonialidade da natureza inclui tanto a racionalização gerencial do ambiente como a “classificação em uma hierarquia [...] com os não modernos, primitivos e a natureza no patamar mais baixo da escala” (ESCOBAR, 2008, p. 121). Escobar ainda afirma que no mesmo rol de problemas encontramos a subordinação do corpo e da natureza à mente e os produtos da terra compreendidos como gerados somente pela força de trabalho humano (como se a natureza não possuísse uma dinâmica própria), além de outros relacio-

nados ao ambiente e aos diferentes corpos-objetos de dominação (mulheres, negros etc.). Essa tem sido uma noção potente para reflexões e pesquisas relacionadas a conflitos socioambientais ao mostrar, entre várias facetas, o quanto os programas e projetos de desenvolvimento envolvendo atores (empresas, por exemplo) transnacionais atualizam a colonialidade em novos formatos de exploração da natureza em países da África, América Latina, Oceania e Ásia (RADOMSKY, 2018, p.68).

No caso da mineração, é repetida essa coisificação, transformando-se as múltiplas formas de produzir saberes, vivências, assim como as formas de vida humana e não humana em meros objetos de extração e exploração, visando a acumulação de pequenos grupos, independente dos efeitos deletérios que isso possa provocar.

Nesse sentido, conforme aponta Grosfoguel (2016), uma possível saída para enxergar o elo entre essas dimensões é apontar que o “Extratativismo epistêmico” e o “Extratativismo ontológico” são as condições que possibilitam o “Extratativismo econômico”.

Talvez fosse mais apropriado ver o “extrativismo epistêmico” e o “Extratativismo ontológico” como as condições que possibilitam o “extrativismo econômico”. O que todos têm em comum é uma atitude de coisificação e destruição produzida em nossa subjetividade e relações de poder pela civilização “capitalista / patriarcal / ocidentalocêntrica / cristocêntrica moderna / colonial” em face do mundo da vida humana e não humana. A coisificação é o processo de transformar o conhecimento, formas de existência humana, formas de vida não humana e o que existe em nosso ambiente ecológico em “objetos” para instrumentalizar, com o propósito de

extraí-los e explorá-los para seu próprio benefício, não importa as conseqüências destrutivas que tal atividade pode ter em outros seres humanos e não humanos.⁷ (tradução nossa) (GROSFOGUEL, 2016, p.5).

Uma das críticas mais agudas do extrativismo é que a colonialidade reproduz um padrão de dominação que reduz todo caleidoscópio de saberes ancestrais e/ou populares à uma, numa única maneira de conhecer o mundo, que por sua vez, é hegemônica pela racionalidade científico-técnica do Ocidente. Tal racionalidade se decreta como a única episteme válida, e, portanto, é a única capaz de gerar conhecimento válido sobre natureza, economia, sociedade, comportamentos, etc. Talvez ocorra uma miopia para outras formas de produzir conhecimento, de ser, viver e estar no mundo.

Esses modos de pensamentos, e as formas de ser e viver, foram inicialmente desqualificados pela teologia cristã e esta subalternização foi tomando mais corpo durante o Renascimento, se perpetuando por meio de filosofias seculares e ciências no reservatório da modernidade (Grécia, Roma, Renascimento, Ilustração). Se permanecemos nesse prisma da modernidade, permaneceremos acorrentados à ilusão de que não há outro modo de pensar, ser e viver. Esse caminho epistêmico reproduz a lógica da racialização que surgiu no Século XVI, e que possui duas dimensões (ontológica e epistemológica) e um único objetivo: classificar como inferior e fora do domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não seja grego, latim e as seis línguas

7 “Quizás sería más adecuado ver el «extractivismo epistémico» y el «extractivismo ontológico» como las condiciones que hacen posible el «extractivismo económico». Lo que todos tienen en común es una actitud de cosificación y destrucción producida en nuestra subjetividad y en las relaciones de poder por la civilización «capitalista/patriarcal occidentalocéntrica/cristianocéntrica moderna/ colonial» frente al mundo de la vida humana y no-humana. La cosificación es el proceso de transformar los conocimientos, las formas de existencia humana, las formas de vida no-humana y lo que existe en nuestro entorno ecológico en «objetos» por instrumentalizar, con el propósito de extraerlos y explotarlos para beneficio propio sin importar las consecuencias destructivas que dicha actividad pueda tener sobre otros seres humanos y no-humanos.” (Texto original) (GROSFOGUEL, 2016, p.5).

européias modernas para manter o privilégio limitado de instituições, homens e categorias de pensamento europeu. Se o saber ou modo de ser e viver não são adequadas ao pensamento dito “racional” (seja teológico ou secular) passam a ser consideradas como algo que por serem tidas como inferiores, também demarcam inferioridade dos outros seres. (MIGNOLO, 2013).

Nessa concepção de mundo, que é uma fechadura de apenas um segredo, o que está fora desses parâmetros lineares, também está fora do mundo, porque não é dotado de validade. Como se não fosse suficiente desconsiderar e relegar ao lugar de inválido, arcaico, primitivo, entre outros adjetivos, aquilo que é diferente da fórmula desenhada pela racionalidade tecnocientífica do Ocidente, ocorre também uma imposição de conduta para conhecer e viver o mundo, uma vez que o cientificismo produz dogmas que toma contornos de camisa de força.

Como se não bastasse todos os estigmas e imposições supracitadas, o extrativismo epistêmico espolia as ideias das comunidades originárias, sejam científicas ou socioambientais, retirando-as dos contextos em que foram produzidas para despolitizá-las e ressignificá-las pelo viés da lógica ocidental. Logo, o extrativismo tem como finalidade saquear as ideias produzidas pelas comunidades, em determinado contexto socioespacial, para mercantilizá-las e transformá-las em capital econômico ou mesmo para incorporar dentro da academia ocidental, visando ganhar capital simbólico ou legitimidade. (GROSGOUEL, 2016). Essa movimentação do extrativismo de saquear as ideias, retirando de todo o contexto nas quais foram produzidas e transformá-las em capital econômico e/ou simbólico, esvazia também todos os seus sentidos, sobretudo os sentidos políticos. Dessa forma, as ideias e saberes são metamorfoseadas em mercadorias que são apropriadas pelos setores extrativistas.

Importante sublinhar a perversidade dessas práticas. Ao se apropriar das ideias, dos conhecimentos e saberes produzidos pelas comunidades, sem que os povos que os produziram tenham anuído ou mesmo tenham ciência da apropriação (por isso chamamos de saque),

convertem todo esse capital econômico, político e simbólico em proveito de outros grupos. Nesse espírito explana Grosfoguel:⁸

Em ambos os casos, eles são descontextualizados para remover os conteúdos radicais e despolitizá-los com o objetivo de torná-los mais comercializáveis. Na “mentalidade extrativista” busca-se a apropriação do conhecimento tradicional para que as corporações transnacionais processem patentes privadas ou que acadêmicos de universidades ocidentalizadas simulem ter produzido idéias “originais” como se tivessem os “direitos autorais” da ideia. Nessa pilhagem e saque epistemológico, o aparato econômico ocidental / acadêmico / político / militar / imperial e seus governos fantoches do Terceiro Mundo liderados pelas elites ocidentalizadas são cúmplices.

Na “mentalidade extrativista”, todo objeto, tecnologia ou idéia produzida pelas culturas indígenas que lhes é útil é extraído e assimilado à cultura

8 “En ambos casos, se los descontextualiza para quitarles contenidos radicales y despolitizarlos con el propósito de hacerlos más mercadeables. En la «mentalidad extractivista» se busca la apropiación de los conocimientos tradicionales para que las corporaciones transnacionales tramiten patentes privadas o para que los académicos de las universidades ocidentalizadas simulen haber producido ideas «originales» como si tuvieran los «copyrights» de la idea. En este pillaje y saqueo epistemológico son cómplices la maquinaria económica/académica/política/militar imperial de Occidente y sus gobiernos títeres del tercer mundo dirigidos por las elites ocidentalizadas. (...) En la «mentalidad extractivista» todo objeto, tecnología o idea producida por las culturas indígenas que les sea útil es extraída y asimilada a las cultura de los colonizadores sin tomar en cuenta a los pueblos que produjeron dichos conocimientos. El saqueo se hace excluyendo de los circuitos de capital simbólico y económico a los pueblos productores de esos «objetos», tecnologías o conocimientos. De esa manera, se les extraen ideas, «objetos» y tecnologías para que otros se beneficien dejando a estos pueblos en la miseria absoluta. Además de ser pueblos expoliados de sus recursos y destruidos en su medio ambiente por el «extractivismo económico», son igualmente expoliados de sus conocimientos y tecnologías por el «extractivismo epistémico.» (Texto original) (Grosfoguel, 2016, p.133).

dos colonizadores, sem levar em conta os povos que produziram esse conhecimento. O saque é feito excluindo-se dos circuitos do capital simbólico e econômico os povos que produzem esses “objetos”, tecnologias ou conhecimento. Desta forma, idéias, “objetos” e tecnologias são extraídos para que outros se beneficiem, deixando essas pessoas em absoluta miséria. Além de serem pessoas desprovidas de seus recursos e destruídas em seu ambiente pelo “extrativismo econômico”, também são roubadas de seus conhecimentos e tecnologias pelo “extrativismo epistêmico”. (tradução nossa) (GROSGUEL, 2016, p.133).

Portanto, o extrativismo se avulta e expressa enquanto uma forma de ser e estar no mundo, a partir da qual se apropria das demais formas sem consentimento e sem qualquer preocupação com os impactos que possa gerar nas vidas dos outros seres. Estabelece-se uma relação ausente de alteridade e pautada apenas pela extração. Ressalta-se o caráter violento da extração, que é arrancar algo do lugar que está mediante força. No contexto que estamos debatendo é um saque das riquezas, trabalho, dos saberes dos povos considerados racialmente inferiores para proveito de uma pequena elite que se considera racialmente superior. Essa prática violadora de direitos, que reproduz uma forma de ser e estar no mundo é uma constante das sociedades que possui uma extensa história de dominação, imperialismo, colonialismo, capitalismo, patriarcado. A constante é alimentada porque tais sociedades vivem de espoliar, saquear e destruir as demais formas de vida. Além disso, foram constituídas fundamentadas em “conquistas” de outros povos e destruição de outros seres. Nos dizeres do autor (2016, p.138) a lógica da atitude do extrativismo ontológico é “enquanto beneficie a mim, não me importa as consequências sobre os outros seres (humanos e não humanos)”. Logo, é intrínseco desse modelo capitalista extrativista ter como baliza operativa de sua lógica predatória

as formas de vida ocidentais em detrimento das demais e aniquilar todas as outras formas de vida que expressam diferenças.

Operando a partir de uma razão instrumental,⁹ promovem a destruição para o progresso, calcados no antropocentrismo, consideram os seres humanos como algo alheio a ecologia. Caem num buraco negro da ganância e anestesiados por esse desejo desenfreado da acumulação não escutam os saberes das comunidades ancestrais que avisam que ao destruir o todo, destroem a si mesmos, impossibilitando outras formas de vidas futuras.

Isto posto, colocam-se os pensamentos decolonial não como panaceia para as questões apresentadas ao longo deste trabalho, mas, como um instrumento teórico que, ao recorrer a saberes outros invisibilizados ao longo da história, nos apresenta a possibilidade de coalizações epistêmicas e coexistências de modo ser e viver. São vocalizados saberes que nunca são (nem podem ser) totalizantes. Quijano (1990, 1992) propõe uma desobediência epistêmica em “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad” visando romper com a hegemonia da imposição interna de conceitos modernos eurocentrado, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Importante negritar que não é uma proposta de esgotar e superar os limites do Marxismo, do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt. Enfim, não se trata de “deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida” (MIGNOLO, 2008, p.288). A opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quer dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta.

⁹ Razão instrumental é a racionalidade predominante nos países saxões, se autodefine moderna, em oposição a razão histórica. Fundamenta-se na necessidade de se construir uma sociedade racional pela relação entre os fins e os meios. Postula o racional como sendo o útil, e a utilidade é significada pela perspectiva dominante, o poder, como produtividade e eficiência dos meios para os fins impostos pelo capital e pelo império. (QUIJANO, 1988, p.16-24). Tradução nossa.

Importante elucidar que não consiste em um novo modelo de pretensão universalizante, que se colocaria como válido e verdadeiro, pois supera os demais previamente existentes; ao contrário, ao propor uma desobediência epistêmica, o que se coloca é alterar o vetor que privilegia o princípio de destruição da vida para o princípio de respeito a todas formas de vida. Além disso, acrescenta-se o princípio da correspondência, defendido por Nina Pacari, que consiste no compartilhar de responsabilidades e a reciprocidade profunda como forma de ser e estar no mundo, são as alternativas que os pensamentos e sensibilidades descoloniais propõem. Entendendo por reciprocidade profunda como a troca justa nas relações entre seres humanos e não humanos (GROSFUGUEL, 2016). Portanto, desobediência epistêmica diz respeito a possibilitar iniciativas que inovam nas formas de conhecer os mundos, sendo contestatórias, mas simultaneamente propositivas e criativas.

1.2 Extrativismo econômico, neoextrativismo e o mercado financeiro

Cabe agora reafirmar a ideia anteriormente aludida de que o “extrativismo epistêmico” e o “extrativismo ontológico” são as condições que possibilitam o “extrativismo econômico”, e que os pensamentos descoloniais não pretendem deslegitimar as ideias críticas européias ou as ideias pós-coloniais, mas, possibilitar co-existência e pluralidade epistemológica, para podermos nos debruçar nessa última categoria do extrativismo. Tendo por base a proposta de desobediência epistêmica. trabalhamos um debate sobre o contexto das *commodities* e como estas são uma faceta de uma dinâmica de acumulação que reproduz o mecanismo da economia dependente. Vamos desdobrar a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista. Para tanto, detalhamos alguns conceitos como de dependência, estratégia econômicas e dinâmicas de acumulação, pontuando as estratégias nacionais como o chamado neodesenvolvimentismo brasileiro. Ressalta-se a correlação

dos processos de acumulação por espoliação que se apropria de terras, de territórios, das produções camponesas e de agricultura familiar, de culturas e outros saberes, dos recursos minerais, transformando tudo em *commodities*, um processo predatório que mercantiliza tudo.

A leitura da conjuntura econômica, política e social facilita a compreensão nesse campo. No cenário macroeconômico da América Latina, na década de 90 e início dos anos 2000, com a franca expansão do setor extrativista nos territórios, ocorreu um processo que alguns economistas classificam como a reprimarização da economia, que se define pela prioridade da exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado (ZHOURI, 2016). Destaco o enlace das exportações de *commodities*, o processo de reprimarização, e os programas neodesenvolvimentistas¹⁰ que emergiram no início do século XXI em vários países latino-americanos. Calçados num forte ajuste fiscal para atingir metas cada vez mais altas de superávit primário, aliado aos elevados índices de crescimento da China e sua pantagruélica demanda por *commodities* (sobretudo minério e petróleo), que são obtidas através dos processos neoextrativistas. Todavia, tiveram impacto positivo, em termos numéricos, e acumularam os excedentes para as economias latino-americanas nesse período. Prova disso é o índice geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) que apontou crescimento de 326% no preço das *commodities* entre dezembro de 2001 e abril de 2011.

O ciclo das *commodities* expandiu diversas economias latino-americanas, bem como, no momento de ajuste, estas mesmas economias entraram em uma crise depressiva, das quais ainda não saíram. Neste processo, os setores mais dinâmicos de acumulação, gerando crescimento econômico, foram aqueles ligados exportação extrativista. Grandes empresas brasileiras da área como a Vale do Rio Doce não

10 O termo faz referência ao projeto nacional-desenvolvimentista dos anos 50, nos moldes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que implantou um modelo econômico baseado no Estado planejado para apoiar o setor privado, com participação do capital estrangeiro, o que veio a gerar a crise da dívida nos anos 80. Hoje, o papel do Estado mantém a função de transferir mais-valia social para o setor privado, principalmente através da expansão do agronegócio e de projetos energéticos e de infra-estrutura, centrados no controle da terra, água e minério.

apenas cresceram e se valorizaram, como inflaram os setores econômicos vinculados a exportação de *commodities*, como mineração, agropecuária, petróleo, entre outros. Fomentou-se um ciclo de acumulação que foi estimulado pelo crescimento da renda da terra, dado por uma demanda crescente dos produtos ligados ao monopólio de um meio de produção, não reproduzível como é a terra.

Esse processo alavancou setores extrativistas, expandindo nas franjas deste processo a exploração por espoliação. Nessa linha: 1) houve um reforço da dependência em setores monopólicos que não geram um desenvolvimento integrado e consistente; 2) com a queda dos preços das *commodities*, vinculado a especulação dos preços, há desertificação econômica e aumento do desemprego, pois o modelo estava vinculado a volatilidade de setores que não geram desenvolvimento produtivo nacional.

1.2.1 Diálogo do extrativismo econômico com a teoria marxista da dependência

Início então com a percepção de Engels na obra *Socialismo Jurídico*. Segundo o referido autor, relegar os fatos apenas ao campo jurídico “terreno do direito” não possibilitava eliminar as calamidades criadas pelo modo de produção burguês-capitalista, especialmente pela grande indústria moderna.¹¹ Dessa maneira, ao pensar nas calamidades criadas pelo modo de produção burguês-capitalista e na insuficiência do “terreno do direito” para dirimir tais questões, saltam aos olhos as calamidades e impactos gerados pela atividade minerária e demais atividades extrativistas.

A mineração pode ser catalisadora da segregação, sobretudo da cidade, através de negociação/mediação/resolução de conflitos socioambientais construindo “consensos”, que, revestidos desse “terreno do direito” na verdade deslocam o foco da atuação do campo dos “direitos” para o campo dos “interesses”. Por conseguinte, ocorre uma flexibilização de direitos conquistados a duras penas por lutas sociais.

11 ENGELS, Friedrich, Kautsky, Karl. *O Socialismo Jurídico*. Boitempo, 2012. (p.20)

Logo, o direito nesses espaços de calamidades gerados pelo próprio modo de produção capitalistas, ao contrário que se possa pensar num primeiro momento, potencializa e/ou corroborar com as relações assimétricas e desiguais entre sujeitos. Ou seja, o jurídico é utilizado como ferramenta pelas correlações de forças hegemônicas. No mesmo sentido, Pachukanis¹² defendeu que o direito não é um atributo da sociedade humana abstrata, mas, uma categoria histórica que corresponde a um regime social determinado, edificado sobre a posição de interesses privados.

Na obra supracitada, Engels afirma que a classe trabalhadora só poderá conhecer plenamente a sua condição de vida se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas.¹³ Ora, tratando-se da realidade dos trabalhadores do extrativismo, sobretudo no contexto latino americano, uma tentativa de tirar essas “coloridas lentes jurídicas” e poder enxergar a realidade das coisas, seria utilizar ao abordar as questões relativas a mineração e extrativismo, sob uma leitura da Teoria Marxista da Dependência, que fora dilatada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotnio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros.¹⁴

A teoria marxista da dependência busca a compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. À vista disso, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda dos segundos para os primeiros.

A inserção no capitalismo internacional de forma dependente faz com que, para melhorar suas condições de competitividade, as burguesias locais, incapacitadas de se valer da produtividade, implementem a superexploração do trabalho. Dessa maneira, realça o

12 PACHUKANIS, E.B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. Editora acadêmica. 1998.

13 ENGELS, Friedrich, Kautsky, Karl. O Socialismo Jurídico. Boitempo, 2012

14 Destaco A Dialética da dependência, de Ruy Mauro Marini, sob a organização Emir Sader, 2000.

caráter deformado das condições de reprodução social na periferia, porque não pode contar com o mercado interno de consumo popular, concentrando a realização na esfera alta do consumo e na exportação. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Assim sendo, a teoria marxista da dependência, ao lançar luz sobre o lugar da América Latina no sistema mundial capitalista, contribui para pensar sua gênese, estruturas e dinâmicas de evolução. Portanto, ao pensar o extrativismo no diapasão da teoria marxista da dependência, nota-se que mantém um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva muito pouco diversificada e fortemente dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas. Frantz Fanon (1968) já afirmava que essa nova condição de exportação para mercado externo transformara a antiga colônia dominada em país economicamente dependente.

Logo, a região explorada permanece limitada à condição de um polo abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial, e sua economia continua assentada na exportação de produtos originários da exploração de suas vantagens naturais (petróleo, minérios e bens agrícolas). Por conseguinte, como defende Osorio¹⁵ estão presentes na América Latina

novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a desconsiderar as necessidades da maioria da população” (OSÓRIO, 2012, p. 103-133).

15 OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103-133.

Sendo assim, ocorre a reiteração da dependência, permanecendo numa posição subalterna que desconsidera as demandas da população.

1.2.2 Extrativismos econômico e o “consenso de commodities”:

A crise de 2008 aprofundou uma relação entre aquecimento do mercado de derivado de *commodities*, inflação da renda da terra e acumulação mundial, expandindo formas de extração de excedente por despojo dos recursos naturais. Isto estimulou espaços de acumulação na América Latina, lugar da divisão internacional do trabalho com tradição de produção agroexportadora, o que reforçou o mecanismo histórico de dependência, onde se reafirma o poder de classes sociais associadas a formas de expropriações e maneiras predatórias de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho (FONTES, 2010).

Este processo foi impulsionado pelo empuxe econômico chinês antes de dita crise. Entretanto, com a massa de excedentes econômicos cativa de espaços de valorização, devido a queda dos derivados do mercado imobiliário, e da crise das dívidas dos países europeus, as *commodities* se apresentam como atrativas para os investimentos deste capital dinheiro. Isto é, o fenômeno da inflação das commodities está associado a financiarização da economia,¹⁶ segundo o qual, esquemas de valorização fictícia de mercados de derivados tem um impacto na economia real, da produção e distribuição de mercadorias. Esta ideia pode ser verificada no gráfico 1, em que há uma tendência de crescimento dos preços das commodities a partir de 2002, com um pico a partir de 2007, chegando a 215,73 pontos no sexto semestre de 2008, auge da crise imobiliária. Logo, baixa a 98,18 pontos, em dezembro de 2008. Torna a subir no ano seguinte, chegando a 210,37 pontos em abril de 2011, logo, com tendência de ajuste, onde para nós se dá o choque de realidade da valorização real, ante as expectativas especula-

16 Para um debate extenso sobre financeirização ver Poweel 2013; Chesnais 1996; Lapavitsas, 2011.

tivas dos mercados de derivados, chegando a 83,22 em janeiro de 2016, período de crise em diversos países latino-americanos.

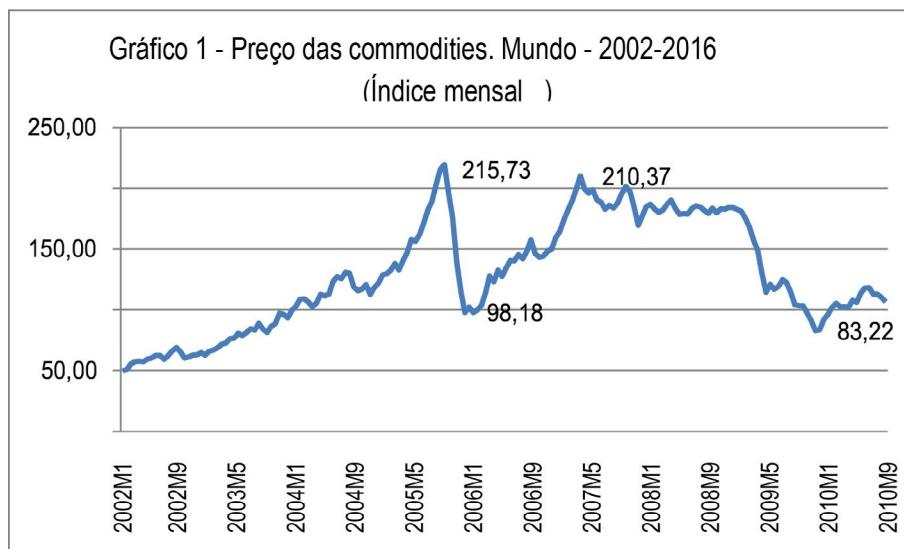


Figura 2: Gráfico Preço da Commodities. Mundo – 2012-2016.

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do FMI.

Esta ideia de oportunidade lucrativa das commodities também se pode verificar na variação do preço de alimentos. Segundo dados da FAO (Food and Agriculture Organization), se percebe uma variação intensa entre 2007 e 2008, uma caída em 2009, tornando-se a crescer até 2012, que começa a apresentar uma evolução descendente. Se entre 2008 e 2007, os preço dos alimentos apresentaram uma variação total de 40%; entre 2011 e 2018 apresentaram uma variação negativa de 59%, quase retornando ao mesmo nível de 2007. Outra tendência a destacar é a diferença entre o índice nominal e o real medido pela FAO, deflacionado pelo valor unitário das manufaturas, isto é, o preço relativo dos alimentos frente aos produtos manufaturados. Segundo o gráfico 2, se percebe uma tendência intensa de crescimento a partir de 2003, onde para nós, pode expressar uma redistribuição de excedente

do setor industrial para o setor de alimentos, que, por ter como seus meios de produção, a terra, um meio não reproduzível, se apropria de uma renda a medida em que este setor é demandado acima de suas possibilidades. Este processo segue a tendência anterior, de maneira que nos processos de intensa especulação financeira com as *commodities* valorizou por cima das manufaturas, o que demonstra uma relação cumulativa entre expectativas especulativas da valorização dos alimentos, demanda de terra e inflação de rendas de dito setor.

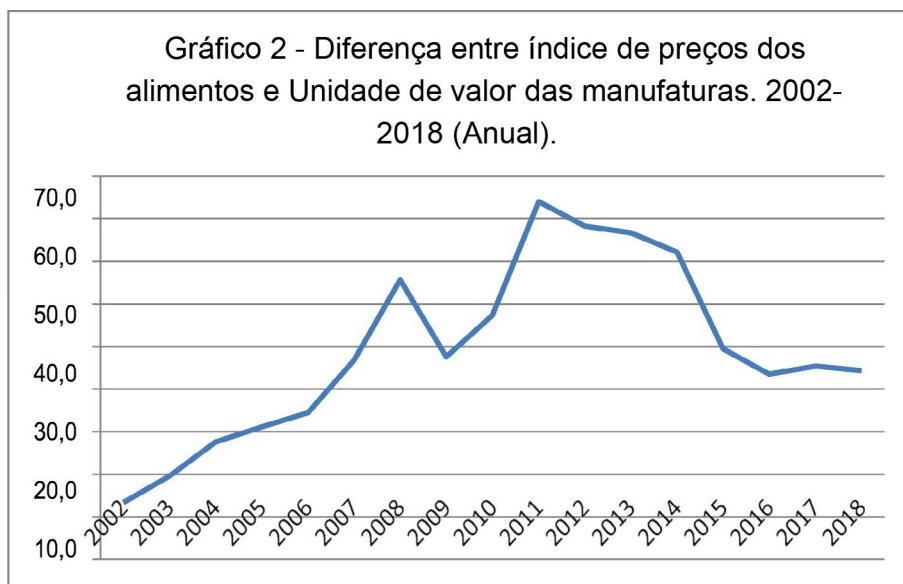


Figura 3: Gráfico Diferença entre índices de preços dos alimentos e Unidade de Valor das Manufaturas. 2002-2018.

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados da FAO.

Katz (2014) destaca que além deste aspecto financeiro, houve também a divisão internacional do trabalho que pressionou a competição entre diversos países. Em Venâncio de Oliveira (2016) também se agrega a pressão exercida pelos tratados de livre comércio, que sendo de caráter estrutural (BEJAR, 2017), tendem a distorcer a regulação do trabalho social, por sua vez as forças produtivas, eliminando capacida-

de produtiva, o que pressiona a inflação da renda da terra e os preços de alimentos.

Sendo assim, digno de nota também o conceito que Svampa (2015) denomina de “consenso de commodities” que ainda tem forte presença nos países latino-americanos. O conceito apresenta a entrada da América Latina na nova ordem mundial econômica e política ancorada pelo boom dos preços das commodities e dos bens de consumo que tem uma demanda crescente pelos países centrais e potências emergentes. Portanto, desenvolveu-se nesses países programas de economia pautados no extrativismo e agronegócio, focados na exportação em larga escala de bens primários com baixo valor agregado, sendo essa a estratégia principal de acumulação.

O “consenso de commodities” pode gerar como desdobramento uma “patologia” que alguns economistas denominam de doença holandesa. O termo foi utilizado para caracterizar o chamado processo de desindustrialização, que nesse caso, ocorreu na Holanda, em meados da década de 1970. Nesse período descrito a pauta de exportações da Holanda modificou de bens manufaturados para produtos primários, isso só ocorreu devido a descoberta de recursos naturais no país.

Ocorre a maldição dos recursos naturais (*natural resource curse*), que é um contrassenso do ponto de vista conceitual, já que a princípio a presença de recursos naturais aumentaria a produção de riqueza, poder de compra sobre importações, ocasionando maior vulto de investimentos e taxa de crescimento. Entretanto, o que uma gama de economistas tem observado¹⁷ é que os países que possuem grandes reservas extrativas, tais como petróleo e minério, cuja renda agregada depende das exportações dessa matéria-prima, sofrem da doença holandesa, regredindo uma fase histórica, ocorrendo a reprimarizando a economia.

No caso dos países latino-americanos Palma (2005) aponta que a “doença” não foi causada pela maldição dos recursos naturais, mas, sim por mudanças na política econômica, em que se priorizou o “consenso das commodities”. Por fim, essa “doença” também se espalhou

¹⁷ SQUEFF (2012). Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro (IPEA).

para alguns países latinoamericanos; mas a questão central neste caso é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportação serviços, mas principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica

Ressalta-se que a partir de 2011 houve uma queda brusca na demanda por minérios. Uma amostragem disso é que os principais minérios exportados pelo Brasil caíram de preço. Dados do Banco Mundial demonstram tal afirmação: o , minério de ferro, por exemplo, caiu 41%, alumínio e cobre 20% (BANCO MUNDIAL, 2016).

1.2.3 Renovação da dependência e *commodities*

Esta mutação produzida pelo neoliberalismo, que implicou em um ciclo econômico, onde a inflação das *commodities* alavancaram espaços de acumulação na América Latina, renovou, para nós, formas diferenciadas de inserção na divisão¹⁷ internacional de trabalho. Aqui partimos da ideia de que a mundialização do capital se reproduz por meio de uma organização de países que, com hegemonias políticas distintas, se ligam ao consenso neoliberal-financeiro, entendido como um conjunto de políticas que defendem a livre circulação de capitais, mercadorias, em que o Estado deva garantir medidas de valorização das corporações mundiais, por meio de câmbio flutuante, superávit primário (ou a busca dele) e estabilidade monetária.

Conforma-se uma estrutura internacional com um padrão financeiro de acumulação (CHESNAIS, 1996), onde a empresa transnacional salta a partir dos anos setenta como importante espaço institucional de poder mundial (HOBSBAWN, 2003). Esta divisão internacional do trabalho é também a reprodução da diferença produtiva e institucional entre países, onde um Estado-nação se organiza e expressa importante espaço regional e política dividido entre centro e periferia (OSORIO, 2004).

Neste sentido é útil o conceito de dependência de Marini (1991) como uma relação de subordinação entre nações formalmente inde-

pendentes, onde se estabelece um marco de relações de produção que são modificadas ou recriadas para reproduzir esta relação de dependência. Isto é, elementos que condicionam o comportamento das burguesias latino-americanas, de maneira que as relações econômicas e políticas do imperialismo impõe limites em suas eleições, estratégias e possibilidades de dinâmicas de acumulação.

Este processo atribui aos países periféricos – por meio da condição de nações subordinadas ao imperialismo – desenvolvimento desigual. Aqui se dá a possibilidade de extração de excedente dos países periféricos por meio de um comércio desigual, articulada pela superexploração da força de trabalho dos países atrasados por estas burguesias. Para o autor:

diferentes mecanismos que permiten realizar transferencias de valor, pasando por encima de las leyes del intercambio, y que se expresan en la manera como se fijan los precios de mercado y los precios de producción de las mercancías. Conviene distinguir los mecanismos que operan en el interior de la misma esfera de producción (ya se trate de productos manufacturados o de materias primas) y los que actúan en el marco de distintas esferas que se interrelacionan. En el primer caso, las transferencias corresponden a aplicaciones específicas de las leyes del intercambio, en el segundo adoptan más abiertamente el carácter de transgresión de ellas (MARINI, 2011, p. 9).

Segundo Marini, portanto, se configura um modelo de reprodução dependente, em que a superexploração do trabalho se dá com o pagamento dos salários reais abaixo do seu valor. Assim a etapa da industrialização latino-americana do século passado, correspondeu a uma etapa da divisão internacional do trabalho, onde se transferiu aos países dependentes, etapas inferiores da produção industrial, re-

servando aos centros capitalistas, etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Assim a produção industrial se realizava no mercado de bens de consumo da burguesia e da classe média (funcionários públicos, setores médios da classe trabalho e pequena burguesia clássica), excluindo os trabalhadores precarizados, informais do consumo de bens duráveis produzidos por estes setores industriais com tecnologia do centro capitalista.

Para Quijano (2014), o mecanismo da dependência está associado a heterogeneidade estrutural, onde esta transferência de setores avançados nas economias periféricas, se dá por meio de um enxerto externo, não sendo um “desenvolvimento orgânico dos setores e modalidades precedentes, na própria formação econômico-social latinoamericana (p.128), confluindo “interesses sociais predominantes nas formações dominantes do sistema” por “intermédio de agentes nativos, mas associados àqueles interesses” (p. 128). Assim não houve um desenvolvimento de “um setor estrutural e integrado ou coerente como resultado de um processo que ocorre no interior das formações dominantes” (p. 128). Este enxerto fragmentário socio-produtivo aparece “baixo uma modalidade monopolística de organização e neste sentido com um nível tecnológico relativamente elevado” (p.129). De maneira que são importados como “produtos de uma tecnologia, em tanto que esta é um conjunto de atividades, de conhecimentos organizados institucionalmente e em processo de desenvolvimento” (p.129) elaborados externamente.

Assim estes enxertos importam capital constante de suas matrizes e não desenvolvem um processo de inovação interno e generalizado. Para isto seria necessário um processo social de desenvolvimento dado pelo próprio Estado, mesmo importante formas produtivas de outros países, porém desenvolvendo tecnologia autóctone. De maneira que as classes sociais dos países periféricos não se conformam em comprar os bens de capital, e sim, aplicando um plano de desenvolvimento integrado, capaz de produzi-los. Aqui o esquema de dependência se articula como um modelo produtivo, político e econômico, onde ocorre um processo:

(...) de diversificación de niveles de producción, en cada uno de los sectores económicos, articulados bajo la hegemonía de una nueva modalidad de organización de la actividad económica. Así, por ejemplo, al injertarse la producción industrial no se erradica – como pretende la imagen convencional – la previa producción artesanal de manufacturas, sino que por el contrario tiende inclusive a expandirse y a modificarse conformando un nuevo nivel dentro de la producción manufacturera, articulado al nivel industrial. Del mismo modo, la agricultura de subsistencia no se erradica, sino que se deprime aún más y se modifica acordemente, al introducirse la producción agropecuaria bajo modalidades empresariales de gran escala” (QUIJANO, 2014, p. 129).

Este debate é essencial para que possamos entender a relação entre atraso e desenvolvimento nas economias dependentes e sua articulação com a economia hegemônica. Bem como, entender os atuais processos de reconfiguração desta divisão internacional do trabalho, e dos novos lugares ocupados pela periferia neste desenvolvimento da corporação transnacional. Para tanto, é interessante o conceito de pólo marginal de Quijano (2014), como um setor onde impera a “falta de acceso estável aos recursos básicos de produção que servem aos níveis dominantes de cada um dos setores” (p. 140), setor periférico que está articulado com os níveis centrais, numa “mesma trama estrutural”, mesmo que em “posições distintas” (p. 141). Essa ausência dos meios de produção, encontrados no setor dominante, se insere numa lógica de desenvolvimento dos setores monopólicos que controlam o acesso aos recursos produtivos das sociedades dependentes, isto é, seus interesses sociais correspondem ao “incremento e a concentração da acumulação de capital em mãos de poucas empresas monopolísticas e a transferência da maior parte do excedente para os centros

metropolitanos dos sistema e, em menor medido, aos grupos nativos subordinados àquelas, porém dominantes dentro da sociedade dependente” (p. 141).

Este conceito do autor de pólo marginal e sua articulação com os setores monopolísticos da economia e o competitivo, nos ajuda a localizar o conceito de dependência como um mecanismo de inserção produtiva internacional, que determina uma trama de processos produtivos e relações entre as classes sociais, que estreitam as condições de reprodução da força de trabalho dependente. De forma que:

(...) se produce así un sector creciente de mano de obra que respecto de las necesidades de los niveles hegemónicos de actividad, monopolísticamente organizados, es sobrante; respecto de los niveles intermedios, organizados bajo modalidad competitivas y en consecuencia marcado por la inestabilidad permanente de sus empresas más débiles, y de sus ocupaciones periféricas, esa mano de obra es flotante, pues tiene que estar, intermitentemente, ocupada o desocupada o subocupada, según las contingencias que afectan a este nivel económico. En consecuencia, no puede escapar a la tendencia de hacer permanente su obligado refugio en los roles característicos del polo marginal, en donde fluctúa entre una numerosa gama de ocupaciones y de relaciones de trabajo. En este sentido, la tendencia principal de esa de obra es convertirse en marginal, y a diferenciarse y a establecerse como tal dentro de la economía” (QUIJANO, 2014, p. 153).

Quijano destaca que nas economias dependentes, o pólo marginal funcional para a economia competitiva como exército industrial de reserva, que permite manter deprimido os salários em dito setor, aumentando a extração de mais-valia, que é transferido aos setores

monopólicos por “vias normais da organização financeira do sistema”. (QUIJANO, 2014, p. 166).

Assim, o fundamental é a relação dialética entre os mercados segmentados nacionais que com base em produtividades médias, que deviam de ser equiparáveis, mas reproduzem a heterogeneidade, criando condições de superexploração da reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo que se criam condições e situações de precariedade trabalhista, e extração predatória de recursos naturais, que como externo às formas de exploração, pressionam aos mecanismos de valorização de capital, reforçando a acumulação como variável independente frente ao crescimento populacional.

Aqui, pensando no atual estágio do capitalismo baixo a lógica do consenso neoliberal-financeiro e da lógica da corporação transnacional, podemos pensar que a exploração dos países periféricos se dá com a criação de cadeias de valor globais, capazes de usar das diferenças salariais e da abundância de recursos naturais, porém, que não consegue gerar um desenvolvimento integrado nestes países. Para o caso da expansão das *commodities* se generalizam formas produtivas avançadas nas etapas superiores da produção extrativista com a reprodução de formas precárias nas franjas produtivas, bem como, em generalização de formas de expropriações primárias de terra para expandir a acumulação nestas cadeias globais de natureza monopólica. Este processo reproduz formas de superexploração de trabalho principalmente pela precarização das condições de vida, com a generalização de heterogeneidade estrutural e pela estreita condição de desenvolvimento tecnológica, além de condicionamentos financeiros, que obrigam os Estados a acumular divisas para manter a taxa de câmbio e de juros estáveis. O que reforça ainda mais a exploração nos setores integrados a acumulação da cadeia global, para o caso do ciclo de *commodities*, principalmente nos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, estes setores corresponderam ao setores neoextrativistas.

Assim este mecanismo da dependência se atualiza por meio da direção da lógica institucional, baseado nas classes sociais internacionais financeiras, expressadas nas políticas neoliberal-financeiras,

elaboradas por instituições transnacionais, amplia formas de diferenciação geográfica e aproveitando destas diferenças salariais e da exploração dos recursos naturais para alimentar os excedentes financeiros, conforme visto no tópico anterior. A atualização da dependência na pauta de exportação dos chamados países periféricos, no âmbito da divisão internacional do trabalho, aliado aos processos de acumulação rentista, concebe o que Leda Paulani (2012) cunhou “dependência redobrada”. Outros autores, tais como Barton (2006), apontam essa relação de dependência como “ecodependência” relacionando às atividades de extração de recursos naturais voltado para exportação.

Assim, no espaço do mercado competitivo internacional, os agentes econômicos atuam segundo leis da valorização do capital real – expressas no desenvolvimento da dialética entre espaços nacionais e mundiais de acumulação – ou seja, estes mecanismos validam estratégias adotadas por diferentes classes sociais nacionais, expressões de formas de capital. Os acordos políticos de caráter estrutural conformados pela hegemonia financeira-neoliberal, capaz de valorizar a corporação transnacional, reproduz uma trama de modalidades distintas de acumulação, na medida que configura formas de inserções subordinadas, com curtos ciclos financeiros-produtivos, pelos limites impostos pela condição de economia periférica e dependente, ou como argumenta Lapavitsas (2016) de financeirização subordinada. Desse modo, no estágio do capitalismo está situado, numa fase rentista, configurando a financeirização da economia, o Brasil tem uma inserção ativa e subordinada na acumulação rentista. Conforma-se uma plataforma emergente de valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis ao rentismo financeiro mediante elevação das taxas de juros, no âmbito da política monetária e cambial de ajuste e uma inserção internacional periférica e subordinada nos processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), com base na produção de commodities, sobretudo agrícolas e minerais. Formando assim uma intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista (RIGOTTO et al., 2018, p. 20).

Por conseguinte, o neoextrativismo é uma dimensão de crescimento econômico conectada do rentismo em um processo crescente de financeirização do setor das commodities. Mais do que isso, há indícios de que para algumas commodities o comportamento dos preços e, conseqüentemente, da renda extrativa está se tornando mais vinculado às bolsas de ações e do mercado de futuro do que à economia real (RIGOTTO, 2011; MILANEZ, 2017). Os minérios passaram por uma valorização e desvalorização mais acentuada do que as commodities agrícolas, e o ferro mostrou uma variação ainda mais intensa do que a média dos minérios e metais. (RIGOTTO et al., 2018, p. 42). Logo, países, como o Brasil, do Sul Global, que se apoiam de forma crescente na exportação de commodities passam a depender dos mercados financeiros. Portanto, infere-se que a dependência não é só do modelo neoextrativista exportador, é sobretudo, uma dependência do mercado financeiro.

Deste modo, a economia dependente expressa a reprodução da articulação entre moderno e atraso, em que setores de ponta da produtividade capitalista se alimentam da heterogeneidade estrutural dos setores produtivos atrasados. Luxemburgo (2010) expressou esta discussão com a necessidade do capitalismo reproduzir-se a partir da exportação de mercadorias para países pré-capitalistas. Pensamos que tanto a reprodução ampliada necessita da recriação de espaços virgens de acumulação (ou de acumulação primitiva) como a produção da diferença é fundamental para ampliar espaços autônomos de valorização dos países dependentes.

1.3 Local e Global: Efeitos derrames dos neoextrativismos

Importante negritar que mesmo na ótica econômica, o modelo neoextrativista não tem conseguido gerar os resultados que o próprio mercado projetava, como podemos constatar os dados demonstrados no item anterior. Ao longo dos anos 2000, o mercado global experimenta um período de boom (2003-2011) e pós-boom (a partir de 2012) das commodities. Entretanto, vai muito além disso, a opção por fomentar

tal segmento também apresenta uma visão de mundo, de apropriação e uso instrumental da natureza, da semântica do desenvolvimento. Nesse seguimento, Gudynas aponta para o conceito que ele denomina “efeitos derrame”. Segundo o autor supracitado, que o extrativismo embora implique na esfera local, reverbera de forma mais ampla, influenciando o modo de desenvolvimento, a elaboração e aplicação de políticas públicas ambientais, sociais e econômicas e a percepção sobre natureza e justiça. (GUDYNAS, 2015). Portanto, “derramam” em vários setores, com desdobramentos ambientais, territoriais, econômicos e sociais, afetando as estruturas e dinâmicas dos territórios. Sendo assim, os extrativismos convivem com essa coexistência de global e local. Logo, os impactos inerentes também obedecem a essa dualidade, acarretando “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que modificam a semântica sobre natureza, território, justiça.

Quanto aos efeitos derrame na dimensão econômica, sublinhamos que os extrativismos se organizam nas alcunhadas “economias de enclave”, que são modos dependentes da economia global e assemelham a uma “ilha”, com escassas relações e vinculações com o resto da economia nacional. Soma-se a isso que as tecnologias e insumos são importados, assim como uma parcela significativa do quadro técnico (GUDYNAS, 2016). Outro ponto que merece destaque nas reflexões sobre efeito derrame na economia é que frequentemente os setores extrativistas tentam se legitimar com opinião pública com o sofisma que geram retorno econômico que o país precisa. Por essa razão, seria o extrativismo um setor rentável, pois, acarreta em renda para o país. Demonstrando, entretanto, que há um equívoco conceitual nesse debate sobre renda. Conforme explana Gudynas um componente de análise no derrame econômico é a perda do patrimônio natural e sua conversão parcial em capital. Há dois tipos de benefícios que estão envolvidos: alguns associados a recursos naturais que são renováveis (no caso dos extrativismos agrícolas) e outros aos não renováveis (como é o caso dos minerais). No primeiro caso, o que é entendido como um recurso natural pode ser recuperado (extrativismos agrícolas), enquanto no segundo caso há uma perda líquida de ativos (como é o caso

da extração de minério, uma vez que não é possível regenerá-lo). Apesar do uso comum do conceito de renda tenha sido focado no primeiro tipo de benefício (como a renda agrícola), ele foi estendido ao segundo tipo (falando, por exemplo, da renda do minério), incorrendo no equívoco conceitual. Ressalta-se que são grandezas muito diferentes. Por estas razões, é mais apropriado usar o conceito de excedente para extrativismos de recursos não renováveis, como é o caso da mineração. (GUDYNAS, 2016.p.33).

Dessa maneira, assinala-se um breve apontamento para o uso desses excedentes. Até mesmo nos governos ditos progressistas da América Latina, tais como ocorreram no Brasil com Lula, Uruguai com Mijuca, Bolívia com Evo e Venezuela com Chávez embora tenham tido uma a estrutura econômica um pouco mais diversa, fizeram uso desses excedentes dos extrativismos para políticas sociais. Sendo assim, mantiveram a mesma semântica colonial. O extrativismo predatório, nos mesmos moldes dos idos tempos coloniais, praticando extração intensiva e em longa escala, localizada em enclaves, controlado por empresas transnacionais, com o apoio dos governos nacionais, em um processo de subalternização de Estados nacionais, num processo designado neocolonialista. (MISOCZKY; BÖHM, 2013) Dessa maneira, reapresenta a acumulação primitiva em detrimento do bem viver, prova disso que quando houve uma queda nos preços das *commodities*, os próprios governos incentivaram as mineradoras a intensificar os volumes de extração para compensar e manter os padrões de acumulação financeira. A perpetuação dessa lógica extrativista instiga conflitos fundiários, contamina as bacias hídricas e esgota os recursos naturais. Nesse contexto, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, removendo comunidades e inviabilizando formas tradicionais de reprodução social, violando assim direitos humanos.

Nessa mesma toada da análise crítica neoextrativismo e a hegemonia do “consenso de commodity”, Zhouri, Bolados e Castro (2016) chamam atenção para um complexo processo que intitularam de “violência das afetações”. O processo trata de uma série de dinâmicas in-

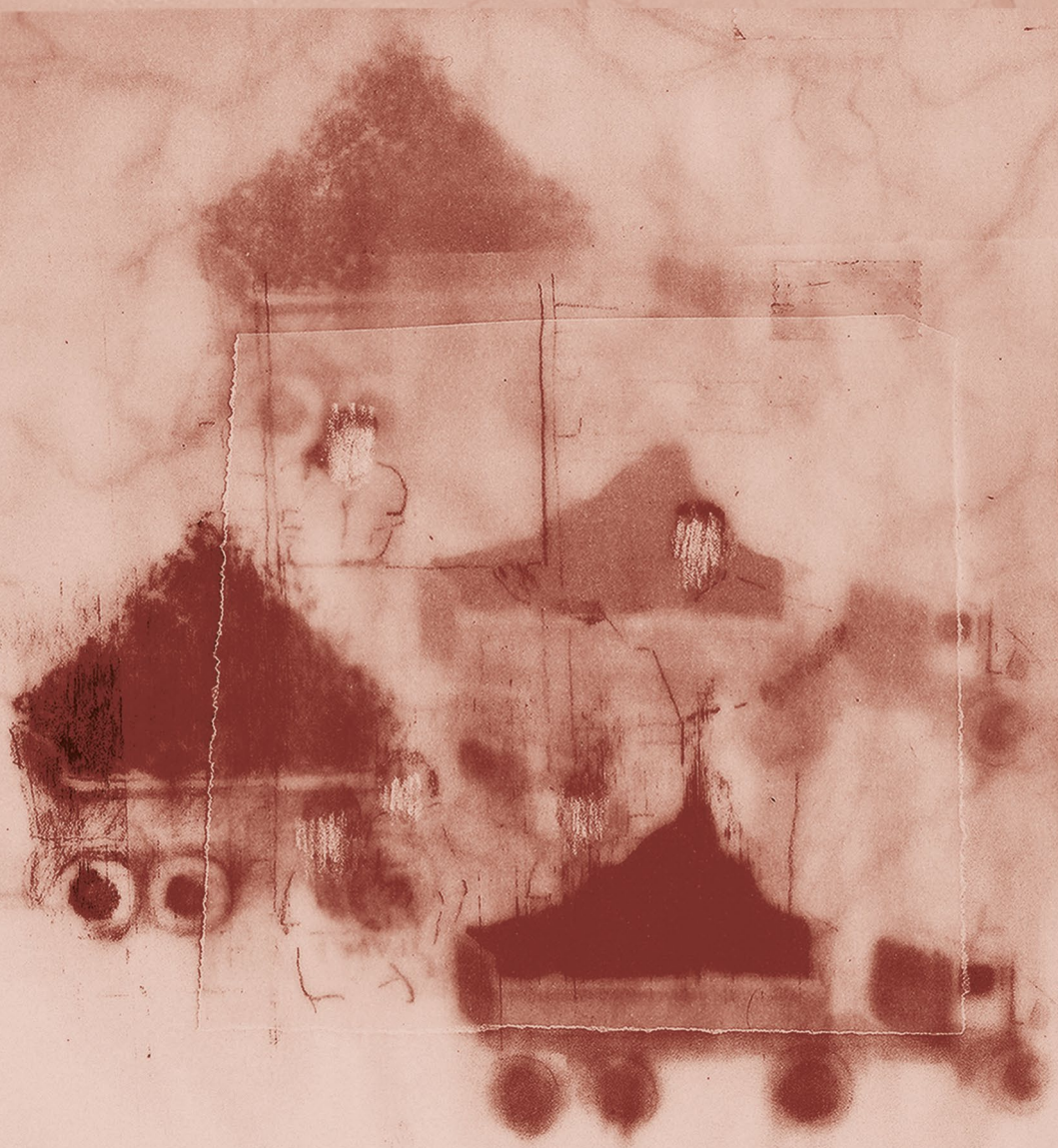
terligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios.

Por fim, visando compreender essa coexistência de local e global, de processos mundiais que se materializam nos territórios, recorro a potência da poesia como instrumento de percepção alargada e de criação de mundos. No caso do itabirano Carlos Drummond de Andrade isso é bem perceptível. A intrínseca relação do escritor com o território itabirano, por conseguinte, com a mineração, ou melhor dizendo, com o “destino mineral” de Itabira do Mato Dentro, que nas lentes do poeta era um pequena povoado de origem colonial esculpida entre imensas jazidas de ferro. Essa condição, que a pôs desde o início do século XX no alvo do interesse econômico internacional, fez da cidade epicentro silencioso de uma acirrada disputa pelo controle da exploração ferrífera, envolvendo desde a miúda realidade local até o cenário político nacional e o mercado mundial de minério. (WISNIK, 2018) A inter-relação entre tais fatos é tão relevante como pouco conhecida, por isso e narrar tais disputas no capítulo seguinte. A relação global e local, da violência das afetações, porém numa perspectiva literária drummondiana é constante e central. Há um apego do escritor ao provinciano lugar de origem e ao mesmo tempo tão marcado por um sentimento cosmopolita do vasto mundo. O que dá ao poema um caráter sibilamente visionário: como o sertão para Guimarães Rosa, a Itabira de Drummond também é o mundo – só que, nesse caso, um mundo em que o mundo vai engolindo o mundo, movido pela geoeconomia e pela tecnociência (WISNIK, 2018. p. 19).

Os extrativismos em suas manifestações dimensionais econômica, epistemológica e ontológica vão “derramar” no “mundo” e/ou território Itabirano, reproduzindo a “violências das afetações” que implicam em expropriação, no desmoronamentos de ecossistemas, na eliminação das economias locais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados, que poderá ser materializados e ilustrados com os processos de remoções forçadas que serão narrados a seguir.

II

A CIDADE DO FERRO OU CIDADE DE FERRO?



*Olha a volta do rio virou vida
A água da fonte nossa
tristeza A sol no horizonte uma ferida*

*Olha o ouro da mina virou veneno
O sangue na terra
virou brinquedo E aquela criança ali sentada*

(Simples – álbum Minas, Milton Nascimento)



Figura 4: Vista aérea de Itabira – MG. Fonte: Park Filmes (2018).

Se Itabira é o mundo, deverá ser compreendida como uma totalidade. Não pretendemos aqui reduzir a cidade a um processo único, tampouco a um único viés, o extrativismo, como se a cidade estivesse

fadada a este único fim, o “destino mineral”,¹⁸ tampouco incorrer naquilo que Ngozi Adichie chama de “perigo da história única”.¹⁹

Ao contrário, são possíveis várias narrativas, de vários mundos, que passam pelos quilombos, pelos congados, pelas comunidades indígenas, campesinas da região. Toda essa pluralidade reflete essa pedra reluzente chamada Itabira.

Contudo, pensar e vivenciar a cidade de Itabira sem se deparar com a atividade extrativista, relacionada de maneira imbricada com a sua produção espacial e histórica, é uma quimera. Como bem definiu (WISNIK, 2018. p.29), chegar em Itabira é perceber e sentir a amalgama da geologia e da história, no interior do Mato Dentro “há no ar uma sensação de um crime não nomeado cometido a céu aberto”, ou quem sabe, um crime que preferimos não nomear, que confidenciamos entre nós, itabiranos, nesse “alheamento do que na vida é porosidade e comunicação”.²⁰

Chegar a esse lugar é sentir, de fato, o impacto da geologia e da história, acopladas. Algo de alucinado se passou e se passa naquele sítio, implicando uma torção desmedida entre a paisagem e a máquina mineradora, com quantidades monstruosas de

18 A expressão é usada em “Vila de Utopia” crônica que foi escrita por Carlos Drummond de Andrade em 1933, para celebrar o centenário da elevação de Itabira a vila, 20 anos depois de o poeta/cronista se ausentar da cidade natal. Foi publicada originalmente só em 1943, em seu primeiro livro de crônicas, Confissões de Minas.

19 A escritora Nigeriana promoveu essa reflexão durante uma apresentação no TED (Technology, Entertainment, Design), discorreu: “Mostre um povo como uma coisa, somente como uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. Palavra da tribo Igbo “nkali” que se traduz como “ser maior que o outro”, como nosso mundo econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Entendendo poder como a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. A única história cria estereótipos. O problema dos estereótipos não é que são mentiras, mas, que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. Disponível em :(https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)

20 Trecho do poema “confidência do itabirano” publicado em Antologia Poética - 12a edição - Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, ps. 36 e 37.

ferro envolvidas. Há no ar a sensação de que um crime não nomeado, ligado à fatalidade de um “destino mineral”, foi cometido a céu aberto. (WISNIK, 2018, p. 29).

(...) cenário de Itabira oferece uma conjunção conflitiva e desusada de conteúdos pessoais os mais íntimos, reverberados na caixa de ressonância da memória lírica, onde marcas da vida popular convivem com modelos oligárquicos da conformação social brasileira, tudo jogado contra o relevo de uma geologia impositiva. (...) lugar magnético da fantasia originária, num inconsciente social e telúrico de cujo interior é impossível sair. (WISNIK, 2018, ps. 34 e 35).

Nessas entranhas do Mato Dentro, que mistura memórias líricas e lúdicas, com marcas da vida popular, resquícios coloniais com o pano de fundo uma geologia suntuosa, torna-se esse lugar magnético que é impossível sair. Quem está de fora do Mato Dentro, talvez não tenha a percepção dessas dimensões e indague o que nós fomos fazer aqui. Mario de Andrade em cartas trocadas com Carlos Drummond, conterrâneo ilustre, faz essa indagação:

Em Itabira a alma deve se sentir sozinha enquanto o corpo vai se sentindo amando a terra, amando a terra, amando a terra cada vez mais e por demais até que o espírito principia a se acabar e desaparece chupado pela terra boa e traiçoeira”. ... Quê que você foi fazer aí?” ((DRUMMOND,1982, p. 68).

Desse modo, respondendo a indagação “do que viemos fazer aqui”, ao adentrarmos nas entranhas do Mato Dentro nesse capítulo nos deparemos com a atividade extrativista, então, iremos narrar o

início do processo de colonização do território e a sua historiografia oficial acompanhada pelo crescimento exponencial da atividade extrativista. Iremos narrar a imbricada história da Vale com a cidade. Por fim, iremos expor as apropriações e violações socioambientais que o extrativismo provoca no “mundo” itabirano, escolhemos pesquisar e relatar dois casos dessas violações que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, “Explosivo” e Vila Paciência.

2.1 Da pedra reluzente ao Pico do Cauê



Figura 5: Vista do Rio Doce, 1944. Fonte: Vale, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>.

O registro escrito mais antigo acerca de Itabira é de 1714, no livro Geografia Histórica e Descritiva da Capitania de Minas Gerais, de José Joaquim da Rocha, publicado em 1778, ao descrever os limites da comarca de Sabará é citado o alto morro da Itabira. Quanto aos primeiros contatos de Itabira com o mundo colonial, há uma divergência de versões. Os documentos do Arquivo Público da Secretária de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabira, Prefeitura Municipal de Itabira (SPHC/PMI), registram que 1720 tornou-se o ano oficial de constituição do povoado, com a chegada dos irmãos Farias de Albernaz de uma expedição de bandeirantes saída da região de Itambé do Mato Dentro. No entanto, segundo a historiadora Jussara França (FRANÇA, Jussara; et.al 1982), esse povoado já era conhecido em 1705. A historiadora fundamenta sua posição com base no relato de Cônego Raimundo Trindade dizendo que Padre Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos descobriram ouro de aluvião nesta região e lá construíram uma pequena capela, a Nossa Senhora do Rosário. Essa divergência de versões já era apontada pelo Padre Júlio Engrácia (ENGRÁCIA, 1898:333). Nessa fase inicial de exploração, fora formado um pequeno povoado nas margens da “Praia do Rosário”, nas margens do córrego, visando a exploração de ouro de aluvião, que não era abundante, as riquezas auríferas encontravam-se escondidas nas serras. Logo, era mais difícil a exploração, exigindo técnicas e recursos mais sofisticados para época. Sendo assim, formou-se apenas um pequeno arraial, às margens dos rios, com cabanas, acampamentos e a capela. A composição social era basicamente de mineradores, homens livres e escravizados (FRANÇA, 1982, p.12).

No fim do Século XVIII ocorreu um novo ciclo aurífero em Itabira, passou a explorar as rochas através de minas nas Serras de Conceição, Itabira e Santana. O pequeno arraial passou a atrair mais pessoas, sobretudo garimpeiros, e a circular mais recursos. Ademais, digno de nota é o papel que as irmandades religiosas desempenharam nesse processo, na região havia a Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário. Cada uma dessas era represen-

tativa das classes locais, cada uma com suas igrejas e festas próprias. Realço aqui essa última irmandade pelo fato dos negros estarem associados a ela, o que garantia algum tom de humanidade e tolerância em tempos de escravidão, possibilitava ao povo preto se reunir e manifestar suas formas de fé e cultura. Um pequeno suspiro de uma liberdade condicionada.

O fato de o negro associar-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era dos mais significativos, pois oferecia-lhe condição de união e defesa, de agir como criatura humana e conviver socialmente com pessoas da sua própria raça e cultura, dando-lhe vazão às tendências místicas, ao sentimento religioso, e permitindo-lhe a dignidade de um enterro.

(...)

Quanto às festas religiosas, as mais significativas eram a do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora do Rosário. De origem portuguesa, e tradicionalmente comemorada no Domingo de Pentecostes, a do Divino era promovida pela elite local, com eleição de um festeiro, o Imperador, responsável pela sua realização juntamente com a Imperatriz, por ele escolhida. Outros figurantes participavam dos festejos representando passagens litúrgicas e desfilando pelas ruas em procissão. Já a festa do Rosário, ou Congado, tem sua origem ligada ao escravo Chico-Rei, líder de tribo africana trazido para Vila Rica em princípios do século XVIII, que, se libertando e a outros de sua tribo, conseguiu formar um pequeno Estado congo organizado aos moldes do africano, dentro das Minas Gerais. O congado, vinculado ao culto de Nossa Senhora do Rosário, é a reprodução simbólica da história tribal, com a co-

roação dos reis congos, a representação das lutas entre os negros e o escravizador branco, dentre outros detalhes expressivos. Originária de Vila Rica, esta festa alcançou grande representatividade em Itabira

(...) a música floresceu, favorecida, sobretudo, devido ao desvelo das irmandades em zelar pelo bom nível musical de suas festas. Mas foi na arquitetura religiosa que Itabira conheceu a mais pujante de suas manifestações artísticas, destacando-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujo forro constitui belo exemplar de pintura atribuída a um discípulo do grande mestre Athaíde” (FRANÇA, 1985, p.13).

Em que pese o arrefecimento do ciclo do Ouro na Capitania de Minas Gerais, Itabira vivia, no final do século XVIII e início do XIX, esse cenário de transformações, de maior densidade populacional, crescente povoamento e efervescência sociocultural. Nesse período recebeu por oito dias a visita de Saint-Hilaire, que corroborou nesse sentido, e se espantou com a capacidade de produção de apenas três lavras, o que levou ao hiperbolismo de acreditar que o ferro das montanhas de Minas Gerais é inesgotável:

Apesar da diminuição que poderia ter sofrido nos produtos das minas, esse distrito era ainda, por ocasião da minha viagem, um dos que mais ouro produziam; assim a povoação de Itabira se achava numa fase de notável esplendor. Nada aí fazia lembrar esse ar de decadência que aflige o viajante quando percorre os arredores de Vila Rica, ou mesmo, quando atravessa as povoações de Inficionado, Camargos e Catas Altas. Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construíam-se novas, apesar dos

enormes dispêndios que era necessário fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos. Quase todas eram construídas de baraúna ou braúna, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível; as peças que formavam o arcabouço das construções repousavam sobre alicerces de pedra; os tetos avançavam, talvez, um pouco menos que os de Vila Rica, e as janelas não se superpunham uma às outras, como no Rio de Janeiro. Se três lavras, com trezentos operários, assim metamorfosearam um miserável povoado em uma importante povoação, o que será quando se explorarem os morros do Rio do Peixe, do Piçarrão, do Periquito e do Doze Vinténs, que, segundo todos os indícios, são abundantíssimos em ouro. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817], p.239)

(...)

O ferro das montanhas de Minas Gerais pode de certo modo se considerar inesgotável. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817], p. 249)

Em Itabira, assim como muitos municípios das Minas Gerais, os núcleos populacionais foram crescendo nas proximidades das minas no século XVIII. Com as notícias de possibilidade de exploração aurífera, se tornavam cada vez mais frequentes, e foram se formando mais povoados. E esse contingente populacional era heterogêneo, abrigava pessoas de vários segmentos e ocupações, mineradores, agricultores, clérigos, artesãos, representantes da administração colonial, etc. O povoado passa exigir uma demanda crescente de produtos e serviços. Dentre esses produtos, destaco aqueles de ferro, para produção de objetos de metal para diversos fins, que vão desde a produção de ferramentas para a mineração, pecuária e demais ofícios até mesmo utensílios domésticos e edificações que estavam sendo construídos.

Entretanto, ressalto a dificuldade encontrada devido a proibição da produção de manufaturas no Brasil Colonial decretada no Alvará de 1775, que, por sua vez, inibia a prática de tais atividades de transformação do ferro. Contudo, a partir das primeiras décadas do oitocentos, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, e as ligações ampliadas no Centro-Sul, abrem novas demandas para a produção de transformação do ferro em Minas Gerais (BRITTO, 2012).

A atividade de exploração de jazidas de ferro itabiranas incrementou-se bastante no século XIX. Matéria prima abundante no local, sempre atraiu fortemente a população, mas seu aproveitamento manteve-se por muito tempo restrito ao fabrico de pequenos objetos para uso doméstico, já que a Coroa havia vedado a mineração do ferro afim de não desviar os esforços das minas do ouro. Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, sua exploração foi liberada. Surgiram então várias forjas em

Itabira, que passaram a fabricar instrumentos para a mineração e para os trabalhos na lavoura, utensílios de uso doméstico e armas de pequeno porte. (...) Segundo Eschwege, um dos proprietários das forjas de Itabira foi o primeiro a estirar o ferro por meio de malho hidráulico, no ano de 1812 (sendo logo imitado por quatro pessoas do lugar, utilizando-se dos conhecimentos técnicos fornecidos por aquele mineralogista alemão). Apesar de sua atuação praticamente só para consumo, esses estabelecimentos foram muito relevantes para a economia local, e existiam em número considerável, contando Itabira em 1817 com treze forjas (FRANÇA, s/d, p.15).

Sendo assim, presentes os elementos que possibilitaram o início de uma transformação do ferro, Itabira contou com duas significativas fabricas de ferro: a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça. Diante desse cenário de expansão e povoamento, Itabira do Mato Dentro ganha a condição de vila em 1833.²¹

A Constituição do Império de 1824 garantiu a plenitude do direito de propriedade, porém, foi omissa quanto a propriedade do subsolo. Posteriormente, foram editados decretos que permitiam ao proprietário do solo o direito de realizar pesquisas em suas terras sem autorização prévia, bem como a associação de estrangeiros e brasileiros. O efeito disso associado aos resultados positivos da mineração no Brasil, atraíram a atenção dos ingleses, que em dez anos estabeleceram seis companhias no país²².

Em 1875, D. Pedro II designou o físico e matemático Henri Gorceix para desenvolver e executar um projeto de uma “Escola de Mineiros”. Incumbido de tal missão visitou Itabira, Sabará e Ouro Preto, concluindo por ser a então Capital da Província o lugar recomendável, que se tornou em 1876 a Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.²² No início do século XIX fora criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) que realizou um mapa geológico e econômico do Brasil, sendo as jazidas de Itabira então catalogadas. Paralelo a isso a então Escola de Minas organizou uma Comissão Geológica do Brasil, com a direção do estadunidense Orville Derby, concluíram que exista cerca de 3 bilhões de toneladas as reservas de minério de ferro em Minas. (VALE, 2012). Diante de tais resultados, participaram de exposições mineralógicas internacionais. Apesar de não ter galgado condições suficientes para ser sede da Escola de Minas, Itabira foi objeto de estudos e exposição da Escola, os resultados de Itabira foram apresentados no XI Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, em 1910. De posse dessas informações privilegiadas, engenheiros

21 Informação disponível em : <http://turismo.itabira.mg.gov.br/historia-de-itabira/> Acessado em 15/05/2019.

22 <http://www.viladeutopia.com.br/escola-foi-instalada-em-ouro-preto-em-1876-depois-de-itabira-ser-descartada-pelo-seu-isolamento/>.

ingleses residentes no Brasil imbuídos de má-fé compraram extensas faixas de terras em Itabira, com potencial de exploração de minério já cartografadas. Os proprietários das terras, sem saber do teor das pesquisas e do valor do subsolo, venderam-nas por preços irrisórios (SILVA, 2002, p.31).

Esses mesmos ingleses fundam a Brazilian Hematite Syndicate e adquirem as principais jazidas de Itabira, totalizando uma área de 76,8 milhões de metros quadrados, com mais de um bilhão de toneladas de minério, uma das maiores reservas do país (SILVA, 2002). Ressalta-se que o Pico do Cauê foi mapeado como a maior jazida de ferro do mundo (VALE, 2012). Em 1911 a Brazilian Hematite Syndicate Sydicate funda a Itabira Iron One Company, que ganha autorização do governo brasileiro para controlar a exportação do minério de ferro de Itabira, pelo decreto nº 8.787 e também a Estrada de Ferro Vitória a Minas. (VALE, 2012, p. 27). Carlos Drummond de Andrade, manifesta indignação com esse cenário em diversos poemas, com uma ironia que lhe é muito peculiar, em poemas como “Velhaco”, “Mrs.Cawley”, “Desfile”, “O negócio bem sortido”, “O inglês da mina” e “Itabira” retrataram isso. Mais do que demonstrações dessa situação narrada, os poemas alargam a visão dessa realidade e subvertem a leitura mesclando a pequena e a grande história.

Itabira

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.
Na cidade toda de ferro as ferraduras batem como
sinos. Os meninos seguem para a escola.
Os homens olham para o chão. Os ingleses com-
pram a mina.
Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na
[derrota incomparável
(ANDRADE, 1930:39).

Desfile

Desfile As terras foram vendidas as terras abandonadas
onde o ferro cochilava e o mato-dentro adentrava.
Foram muito bem (?) vendidas aos amáveis emissários
de Rothschild, Barry & Brothers e compadres Iron Ore.
O dinheiro recebido
Deu pra saldar hipotecas, velhas contas de armário
e de secos e molhados.
Inda sobrou um bocado pra gente se divertir no faz-de-conta da vida
que devendo ser alegre
nem sempre é – quem, culpado?
(ANDRADE, 1998, p. 25)



Figura 6: Estátua de Carlos Drummond de Andrade no memorial dedicado ao poeta em Itabira. Fonte: Marcelo Carnaval / Agência O Globo. Marcelo Carnaval / Agência O Globo. 2019.

Nos anos seguintes, até 1942, as correlações de forças política e econômica, nacional e internacional, se digladiaram quanto a consolidação do extrativismo na região. Grupos nacionalistas tentando limitar a atuação dos grupos estrangeiros, e outro setor liberal se aliando ao setor externo. A Itabira Iron Co. tinha obrigação contratual com o governo em instalar uma siderúrgica na região de Itabira, com capacidade de produção mínima de mil toneladas mês, mas adia cumprir com o acordo em razão da ausência de recursos. Isso afetaria até o término da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Os meandros desse embate não interessa a reflexão aqui pretendida. O ponto crucial é que a partir da Era Vargas (a partir de meados da década de 1930) foi-se endurecendo as regras para extrativismo estrangeiro, até culminar nos Acordos de Washington, firmado entre Brasil, Estados Unidos (EUA) e Inglaterra. Nesses acordos o Brasil recebeu dos EUA empréstimos para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de aquisição de máquinas e utensílios necessários para a conclusão e restauração da EFVM. Já o governo britânico no acordo se comprometeu a adquirir e transferir ao governo brasileiro, as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore Co, a contrapartida é o fornecimento de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro, incluindo os custos da produção, transporte e exportação. (VALE, 2012).

2.2 A Vale e a Máquina do Mundo

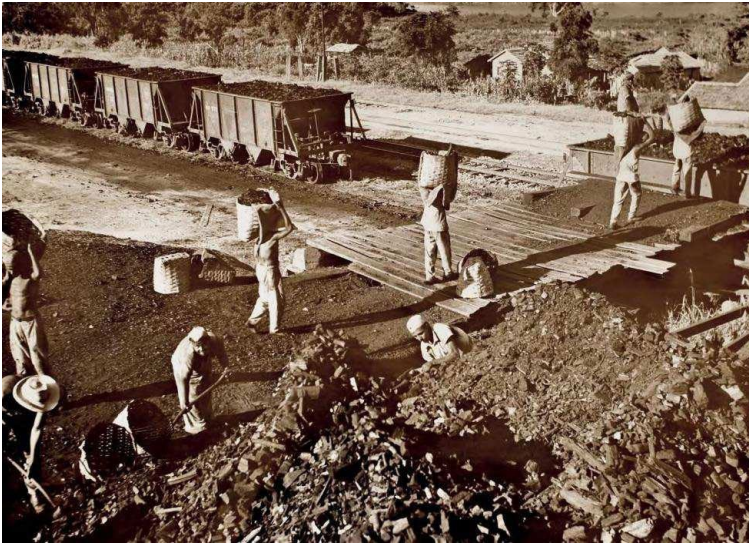


Figura 7: Os leões da Vale extraindo manualmente minério e carregando em cestos de palha. 1942. Fonte: Vale, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/about-vale/book-our-history/paginas/default.aspx>.

Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei n.º 4.352, de 1 de junho de 1942, que cria a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), fruto dos Acordos de Washington (firmado em Março de 1942 tendo como signatários Brasil, Inglaterra e Estados Unidos), em que estava prevista a participação, em cargos estratégicos, de estrangeiros no comando da Companhia. A ideia fundamental era criar as bases para a organização, no Brasil, de uma companhia de exportação de minério de ferro. O objetivo era viabilizar uma empresa capaz de alavancar o fornecimento de ferro para a indústria bélica americana. (VALE, 2012, p.42). Dessa maneira, a CVRD é criada para atender interesses de potências capitalistas, demanda de ferro para indústria bélica, envolvidas em uma guerra de dimensões continentais, no qual a gênese dos conflitos estava intimamente ligada às práticas neocoloniais. Portanto, mais

uma vez, as práticas coloniais são reiteradas e joradas em Itabira, através da sistematização do Extrativismo.

Portanto, a remota Itabira do Mato Dentro tem um lugar decisivo nesse cenário, mesmo que pouco visível, no fogo cruzado dessa grande maquinação diplomática, econômica, militar e política (WINISK, 2018, p.109). Diplomática, pois, uma das principais barganhas dos Acordos de Washington, era o imbróglio da Itabira Iron Ore Company; econômica, porque culminou na criação da Companhia Vale do Rio Doce e um complexo nacional de mineração voltado para exportação, com base em Itabira; militar já o motor das negociações era a necessidade de matérias-primas estratégicas e do ferro extraído do Cauê, para dar mais fôlego aos Aliados no conflito armado; política, pois, foi resultado desses acertos diplomáticos, econômicos e militares que o Brasil tomou posição e entrou na Segunda Guerra, abrindo espaço para a manifestação de embates internos contra a ditadura do Estado Novo, que transpunham a luta mundial antifacista para o cenário nacional. (WINISK, 2018. p.109).

Ressalta-se os termos dos Acordos: 1) O governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore Co, todas localizadas no município de Itabira, eram as seguintes: Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Dirão e Onça, Itabiruçu, João Coelho, Borrachudo, Santana, Sumidouro, Campestre-Manuel Anastácio e Rio do Peixe; 2) O governo norte-americano concedia um financiamento no valor de US\$ 14 milhões, por meio do Eximbank. Porém, esses recursos teriam que ser utilizados para a compra, nos Estados Unidos, de equipamentos, máquinas e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Vitória a Minas e ao aparelhamento das minas de Itabira e do Porto de Vitória; 3) A contrapartida Brasileira também seria o transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado(incluído os custos da produção, transporte e exportação). Ainda mais uma cláusula, o contrato trienal poderia ser renovado até

o fim da guerra e mais, mesmo após a guerra e extinção do contrato, os Estados Unidos e Inglaterra ainda manteriam preferência no direito de aquisição do minério, porém a preços de mercado.

Logo, se analisarmos os termos desse acordo, até mesmo numa perspectiva nacional-desenvolvimentista, são termos que reforçam a subalternidade brasileira frente a interesses estrangeiros e coloniais, haja vista que limita e muito a soberania nacional. Podemos afirmar isso devido as seguintes análises: 1) É transferido ao governo brasileiro terras que foram compradas de má-fé pelos ingleses, conforme já explanado no tópico anterior; 2) O Brasil é obrigado não só a fazer um empréstimo, como condicionar a destinação da verba a finalidades de interesses externos determinadas, e mais, enquanto não fosse liquidado o empréstimo, a direção da companhia seria conjunta entre brasileiros e estadunidenses; 3) Uma contrapartida arbitrada exclusivamente pela demanda de minério de ferro da indústria bélica dos países “aliados”.

Dessa maneira, dialogando com os conceitos trabalhados no primeiro capítulo deste trabalho, os desdobramentos dos Acordos de Washington reforçam as relações coloniais, sobretudo através do impulsionamento do extrativismo. Visando possibilitar a viabilidade do setor extrativista, na condição de fornecedor em escala mundial, os signatários dos Acordos impuseram uma série de interferências e violações no território. Negrita-se que o produto do extrativismo econômico da CVRD serem voltados para o mercado externo, com a exportação de commodities, o que reforça também outro conceito já trabalhado no primeiro capítulo o da teoria da dependência, quando explanamos o extrativismo econômico. Assim, a região a ser explorada, Itabira do Mato Dentro, permanece limitada à condição de um polo abastecedor de matérias-primas para o mercado mundial, e sua economia condicionada a ser assentada na exportação de produtos originários da exploração mineral. Por conseguinte, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a desconsiderar as necessidades da maioria da população, são endossados nesse processo. Além disso, também há

outros efeitos menos visibilizados pelas letras dos Acordos, entidades naturais e simbólicas são sacrificadas silenciosamente em prol desse progresso. Nesse sentido a observação de Winisk, 2018 é pertinente:

Vale repetir: o “sono rancoroso dos minérios” era acordado do seu torpor imemorial para ir à luta, passando por um duplo batismo de fogo – o da guerra, da linha da chegada, e o das dinamitações no pico do Cauê, na linha de partida. Se os americanos entravam com os dólares do financiamento milionário, e os ingleses arcavam financeiramente com a devolução das jazidas de propriedade anglo-americana, o Brasil entrava, afinal com a montanha de ferro Itabira: estoque bruto a ser expressamente sacado como capital in natura, ao mesmo tempo que entidade natural e simbólica a ser tacitamente sacrificada. O caráter sacrificial da operação é a parte silenciada e evidentemente não contabilizada nos contratos. (WISNIK, 2018, p.107).

Isto posto, continuamos a narrativa da trajetória da Vale no território itabirano. A primeira fase que compreende o período de 1942-1951 é o período de instalação e consolidação da Companhia. Nos três primeiros anos da Companhia a exportação de minério de ferro foi uma realidade muito distante das mesas de negociação diplomática, a expectativa prevista em Washington foi frustrada: a quantidade de exportação de minério de ferro foram dez vezes menor do que o previsto nos Acordos. O conflito bélico acabou antes que a CVRD terminasse de se instalar e consolidar, também houveram atrasos na chegada dos equipamentos importados, dificuldades com a logística das ferrovias, e outro fator determinante, o exaustivo trabalho braçal nessa fase, devido ao processo manual rudimentar da extração nesse momento. (MINAYO, 2004) denomina essa fase de “época do muque” pelas exigências do processo de trabalho que beirava os limites da for-

ça humana, numa tarefa hercúlea que coloca na memória operária esses primeiros trabalhadores como “Leões da Vale”. Foram recrutados cerca de 6.000 trabalhadores, que em sua maioria eram pretos e analfabetos, vindos do campo (MINAYO, 2004, p.89) submetidos a uma jornada exaustiva. Eram duas turmas alternando dois turnos de 7:00 às 16:00 e de 16:00 às 23:00, num ritmo alucinante em que “a marreta não para e o suor escorre, marcando cada rocha com o esforço sobre-humano que a pulveriza” (MINAYO, 2004, p.105), com condições de trabalho precarizadas, predominantemente manual, sem equipamentos de segurança e ambiente insalubre e periculoso. Tudo isso fez esses “Leões da Vale” ganhassem a alcunha também de “Homens de Ferro”, entretanto, com uma dualidade que permeia até os dias atuais. Por um lado orgulhosos e gratos por serem “fichados” e com isso garantir alguma estabilidade e terem acesso a determinados direitos sociais, que haviam acabados de serem consolidados na CLT de 1943, e por outro, cientes da aguda espoliação que eram submetidos. Esse sentimento híbrido tão presente nos trabalhadores da Vale em Itabira também é percebido e narrado por Minayo:

De um lado está seu orgulho de produzir, alimentado pelo sonho, desde o início cultivado de que “A Companhia é nossa”; de outro, o sentimento de explorado, marcando-lhe o corpo recurvado e o espírito submetido, por sua revolta surda, poucas vezes confessada, de que o “valor de nosso suor e de nossa vida nunca foi suficientemente reconhecido”. Na consciência prática desses mineiros sempre imperou uma ilusão profunda e acalentada de que o capital tenha alma, coração e saberá agradecer. (MINAYO, 2004, p. 106).

Esses sentimentos híbridos aliados a um período instável de crise, de fortes dificuldades de instalação e consolidação da Companhia, que cumpre apenas um décimo do acordado com EUA e Inglaterra, in-

seridos num contexto de depressão econômica no período pós-guerra, que faz diminuir as vendas, culminando em 1945: 1) o cancelamento de contratos de compras por parte da Inglaterra; 2) Os EUA se demonstraria cada vez menos colaborativo nos acordos; 3) Atrasos no envio dos equipamentos para aparelhar as ferrovias e as minas e o vencimento das dívidas com o Eximbank. Tudo isso levaria a Companhia a adotar uma política de contenção de gastos e aumentar ainda mais a pressão nos trabalhadores. Resultado disso foi uma resposta dos trabalhadores através da “revolta surda” dos mineradores, a primeira greve na CVRD, realizada em 1945 (MINAYO, 2004). Os motivos alegados para a paralisação eram os constantes atrasos no pagamento de salários, as duras condições de trabalho, as excessivas exigências de produção e a falta de transporte para locomoção até o alto do Cauê.

Conta-se que sob liderança de quatro feitores os trabalhadores fizeram ações diretas utilizando ferramentas de trabalho como instrumentos de depredação do patrimônio da CVRD e de coação dos dirigentes e dos colegas fura-greve. A revolta ganha corpo e nem a empresa quanto a polícia local dão conta de conter o movimento, foi necessário requisitar um contingente de 60 policiais vindos de Belo Horizonte. Não se tem registros formais e há poucos relatos orais do ocorrido e sobretudo, dos efeitos da greve. O pouco que se sabe é que os líderes do motim foram sumariamente demitidos, porém nada se sabe do paradeiro deles. Nas conversas e entrevistas realizadas, encontrei a mesma dificuldade que outros pesquisadores, como é o caso de Minayo (2004). As respostas sempre eram evasivas ou reafirmações de álibis para não ter participado do movimento. Pareceu-me mais uma das confidências de itabirano, que mesmo sendo conterrâneo e alguns casos com laços familiares, não me foi confidenciado. O não dizer também expressa uma posição interessante de análise e com alguns significados. Os mecanismos de repressão e silenciamento dessa grande Companhia varreram para debaixo do tapete situações que necessitavam de diálogo e construção de um entendimento, o que pode deixar essa indignação latente e voltar à tona em outros momentos de crise. Minayo (2004), faz uma leitura que a revolta de 1945 teria sido

um “mito de origem” tratado como tabu. Compreendendo esse mito de origem como um vínculo interno com o passado fundador, ou seja, o passado continua presente, construindo um espaço atemporal na memória que serve como referência. Logo, o “mito” se remodela e se repete. Sendo assim, a “greve-mito” se transfigura em “greve-tabu” de uma história e lugar inacessível, censurando as pessoas e a coletividade, cuidadosamente escondido e interdito. Porém, deixam cicatrizes e rastros, que podem guiar novamente ao caminho. Um desses rastros, a herança da greve de 1945, foi a criação do Sindicato Metabáse, sendo a iniciativa da criação feita pelo Presidente da Companhia.

Esta estratégia foi parecida com a que Getúlio Vargas adotou anos antes sobre a CLT, pressagiando um caminho inexorável de conquistas de direitos da classe trabalhadora, antecipa a institucionalização da conquista de direitos. Com isso além de capitalizar politicamente promulgando a CLT com uma prática clientelista, interfere nas estruturas que nasceram. Portanto, dessa maneira, reforçou os mecanismos de controle e poder. No caso da greve é uma reprodução disso, na tentativa da Companhia “domesticar os leões da Vale” e ainda criar a imagem de “Mãe-Vale”.

No final da década de 1940 foram adotadas políticas de organização dos trabalhadores e da produção além de recursos obtidos com o Banco do Brasil e venda de debentures no mercado internacional. A Companhia reuniu condições para intensificar o programa de obras indispensáveis à operação da estrada de ferro, à extração e à exportação de minério. O plano Marshall em 1947 e a Guerra da Coreia em 1950 influenciam na demanda internacional de minério de ferro.²³

O aumento das vendas se traduziu também na contribuição cada vez maior da CVRD no total das exportações brasileiras de minério de ferro. Se no primeiro ano de operação, 1942, a Companhia respondeu por pouco mais de 11%, no final do ano, após algumas oscilações, seu peso percentual ascendeu a mais de 80%. A Tabela abaixo retrata, ano a ano, a participação da Vale do Rio Doce nas exportações brasileiras

23 Em 1948, obteve, pela primeira vez, um saldo positivo de 4.214.592,63 cruzeiros. (VALE, 2012).

de minério de ferro com base no confronto dos dados de exportação do país e da própria Companhia. (VALE, 2012).

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD NO TOTAL NACIONAL

ANOS	CVRD (t)	BRASIL (t)	CVRD/BRASIL (%)
1942	35.407	316.033	11,2
1943	62.928	322.802	19,5
1944	127.194	205.798	61,8
1945	101.694	299.994	33,9
1946	40.962	64.413	63,6
1947	174.290	196.737	88,6
1948	385.252	599.289	64,3
1949	471.947	675.574	69,9
1950	721.765	890.125	81,8

Fonte: Relatórios de Diretoria, 1943-1951.

Figura 8: Participação das exportações de Minério de Ferro da CVRD no total Nacional. Fonte: VALE, 2012.

O segundo período de atividade da CVRD é compreendido entre o início da década de 1950 até início da década de 1970. Trata-se de uma fase de consolidação, mecanização da CVRD e de diversificação de compradores no mercado internacional. Em decorrência disso a Vale ganha os holofotes do mercado mundial começando a ser conhecida e a ostentar o título de maior empresa de mineração a céu aberto no mundo. Minayo (2004) denomina esse período como “O Império das Máquinas”. Segundo a antropóloga, nesse período as grandes maquinarias começam a se impor, substituindo os meios manuais de extração de minério. Por conseguinte, finda um ciclo do modo de produção extrativista, e começa a intensificar uma passagem para uma produção cada vez menos submetida a processos manuais e mais atrelada aos processos de mecanização e automação. As relações dos trabalhadores com a Companhia também se transformam, exigindo dos trabalhadores uma maior disciplina, produtividade e obediência hierárquica. A expansão da CVRD e a competitividade no mercado externo, conduz as estruturas tecnológicas e de organização do trabalho cada vez mais complexas.

Sob seu império, as novas relações entre homens e máquinas se constroem, se estranham e se entranham. É o tempo de crescimento, de desenvolvimento econômico e de expansão empresarial da Companhia Vale do Rio Doce, que vai se firmando no mercado internacional como uma marca respeitada e reconhecida.

(...) Sua identidade é forjada no ferro de emoções, de conflitos e de orgulho pela pertença à família da Vale-Mãe, essa criatura-criadora de uma cultura institucional urdida na ética, na disciplina do trabalho, e do empreendedorismo obediente, assim como no autoritarismo, no clientelismo e no corporativismo, marcas indelévels na cultura política nacional- desenvolvimentista. (MINAYO, 2004, p. 81).

O terceiro período tem como marco temporal o início da década de 1970 com a implantação do Projeto Cauê, e vai até meados da década de 1990, com a privatização da CVRD. Nesse período amplia-se o expansionismo da Vale, que, de fato, se torna uma sociedade anônima. Completa a transição da mecanização para automação, a estrutura produtiva cada vez mais automatizada, hierarquia e divisão do trabalho cada vez mais segmentado com diversos escalões e controles. Visando aumentar solidez e competitividade da empresa no mercado externo, o epicentro da Companhia passa para os escritórios centrais que analisam, planejam, calculam as vantagens comparativas de seus produtos, interesses, alterações de cenários nacional e internacional na esfera econômica, política, cultural, tecnológica e simbólica (MINAYO, 2004).

A CVRD que inicialmente atuava de maneira mais pontual no território (Itabira do Mato Dentro) começa a ganhar sucursais, efetivando a migração de uma estatal para uma multinacional. Dessa forma, as relações passam a se tornar cada vez mais distantes e impessoais, o sentimento de pertencimento da família “Mãe-Vale” ou “Mãe-Doce”

vai sendo relativizado, principalmente pela perda de certos direitos sociais e conjunturas econômicas desfavoráveis, devido a políticas de gestão que priorizariam menos capital humano e assegurar empregos.

Aquele sentimento híbrido vai expondo cada vez mais as contradições. O mito- originário, que se tornou mito-tabu, estava cuidadosamente escondido pela montanha, porém foi descoberto pela sua pulverização, culminando-se numa nova greve histórica datada 1989. A ideia da Companhia-Mãe dos funcionários, da produtividade como ato heroico nacionalista, desse desenho patriótico construindo desde a origem da Companhia por Vargas e reforçado pelos governos da ditadura civil-militar das décadas seguintes embarça a visão dos trabalhadores e serve como instrumento de legitimidade da Companhia, inclusive na cidade. Teceu-se a falácia de uma identidade comum entre governo, povo e nação, “cuidadosamente semeada, cimenta fortemente a base da cultura institucional da Vale.” (MINAYO, 2004). Torna-se presente no cotidiano dos mineiros o medo à livre associação. A permanência de uma visão ambígua, de que a Companhia representa também os trabalhadores, nos ajuda a entender em partes os 44 anos sem outra manifestação ou greve. Recordar-se que nesse caso, o patrão, para os operários da CVRD, até 1997 é o próprio governo brasileiro.

O quarto período que compreende o período de privatização e pós-privatização, com a flexibilização dos processos produtivos, dos direitos sociais dos trabalhadores (diminuição dos empregos e predominância para terceirizados). Período em que também houve uma primazia da bolsa de valores, mercado externo e expansão para outros territórios, já que esse momento também marca a exaustão da Mina do Cauê em 2003. Ademais, uma obsessão em se tornar uma marca internacional retira-se até o Rio Doce de seu nome. Ao longo de 2007, as ações da Vale foram as mais negociadas entre todas as empresas estrangeiras no pregão da Bolsa de Nova York, batendo até as da BHP Billiton, líder mundial no setor de mineração (VALE, 2012).²⁴ Depois de 70 anos, a Vale se fazia presente em países como África do Sul, An-

²⁴ Vale é a ação estrangeira mais negociada na Bolsa de Nova York”, Folha de S. Paulo, Mercado Aberto, 30/1/2008.

gola, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Filipinas, França, Gabão, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Libéria, Malásia, Malauí, Moçambique, Mongólia, Nova Caledônia, Omã, Paraguai, Peru, Reino Unido, República Democrática do Congo, Suíça, Tailândia, Taiwan e Zâmbia.

Diante desse “vasto mundo” que se tornou a Vale, Itabira vira só mais um pontinho do mapa de negócios. Alterna-se ou coexistem o local e global, da cidadezinha de um Mato Dentro para ponto crucial dos Acordos de Washington, com a maior mina do hemisfério ocidental. No saque a céu aberto ininterrupto por mais setenta anos, as montanhas foram pulverizadas e as violações de direitos ficam mais nítidas. Wisnik sintetiza bem esse cenário de violações e da relação ingrata da Vale com seu berço:

A cidade, acoplada simbioticamente a essa potência nascida das suas entranhas, vive na dependência econômica e política dos ditames da companhia, sem ter se beneficiado, nem de longe, de um retorno correspondente ao gigantismo da empresa que gerou. A inusual promiscuidade de origem do sítio minerador com núcleo urbano acarreta um impacto ambiental que se traduz em altos níveis de poeira de ferro em suspensão, imóveis afetados pela dinamitação das rochas e assoreamento das fontes de água. Longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade que é posta, na prática, no lugar de intrusa, no momento em que bairros construídos sobre veios de minério de ferro são obrigados a se deslocarem para permitir a continuidade da exploração até o esgotamento total do estoque (WISNIK, 2018.p. 120-121).

Conforme demonstrado, a Vale sempre dispôs e se apropriou do território de Itabira de acordo com seus interesses, à medida que seus empreendimentos sofriam mudanças. Uma delas foi a de condicionar a vida dos moradores, sobretudo dos moradores funcionários da empresa, a viver conforme esta ditava.

A expansão da mineração na malha urbana itabirana realiza remoções de moradias, aproxima vilas e bairros operários com as minas, gerando assim problemas socioambientais graves, como a abrupta alteração da paisagem, o barulho das máquinas e das explosões, o aumento da emissão de partículas na atmosfera, a contaminação dos lençóis freáticos, rachaduras e os abalos estruturais nas casas, dentre outros. Dessa maneira, é potencializada uma situação de vulnerabilidade social e reforça a subalternidade. Isso caracteriza como mais um forma de violação de direitos, o direito à moradia adequada²⁵ e à terra urbanizada, que compreendem o arcabouço do direito à cidade. A partir do exposto, vou trazer os casos de duas Vilas removidas, Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) e a Vila Paciência, que serão trabalhados na próxima sessão.

25 Para que o direito à moradia adequada seja satisfeito, há alguns critérios que devem ser atendidos. O Comentário nº 4 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais define o que considera uma moradia adequada: i) Segurança da posse; ii) Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; iii) Economicidade; iv) Habitabilidade; v) Acessibilidade; vi) Localização; vii) Adequação cultural; A melhor forma de entender o direito à moradia adequada é entender que ele é composto por três elementos: liberdades, garantias e proteções. Quanto as liberdades são: 1) Proteção contra a remoção forçada, a destruição arbitrária e a demolição da própria casa; 2) O direito de ser livre de interferências na sua casa, à privacidade e à família; 3) O direito de escolher a própria residência, de determinar onde viver e de ter liberdade de movimento. Quanto as garantias: Segurança da posse; Restituição da moradia, da terra e da propriedade; Acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada; Participação, em níveis internacional e comunitário, na tomada de decisões referentes à moradia. Por fim, o direito à moradia adequada também inclui proteções: Proteção contra remoção forçada é um elemento-chave do direito à moradia adequada e está intimamente ligada à segurança da posse. Remoções forçadas são definidas como a remoção permanente ou temporária contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades das casas e/ou terras que ocupam, sem a provisão e o acesso a formas adequadas de proteção jurídica ou outra (UNITED NATIONS, 1997).

2.3 As remoções forçadas: os casos das Vilas Explosivo e Paciência



Figura 9: O acoplamento do extrativismo com a cidade. Fonte: Acervo pessoal do autor. (2019)

A presença de uma empresa estatal do porte da CVRD na cidade passa a influenciar diretamente à vida itabirana, em seus mais variados aspectos: social, espacial, econômico e político (SOUZA, 2003). Segundo a antropóloga, “a sensação é que a CVRD penetra todos os cantos da sociedade local, a cidade passa a ser encarada como uma “cidade invadida”, alterando radicalmente as redes de relações e as concepções de mundo.” (MINAYO, 2004). (Wisnik, 2018) complementa que tal percepção do trecho mencionado, Itabira longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade que é posta, na prática, no lugar de intrusa. A CVRD é a expressão do Extrativismo, ao permear todos os cantos da cidade e alterar drasticamente o modo de viver da população manifesta o extrativismo nas suas três dimensões que trabalhamos no capítulo 01, extrativismo econômico, epistêmico e ontológico. Transfigura-se a paisagem, a dinâmica socioeconômica, os modos de pensar, ser e viver dos povos que habitam o território.

Diferentemente do conceito weberiano de “aldeia industrial” e “cidade-empresa” (PIQUET, 1998), Itabira não se enquadraria tanto nessa definição quanto aquela, sobretudo, pelo seu passado bicentenário, que se diferencia das cidades que surgiram para atender exclusivamente a essa atividade industrial. Em conformidade, no início da década de 1940 a Itabira que a CVRD encontra é rica em experiências e histórias, porém, uma cidade economicamente decadente, apresentando similaridade a outras cidades mineiras que tem em sua trajetória inicialmente ligada a exploração do ouro (MINAYO, 2004).

Além disso, ao contrário de outras áreas de mineração em que a exploração ocorre fora do perímetro urbano, no caso itabirano o extrativismo se instalou junto à cidade, que já existia muito antes da instalação da CVRD, entrelaçado ao sítio urbano. Corroborando com tal asserção a drástica redução da área física do município, que por sua vez, é cedida para aumento das áreas de servidão para mineração. Dados elaborados pela Fundação João Pinheiro apontam que a área física do município em 1950 era de

310.495 ha, já em 1980 foi para 208.450 ha (FJP, 1981). Devido a essa dinâmica entrelaçada com o urbano, entendendo por urbano como espaço construído e vivido, a correlação da cidade e mineração transfigura o espaço da cidade. Dessa forma, tudo o que havia antes da presença da mineradora adapta-se às suas formas de agir e de interagir, mesmo que isso provoque distorções no entorno preexistente. No momento em que se instala em Itabira uma empresa estatal do porte da CVRD, os interesses externos ao município sobrepõem-se aos locais. Sendo assim, as estruturas política, socioeconômica e urbana amoldam-se em virtude das exigências e necessidades geradas pelo funcionamento da empresa (SOUZA, 2003). O extrativismo desenvolve uma relação parasitária com o município de Itabira.

Assim sendo, ao confrontar os interesses locais com a atividade hegemônica, evidencia-se que a cidade se torna o “palco de conflitos pressupondo a construção permanente de um espaço público de mediação e negociação” (ROLNIK, 2000, p. 07). Em consonância com a

ideia do urbano como palco de conflitos, encontros, interesses e contradições, Lefebvre assevera:

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno (...). O urbano se apresenta ao contrário, como lugar dos encontros e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 2004, p. 160).

Por conseguinte, pode-se apontar como uma forma dessa transfiguração a criação nos anos 1950 de bairros funcionais na cidade, iniciando um processo de segregação e hierarquização espacial de maneira imposta (SOUZA, 2003). Nesse período houve uma intensificação da produção da CVRD visando consolidar a companhia e garantir a produção projetada pelo mercado internacional, conforme já foi narrado. Para viabilizar tal empreitada foi necessário atrair mão-de-obra de outros locais, ocorrendo um processo de migração. A infraestrutura da cidade naquele momento era tímida para suportar esse fluxo migratório. Os alojamentos rústicos que uma parte dos trabalhadores da Companhia viviam, relata os anais da CVRD de 1943, eram insalubre e precários, repletos de doenças graves para época, tais como tuberculose, desnutrição, malária, tifo. Esse mesmo documento da empresa conclui que esse quadro precarizado conduz à baixa produtividade dos trabalhadores. Não obstante, para propiciar os projetos de expansão da CVRD da década de 50 a Companhia decide construir bairros e vilas para o quadro técnico e operários. Sendo assim, a expansão das atividades minerárias culminou um modelo de urbanismo concebido e construído pela Companhia. Passa a existir duas cidades diferenciadas: a “cidade pública” anterior a Vale constituída de maneira mais “orgânica” e a “cidade privada” (COSTA, 1979 p.65) planejada e construída pela empresa para abrigar parte de seus empregados. Des-

taca-se que os bairros de empregados de baixa qualificação profissional, as vilas operárias, foram instalados próximos às áreas de mineração, inicialmente vizinhos as minas de Conceição e do pico do Cauê, aplicando-se lógica capitalista de deixar os operários disponíveis e de prontidão (MINAYO, 2004).

Já os bairros de categoria funcional média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. Por consequência, na cidade passa a existir a mesma hierarquia do interior da empresa, porém de maneira espacial. Dessa forma, observa-se um processo de isolamento, sobretudo, dos bairros operários. A CVRD construía escolas, farmácias, lojas, toda uma infraestrutura necessária a uma vida comedida para os operários não precisarem ir a “cidade pública” e, assim sendo, criar laços de dependência com a empresa em detrimento de vínculos e vivências com a cidade. Nesse sentido, SOUZA (2003) analisa essas alterações no espaço urbano de Itabira:

Na relação entre cidade/minas/mineração tem início alterações significativas no espaço urbano da cidade. Esse vai-se constituindo e se transformando, inserido na lógica de produção industrial capitalista. As serras e picos destruídos pela mineração enquanto o espaço urbano vai-se remodelando em função das necessidades da indústria mineral, tanto em termos de estrutura econômica quanto em termos dos espaços necessários para abrigar parte da força de trabalho crescente na mineradora.

(...) Os bairros operários situavam-se próximos às minas de Conceição e do pico Cauê, obedecendo a uma lógica empresarial que disponibilizava e deixava em prontidão aqueles operários, trabalhadores essenciais ao funcionamento dos equipamentos industriais como: mecânicos, escavadeiras, tratoristas, entre outros. Outros bairros funcionais destinados aos empregados de categoria funcional

média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. A estratégia, nesse caso, era manter esses funcionários distantes dos subalternos, garantir-lhes sossego e melhores condições de vida. (SOUZA, 2003, p.41-42).

De maneira concomitante, a parcela da população que não está “fichada”, os excluídos da mineração, acabam construindo de forma espontânea, sem infraestrutura, “contando com a ajuda uns dos outros para construir seus barracos em mutirão, em alguns casos, como no Machado e João XXIII com o auxílio de congregações religiosas” (FERREIRA, 2015. p.72), o que demonstra a ausência de política pública de habitação no município é uma constante.

Durante a pesquisa e trabalho de campo em Itabira, foram elencadas duas vilas, uma vila operária, Vila Sagrado Coração de Jesus e outra fruto da consolidação de ocupação urbana, Vila Paciência, pois representam dois casos em que houve processo de remoção em momentos distintos de atuação da empresa na cidade, respectivamente década de 1970 e anos 1980 e 2000.

Nesse cenário que trazemos o caso da Vila Sagrado Coração de Jesus, vulgo Explosivo.

2.2.3 Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo)

“Na casa dos outros não manda, né? a gente tem que pedir” (JWM, ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

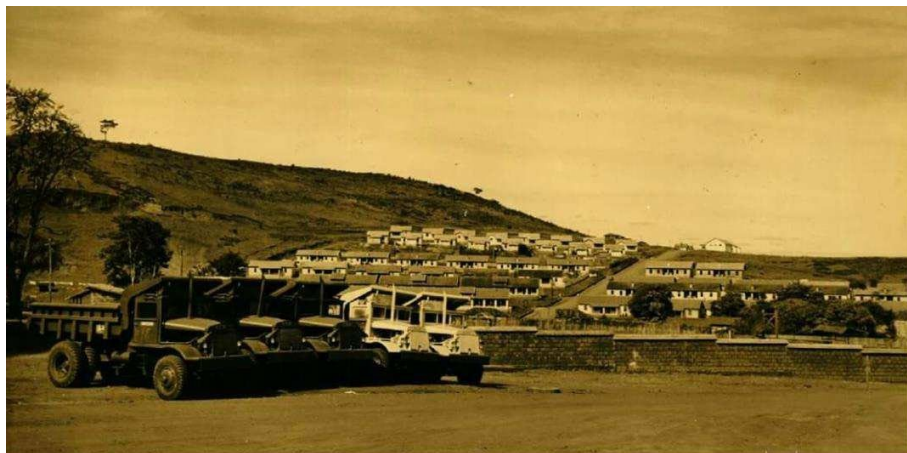


Figura 10: Explosivo entre 1946 e 1951.

Fonte: Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

A Vila Sagrada Coração de Jesus, uma Vila Operária construída pela CVRD na década de 1950, popularmente conhecida como explosivo, pois, ficava próximo à Mina do Cauê, aonde ocorria explosões de pedras. Segundo relato de ex-moradores, não era incomum que caísse algumas pedras no quintal das casas, reflexo das explosões da mineração no entorno da Vila.

Realizei entrevistas com dois ex-moradores e duas ex-moradoras do Explosivo, alguns pontos foram convergentes nos relatos orais: i) a começar pela convivência entre os moradores do bairro Vila Sagrado Coração de Jesus, todos relatam que era muita harmônica a convivência, com fortes laços comunitários, histórias de vida semelhantes, com cargos parecidos na CVRD, frequentavam mesma igreja, escola, locais de lazer cultura, tudo isso reforçou os vínculos coletivos. Mes-

mo anos após as remoções mantém fortes vínculos, organizando inclusive encontros para relembrar e recontar as histórias.

Morava lá no Explosivo. Todo mundo unido. Naque-la época era todo

mundo unido. Meus colega de infância, não pode “recrama” não, porque a vida era boa, todo mundo conhecia todo mundo, tempo de andar com estilingue no pescoço, era uma vida 100% brasileira.

(...) a relação dos vizinhos era muito boa, todo mundo era amigo, tanto que quando tem festa no valério²⁶ que reúne todo mundo de novo, todo mundo conhece todo mundo, mãe de cada um, infância como foi, monte de causo longe pra contar, entendeu?

(J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Os vizinhos eram muito bons, inclusive perto de mim mora um punhado que morou lá, somos amigos até hoje, graças a deus.

Mas, muitos foram espalhados, a gente era igual irmã de amizade. Olha que benção que era, nosso deus, era bom demais. Aqui também não posso “recramar”. Graças a deus vivo muito bem com meus vizinhos. Quando adoecia ou ia ganhar menino as outras vizinhas ajudava, ficava com a gente o tempo que precisava.

(M.V.M., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

26 Valério Doce Esporte Clube é um clube da cidade de Itabira.



Figura 11: Cartaz do Encontro de ex- moradores do Explosivo em 2012.

Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”.

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

Outro ponto que todos entrevistado confluíram foi o modo de viver que possibilitava resgatar o modo campesinos que muitos tra-

ziam em suas histórias de vida. Era uma espécie de zonas rurubanas aonde cada casa possuía um quintal em que plantavam a sua horta, pomar, galinheiro, pocilga, culturas de subsistência, brinquedos rústicos para crianças. Ressalta-se que era um período histórico em que a população rural era predominante no país. Entretanto, pode-se perceber uma relação cautelosa com o território, como se tivesse que pedir licença para Vale para se apropriar da terra, pois, ela que construiu e era “dona”. Logo, era a Vale que “dava liberdade pra pranta”

porque na verdade se eu ficasse lá, na comparação, às vezes podia tá melhor por causa da liberdade que a Vale dava de “pranta”, eu lembro que tinha um quintal bem grande que se tenta ajudar a sustentar nós e tinha de tudo que cê pensar no quintal, tinha de tudo, porque meu pai “trabaiava” e tinha boa vontade de “pranta”. Naquela época tinha mandioca, batata-doce, manga, banana, cana, abacaxi o que você precisar saia dali, e gostava de “prantar” naquela época.

(ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

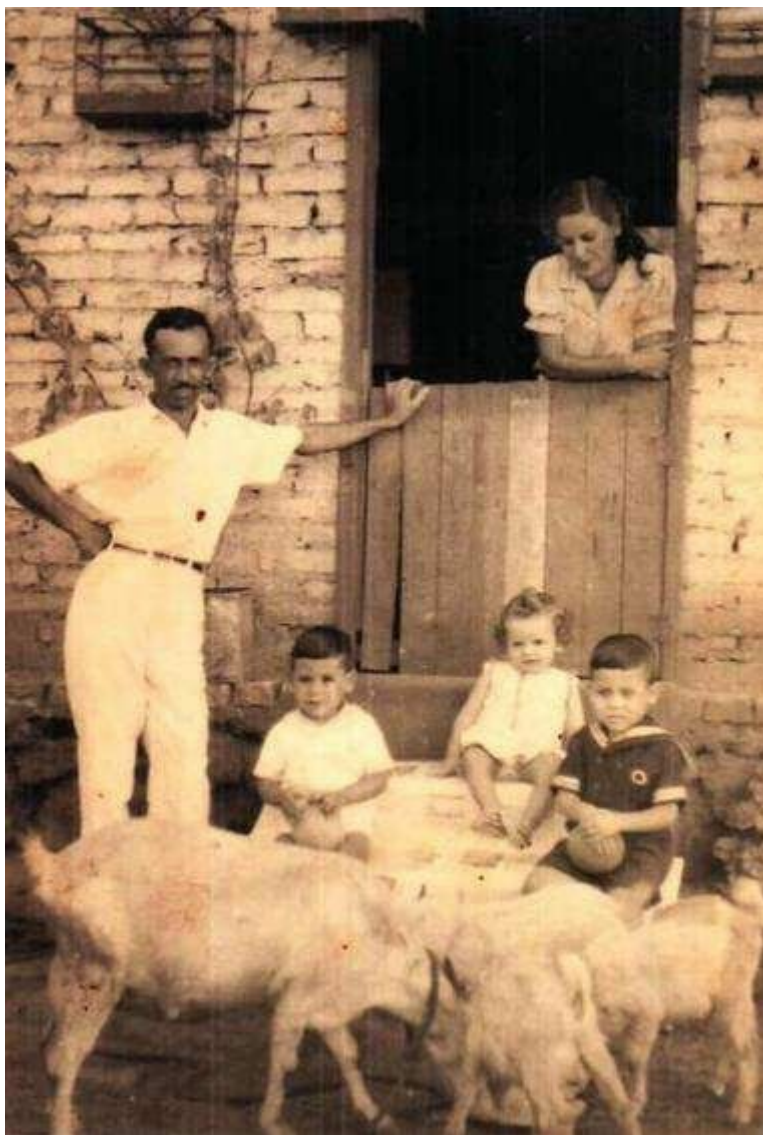


Figura 12: Foto de ex-moradores do “Explosivo”, s/d. Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”.

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivense/>.

Essa relação cautelosa com o território e o sentimento que está na casa dos “outros”, como se tivesse que pedir licença para se apropriar das terras, também foi notada nas entrevistas. Corrobora com isso que ao serem indagados sobre a remoção, como foi o processo, se sentiram injustiçados ou com vontade de resistir, todos respondem também no mesmo sentido, que a “Vale precisava” já que a “Mãe-Doce” precisa, tem de haver compreensão, porque ela que era dona e havia dar outra solução também. “Na casa dos outros não manda, né? A gente tem que pedir”

P: O senhor se lembra do motivo que apresentaram para vocês terem sair?

R: Saímos porque a Vale precisava do terreno, né? ai Começou a indenizar, fizeram as casas aqui no bairro Amazonas pra gente ir pagando aos pouquinhos até acabar, né?

(MGM ,ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

P: Vocês queriam sair do explosivo? como é que foi? Sentiram injustiçados?

R: Não. Querer sair a gente não queria não, aquela época a coisa ainda era boa, mas, como a Vale precisou do terreno...

E: Ai ninguém engrossou a voz ?

ai ninguém engrossou, não engrossou porque precisava do terreno. Na casa dos outros não manda, né? a gente tem que pedir, então a gente sentiu muito na época, porque a gente não queria que acabasse não, por causa da união né do pessoal. Tinha muita água nascente na frente, muita liberdade

para ir pros mato, entendeu? Mas, era tempo bão, nada pra recramar na época não.

(MGM, ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Primeiro fui morar lá no Pará, morei lá um ano e pouco, de lá mudei pro explosivo, ai fiquei até vir pra cá, porque a Vale precisou do lugar, né? Ai nos “compramo” essa casa aqui e” mudamo” pra cá.

E: Pediram pra vocês saírem do explosivo? e como foi isso?

Não exigiram a gente sair não, mas, a gente sabia que tinha que sair, né? Porque estava assim de firma, sabe? muita poeira, a gente tava precisando mesmo de sair de lá, embora a gente gostava de lá, mas, não podia ficar. Ai ela opta de fazer essa aqui com menos preço pra gente ter condição de pagar., porque se fosse uma casa muito cara a gente não ia aguentar pagar, ai ela controlou assim, sabe?

Quando mudei pra aqui o piso era grosso, sem cimento, as paredes sem reboco. Aos poucos os meninos foram “trabaiando”, ajudando e fomos mexendo aos pouco aqui. Minha vida sempre foi assim, graças a Deus.

(MPMS, ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus)

I) Sem embargo, nota-se, em diferentes formas e colocações, aquele sentimento híbrido com a Companhia, já apresentado e trabalhado no tópico anterior. Ao mesmo tempo que tem uma relação de gratidão com a CVRD por proporcionais certos direitos sociais, nesse

caso a moradia, há também ciência das limitações e imposições da Vale que alteram e precarizam o modo de viver.

E hoje na comparação, a terra não dá por conta do veneno, naquela época não tinha poluição do minério, não tinha avançado tanto o minério igual hoje, de máquina não tinha quase nada, pra ter nada para mudar de lugar e tal. Entao tinha muito lugar bom, que tinha muita banana, muito abacate. então a terra era boa sem “recreamar” de alimentação. Ajudou muito a criar menino, quando a gente era pequeno, a gente não “recremava” nada, a gente não escolhia para comer, era batata doce, inhame entendeu?

(J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

E: *E como era a vida lá no explosivo?*

R: Ah muito bom, muita poeira , faltava água em casa, a gente ia longe lavar roupa nas bicas, andar longe com as bacia de roupa. Mas, mesmo assim gostava de lá.

E: poeira do minério?

É poeira do minério, mas, eu gostava de lá, todo mundo que saiu de lá sentiu falta de lá, sabe?

E: Quando vocês tiveram que sair foram avisados? Teve alguma conversa da vale? Como que foi?

R: Não, teve não. Só entregamos as casas, porque era da Vale, né? Ela mandou construir, pos firma pra construir. Entregamos as chaves e mudamos, sem problemas.

E: A senhora sentiu falta?

R: No início senti, mas, depois acostumei, hoje eu gosto muito daqui, posso “recrama” não.

E: E como era a relação da vale com o bairro? Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém icomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Ai a gente deu vontade de sair tbm. Ai mudamos para uma outra casa no exprosivo mesmo, mais embaixo, lá já era melhor, ai eu passei a dar pensão. Tinha muitos pensionista, trabalhava demais, eu e as meninas, levantávamos 5 horas para colocar o café porque já tinha peão esperando. Levantavamos cedo pra fazer o café, punha na mesa, quando era de almoço, a mesma coisa, e assim foi levando. Porque com o dinheiro da pensão movimentava e comprava as coisinhas pra meninas, sabe? Levei a vida assim, graças a deus, trabalhando honestamente, sem confusão.

(M.G.M.,ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Além disso, conforme também foi narrado nas entrevistas, a Vila abrigava muitas casas e dependendo da disposição espacial possuía padrões construtivos diferentes. Portanto, as hierarquias que eram presentes na Companhia eram reproduzidas nas vilas, mesmo dentro das vilas operárias. Os critérios de escolha da casa com padrão x ou y, além do cargo dentro da empresa, era o comportamento que a CVRD desejava, fomentando assim uma disciplina e submissão ao trabalho. Os antigos moradores relatam que os locais com maior vul-

nerabilidade socioambiental ficavam as moradias mais “simples”, na parte “velha” “de cima”. Dessa maneira, corrobora com o pensamento que aponta para uma divisão socioespacial da degradação ambiental, em que os mais despossuídos são aqueles que carregam o fardo ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

E: E como era a relação da vale com o bairro?
Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém incomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Ai a gente deu vontade de sair também. Ai mudamos para uma outra casa no “explosivo” mesmo, mais embaixo, lá já era melhor, ai eu passei a dar pensão. Tinha muitos pensionista, trabalhava demais, eu e as meninas, levantávamos 5 horas para colocar o café porque já tinha peão esperando. Levantávamos cedo pra fazer o café, punha na mesa, quando era de almoço, a mesma coisa, e assim foi levando. Porque com o dinheiro da pensão movimentava e comprava as coisinhas pra meninas, sabe? Levei a vida assim, graças a deus, trabalhando honestamente, sem confusão.

(MVM, ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Outra questão importante presente nas entrevistas é a distância que a Vila tinha da “cidade pública”. A CVRD construiu a Vila na proximidade com a Mina do Cauê, local de trabalho, em detrimento dos locais públicos, aonde concentram a maior parte da oferta de serviços públicos e são locais de encontros e trocas também. Segundo os relatos, ocorria um isolamento e alienação em relações as questões

políticas locais, por não ter acesso as notícias, informações e pouco convívio fora da Vila. A escassa oferta de transporte público também contribuía para esse isolamento, relatam que havia apenas uma linha que atendia a Vila. Outros relatos apontaram que o fato da Vila ser bem afastada da “cidade pública”, pouco urbanizada, ruas sem calçamento, de terra batida, e a intensa poeira da mina no entorno deixavam os moradores sempre com os pés vermelhos. À vista disso, os moradores da Vila foram apelidados de “pé de pomba” pelos demais moradores da cidade. O constrangimento era tamanho que uma moradora relatou que sempre que iria para fora do Explosivo levava um pano úmido na sacola para limpar os pés quando chegasse na “cidade”.

Gostava, porque era terra vermelha, chamavam de pé de pomba aquele pedaço do “exproviso” e era terra boa rapaz, todo mundo é unido, não vi a briga e não via morte, não tinha violência, não tinha droga, tinha nada viu, entendeu?
(ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Lá era terra batida, né? Ai quando ia fazer alguma coisinha na cidade a gente levava um pano molhado na sacola e um outro sapato, para quando chegasse na cidade limpar a poeira, porque a poeira rachava o pé todo, ficava tudo vermelho, por isso chamavam de “pé de pomba”.

(M.P.M.S., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).



Figura 13: Vila Sagrado Coração de Jesus, década de 1950.

Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”.

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

Em que pese a Vila estar localizada perto da Mina, estava também longe do centro da cidade e dos locais onde estavam a maior parte dos equipamentos públicos. Dessa maneira, a prioridade era bem definida, deixar os trabalhadores perto do seu local de trabalho e oferecer uma infraestrutura comedida próxima, mas, afastada da cidade. Assim sendo, desestimulava os moradores de interagir e buscar contato fora desse mundo criado pelo extrativismo, nesse caso, a CVRD. As pessoas perdiam a noção do todo, das vivências que cidade poderia oferecer.

Acrescenta-se que posteriormente, com o decorrer dos anos, essas vilas e bairros próximos as minas foram destruídos para a expansão do extrativismo, ocorrendo um processo de expansão da mineração na malha urbana. O poder de decisão outorgado a CVRD, protegida por legislação federal²⁷ sobre a concessão de lavras, autorização,

²⁷ Fundamentados no novo Código de Mineração decretado durante a Ditadura Mili-

licenciamento e permissão, fez com que bairros como Explosivo, Vila Paciência de Cima, Camarinha, 105, Sagrado Coração e outros tendem a desaparecer para dar lugar a mineração (SOUZA, 2003). Assim, pelo Decreto Expropriatório 29/06/1975, concedido pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) à CVRD desapropriou uma parcela considerável do sítio urbano, dentre essa área estava a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) (SOUZA, 2003); (FERREIRA, 2015).

Além dos mecanismos legais, a Vale utilizou-se de outros mecanismos, como por exemplo, conceder o direito de uso aos moradores das vilas operárias, porém, mantendo a propriedade dos imóveis no patrimônio da Companhia. Nesse caso reafirma a concepção que atrela, reduz e sobrepõe o direito à moradia ao direito de propriedade. Ao não conceder a titularidade da propriedade aos moradores, a CVRD apresenta a estratégia de reafirmação de uma posição de poder, de proprietária, e que em detrimento do direito à moradia poderá, a qualquer momento de acordo com a sua conveniência, dispor das áreas ocupadas. Dessa maneira, reafirma o papel legitimador do direito na violência simbólica, que pode substituir a violência física, para impor uma forma de pensamento. Nesse caso é o pensamento que o direito de propriedade se sobrepõe ao de moradia. Uma das formas de dominação que o extrativismo epistemológico manifesta. E mais perverso ainda, mantém o controle e a dependência não só dos trabalhadores, como de seus familiares. Por conseguinte, esse mecanismo consolida uma prática clientelista ou paternalista, já que não há política habitacional, a CVRD realiza habitação de interesse social, porém, ela detém a propriedade, o controle de quem pode acessar, manter e ser excluído da moradia. Evitava emigração do trabalhador no contexto de consolidação da empresa, buscando disciplinar e controlar a mão-de-obra.

Esse processo de remoção do Explosivo foi carregado de violências. Percebemos nos depoimentos dos ex-moradores, por exemplo,

tar, que revogou o Código de Minas de 1940 e regulamentou um novo através do Decreto-lei nº 227 de 1967. O outro instrumento normativo utilizado foi a letra “f” do artigo 5º do Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe nesse sentido, vejamos: Art. 5o Consideram-se casos de utilidade pública: f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

que antes mesmo da desapropriação ser formalizada a companhia já fazia sua imposição de maneira física, vai expandindo a atividade, deixando o território com condições inabitáveis, até os próprios moradores cederem.

E: E como era a relação da vale com o bairro?

Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém incomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Ai a gente deu vontade de sair também.

(M.V.M., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus)

A vila foi diminuindo, as firma foram aumentando lá perto, foi crescendo, crescendo, derrubando casa. Uns saiu mais de pressa, outros ficaram, ai era muita poeira, entulho das casa, começou a faltar água, ai tínhamos que ir até a bica. Vou ficando complicado, até o dia que a gente cansa e sai por conta própria mesmo.

(J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Quanto ao reassentamento dos moradores, também não houve uma preocupação tanto da CVRD quanto do poder público. Por conseguinte, cada família teve que se desdobrar sozinha e se dispersaram por toda a cidade, buscando regiões e situações que lhes possibilitasse condições de sobrevivência. Não houve indenização pecuniária ou apoio financeiro, a única atenuante foi uma mediação e facilitação de crédito imobiliário aos trabalhadores, via fundação da própria companhia, através da VALIA (Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade

Social). Ou seja, além de despejar as famílias, a CVRD lucra com a situação por auferir juros de financiamentos imobiliários. Portanto, o trabalhador além de despejado, fica endividado e com a sensação que a companhia está ajudando ele a conquistar a tão sonhada casa própria.

2.2.4 Vila Paciência

(...) depois é serviço braçal mesmo e fui levando até que pegar uma profissão não é fácil, é muita luta. A gente achava que a gente venciamos ia era no biliskão e no Machado. Achava que conseguia vencer, mas quem estuda vence mais fácil. (J.M., ex-morador da Vila Paciência).

A Vila Paciência não se constituiu como um bairro funcional da CVRD, como ocorreu com a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo), trata-se de um processo de consolidação de ocupação urbana,²⁸ impedida pelo crescimento espontâneo da cidade.

Assim sendo, embora não tenha sido uma deliberação da empresa ficar próximo às áreas de mineração, essa situação de vulnerabilidade socioambiental é ressonância da desigualdade histórica e estrutural arraigada no país e em Itabira. Conforme foi narrado anteriormente, no município não havia uma política urbana habitacional, o que leva as pessoas sem-teto²⁹ a acharem as soluções possíveis

28 O Grupo de pesquisa “Pelo direito à moradia adequada: mapeamento das ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana”, do Programa Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana da Faculdade de Direito da UFMG entendem como ocupações urbanas como identidades territorializadas que exercem posse planejada, pacífica e informal em espaços urbanos não utilizados, subutilizados ou não edificados, e se mantêm em mobilização continuada pelo acesso à terra urbana e pelo exercício dos direitos à moradia e à cidade. DIAS, SOUZA, et.al., Revista de Ciências Humanas (UFSC), v. 49, p. 205-223, 2015.

29 Guilherme Boulos apresenta importante reflexão sobre quem são os sem-teto a saber: É preciso, primeiramente, deixar de lado a visão equivocada de que sem-teto são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros males do sistema capitalista. A maioria dos sem-teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na infor-

e que estão ao seu alcance para sanar um direito social básico que é a moradia. A respeito desses processos Ermínia Maricato ressalta que a maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público ou aparato técnico de profissionais como arquitetos e engenheiros (MARICATO, 2001) (INSTITUTO CIDADANIA, 2000). E mais, acrescenta que as áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, que são regiões desvalorizadas e cercadas de vários tipos de riscos, que o povo pobre trabalhador irá conseguir morar, em beira de córregos, margem de estradas, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes, regiões poluídas, e outros tipos de riscos. (MARICATO, 2003). É exatamente essa situação que se emoldura a Vila Paciência, que surgiu nos finais da década de 1957 cercada pela Estrada Cento e Cinco e a pela linha férrea da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Isso corrobora com a constatação que “Ocupar não é uma escolha, é uma necessidade para muita gente. E, mesmo com repressão, a necessidade sempre bate à porta.” (BOULOS, 2012, p.46). Dessa maneira, mesmo cercadas por rodovias, linha férrea e mina de minério no entorno, essas pessoas não tiveram outra escolha senão a necessidade ocupar a porção de terra possível para construir as suas moradias.

A Vila é dividida em duas partes: a Vila Paciência de Cima, que era próxima a Mina do Crachinha, possuía sete ruas, com 123 moradias com tamanhos variados entre 98m² e 3433m², numa área que correspondia a 26 lotes de propriedade da CVRD (SOUZA, 2003), e a Vila Paciência de Baixo, que fica próxima a outros bairros da cidade como Pará e Penha, essa parte inferior possui cerca de 300 famílias, o que separa as duas partes da Vila é a Rodovia Cento e Cinco e a EFVM.

Realizei quatro entrevistas, uma ex-moradora e um ex-morador da Vila Paciência de Cima, que foi removida em meados da década de 1980, e outras com uma moradora e um morador da Vila Paciência de Baixo que resiste ao processo de remoção. Foi notório alguns pontos convergentes dos relatos: i) Existência de forte sentimento comunitário, a vila contava com a presença de associação de moradores e outros grupos coletivos tais como time de futebol (Itabira Vila Paciência malidade e sem direitos assegurados. (BOULOS,2012. p.14).

Atlético Clube IVIPA), grupo de seresta, grupo de jovens, etc. Nas entrevistas podemos notar o pertencimento que os moradores tinham e tem com o território

A vizinhança era muito boa, todo mundo era muito unido, todo mundo se conhecia, conhecia a família um do outro, sabe? Às vezes a gente sente falta dessa irmandade, dessa comunhão, sabe como é? (G.M.S., ex-moradora da Vila Paciência de Cima).
A relação entre os vizinhos era boa demais, muita gente boa, honesta, sem maldade. Tanto é que mesmo agora morando longe a gente mantém a amizade, os “vizinho” era tudo compadre um do outro. Amizade sincera mesmo, hoje em dia isso é mais difícil.

(...) a gente sente saudade daqueles tempos, domingo era jogo cedo no campinho, depois aqueles almoço farto de mesa cheia, né? Família reunia toda, era muito gostoso.

(A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima).

Aqui é todo mundo é unido, senão quem sai perdemos “é” nós mesmos. A Vale vem com tudo pra tirar a gente daqui, se a gente não for unido e dar força um pro outro “vamo” amolecer e ter sair, igual fizeram com o pessoal lá de cima.

(B.S.P., moradora da Vila Paciência de Baixo).

II) Assim como ocorria no Explosivo, na Vila Paciência as áreas transitavam entre o urbano e rural, possibilitando modos de viver que resgatam as origens campesinas. Além desse resgate do modo viver,

era nesses espaços com quintal, horta, pomar, galinheiro, que ajudam na subsistência de muitas famílias

A gente plantava nossas coisinha, era uma fruta, umas “foia”, uma banana, uma mandioca, essas coisinha que não dá pra gente ficar comprando todo dia. Ajudava bem porque sempre as criança tavam pedindo.

(A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima)

A gente cresceu nos “quintal” a fora, brincava de esconde, pega, tudo no quintal, tinha vizinho que nem tinha cerca, ai gente ficava pegando fruta daqui, fruta dali, tinha época que era de manga, depois vinha época de abacate, depois de goiaba e assim ia, era uma farra só

(H.F.R., ex- morador da Vila Paciência de Cima)

III) Em ambas as partes da Vila conviveram com a precariedade de infraestrutura urbana básica, tais como esgoto, água, pavimentação de vias, coleta de lixo, acesso a transporte público. Um relato muito rico que merece menção foi um abordado em (SOUZA, 2003) que explica a origem do nome da Vila:

Nos primeiros anos da Vila Paciência, tinha umas cinco a seis casas, tinha muita poeira, quase um palmo - pouca água e com tudo isso os moradores viviam em harmonia, tinha paciência de tolerar esperando o outro para encher a bacia, encher as latas (Relato Ex-moradora da Vila Paciência de Cima apud SOUZA p. 56).

Tinha uma biquinha, a gente buscou durante muitos anos, água. Então a gente tinha de ter muita paciência para buscar água; tinha muita gente na

frente da gente – para torcer roupa e a terra era vermelhinha, vermelhinha! Então eles falavam assim: paciência! A gente tinha que ter paciência; eles brincavam que a gente era o segundo pé de pomba, pois já tinha outro aqui na cidade. Descíamos com um paninho e chegava no bairro Pará limpávamos o sapato. O nome Vila Paciência é pela paciência que a gente tinha que ter para morar lá (Relato Ex-moradora da Vila Paciência de Cima apud SOUZA p. 56).

Interessante sublinhar que assim como acontecia na Vila Sagrado Coração de Jesus, os moradores da Vila Paciência por não ter pavimentação nas vias tinha que conviver com a poeira e com estigma dos outros moradores da cidade. (...) “a gente era o segundo pé de pomba, pois já tinha outro na cidade” é uma menção ao Explosivo, história que já foi narrada no subitem anterior. A Vila Paciência só reconhecida como bairro, legalizado pelo poder público em meados da década de 1970, mais de uma década a Vila viveu na ilegalidade urbanística, no mesmo período que ocorreu o Plano de Desenvolvimento Urbano de Itabira (1975) elabora pelo convênio entre Prefeitura, Fundação João Pinheiro e Companhia Vale do Rio Doce.³⁰ Nesse sentido, Ermínia Maricato aponta que há uma gigantesca cidade ilegal em que a exceção é a regra e a regra é exceção.

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde

30 Disponível em: <http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/09/LEI-N%C3%82%C2%BA-1700.pdf>

a contravenção é regra. Como lembram Schwarz e Arantes, inspirados em Brecht, “a exceção é a regra e a regra é exceção” numa sociedade onde a maioria não alcança a condição de cidadania (MARICATO. 2003. p. 153).

Ademais, nota-se como as histórias narradas por moradores de vilas diferentes se complementam e marcam as histórias de vida dos moradores. Em meados da década 1980, aquele mesmo Decreto Expropriatório de 29/06/1975 concedido pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) à CVRD que fundamentou a remoção da Vila Sagrado Coração de Jesus, também foi utilizado para remover a Vila Paciência de Cima, a abrangência da área que abarcava o decreto era ampla. E assim como ocorreu no Explosivo, a remoção aconteceu com uma gama de violações de direitos. Com uma roupagem de legalidade para embasar a expansão da exploração de minério na mina do Chacrinha, respaldada em diplomas legais tanto federais como municipais, a CVRD removeu 123 imóveis da Vila Paciência, situados na parte superior da linha férrea e Estrada Cento e Cinco (Souza, 2003,p.58). Em consonância com esse papel da ilegalidade como regra e a roupagem de legalidade para legitimar violações de direitos que perpetuam a dominação dos interesses das mesmas classes dominantes colonizadoras, (MARICATO, 2003) elucidada:

A ilegalidade em relação à propriedade da terra, entretanto, tem sido um dos principais agentes da segregação ambiental, no campo ou na cidade. Miguel Baldez lembra que até 1850, a ocupação de terra no Brasil era forma legítima de conseguir sua posse. A emergência do trabalhador livre é acompanhada da emergência de legislação sobre a terra que irá garantir a continuidade do domínio dos latifundiários, sobre a produção (Baldez, 1986 e Osório

Silva, 1996). A legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. (MARICATO, 2003)

Nesse caso vai além do mercado imobiliário, pois, aqui é representada pelo avanço do extrativismo, que mercantiliza a cidade assim como o mercado imobiliário faz nos centros urbanos brasileiros, de igual modo utiliza dessa mesma falácia legalista.

Ressalta-se que no caso da Vila Paciência de Cima o processo de remoção foi bem diferente do que ocorreu no Explosivo por vários motivos, um deles é a composição mais heterogênea da Vila. Por não ser uma Vila operária, a CVRD não possuía o título de propriedade das casas ou terreno, tampouco a totalidade das famílias estavam subordinadas a CVRD por relação de trabalho. Logo, a ingerência do extrativismo de maneira direta nesse território era menor, muito embora na Vila habitassem muitos empregados da companhia que temiam travar resistência e afrontar o seu empregador.

Outro motivo é a ocorrência pretérita de outros processos de remoções na cidade, todos promovidos pela expansão do extrativismo. Dessa maneira, os moradores já estavam mais atentos e sensíveis as questões das remoções, inclusive com trocas de experiências e vivências, em 1984 Itabira sediou o I Encontro das Cidades Mineradoras. Entretanto, cabe ponderar que essas experiências anteriores também serviram de bagagem para o setor extrativista, que inclusive aprimorou os seus instrumentos de dominação. Nos relatos dos moradores percebemos essa mudança do *modus operandi* da companhia nessas situações de remoções: Primeiro se respaldada em instrumentos legais, depois demonstra a prerrogativa do uso da força. Nesse caso em análise, que ocorreu durante os anos de chumbo, houve até mesmo

a presença do exército. Passado isso, oscila demonstrando uma aparência de razoabilidade, de diálogo, mas, sempre escutando apenas as lideranças comunitárias numa nítida tentativa de cooptação delas. Por fim, depois de ter feito esses passos, oferta um valor da indenização que desconsidera a posse, o modo de vida e até mesmo o valor de mercado. Portanto, desconsidera o valor de uso e o valor de troca³¹ também (HARVEY, 1980), posto que gozando de privilégios legislativos pode ofertar um valor bem inferior ao valor de troca, que é expressado nesse caso pelo valor de mercado. Sendo assim, os moradores encontraram grandes dificuldades para se reassentar e realocar na cidade, sendo cada vez mais empurrado para áreas periféricas e/ou inóspitas. Ademais, relataram também a ausência ou confusão de informações dadas pela CVRD e poder público, além da completa supressão da participação dos moradores nesse processo.

E: Tem notícias dos vizinhos? Pra onde foram, se conseguiram comprar outra casa, ou realocar na cidade?

Conseguiu, aqueles que era mais estudado, mais sabido, Itabira formou muito engenheiro na época, né? Tinha Senai, os moleque novo tudo entrou no Senai, entendeu? Aprenderam profissão e foram trabalhar com 14 anos, tudo aposentaram novo, ajustagem, mecânica, muitos dele se deram bem na época. A vale ajudava, entendeu?

E: E o pessoal mais simples?

O pessoal mais simples pastaram, até que viveu, na verdade a gente pensava que trabalhar era vantagem trabalhar entendeu? mas a gente não usava a mente de estudar né? achava que a gente vencia ia era no biliskão e no Machado. Achava que con-

31 Para uma reflexão mais aprofundada nesses conceitos: HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Hucitec, São Paulo, 1980.

seguia vencer, mas quem estuda vence mais fácil. porque vence mais fácil, se eu levo 10 anos para fazer minha vida, compra um terreno, fazer uma casa, e tal se eu eu ganho 1. 500 você ganha 10, 20 mil, você vai na minha frente, está sempre evoluindo, quando eu tô trabalhando tô evoluindo, mas, não com ampla visão estou eu não tô assim previsão de querer fazer para melhorar tem que estudar. Isso aí é isso aí manda muito entendeu? que a coisa hoje não é isso não, entendeu? que ter “conheciênci-a” do empreendimento, entendeu? O conselho que dou hoje pros jovens que não estuda. Eu se formar, voltasse a estudar, eu vou me transformar num Doutô, porque hoje eu sei o que é dificuldade. Ai esse pessoal, que é igual eu, que não estudou teve muita luta pra conseguir uma casinha nova, porque o que eles pagaram era mixaria e nem todo mundo pode escolher se ia ganhar era dinheiro ou casa, entendeu?

(A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima).

Fomos pegos de surpresa, né? “Tavam tocando a gente igual toca galinha”, num dia tivemos reunião com a associação de moradores, no outro já recebemos uma cartinha dizendo que tínhamos tantos dias pra sair, no outro já tinha caminhão das firmas, no outro já tinha polícia e até exército. Não deu tempo nem de pensar. Todo dia era uma informação diferente, parece que queria confundir a nossa mente pra gente aceitar mais depressa.

(B.S.P., ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

Destaca-se que a Vila Paciência possuía uma mobilização comunitária, inclusive contava com uma associação de moradores constituída. Esse processo não ocorreu na Vila Sagrado Coração de Jesus, que por ser vila operária possuía grande ingerência da CVRD. Importante destacar esse papel comunitário, pois, embora com atuação e eficácia limitadas, considerando as proporções do conflito, conseguiu alguns avanços. Exemplo disso que a CVRD, diferente do que fez no Explosivo em que não ofertou nenhuma indenização ou reassentamento, na Vila Paciência propôs indenização ou a construção de uma nova casa no bairro novo Amazonas, através da Fundação Vale do Rio Doce (FVRD). Esses avanços, considerando a experiência de remoção anterior, foram possibilitados devido as negociações da associação de moradores. Entretanto, cabe ponderar, que embora tenha havido negociações o processo foi conflituoso e violando direitos, esses avanços foram apenas reduções de danos.

Outro fato observado nas falas dos moradores é o sentimento de onipotência frente uma das maiores mineradoras do mundo e falta de mediação do poder público nesse caso. Assim como ocorreu no Explosivo a Prefeitura apenas endossou as remoções, não realizando nenhuma escuta dos moradores ou uma mediação do conflito, a mesma postura adotada pela câmara municipal, o recém criado Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA)³² além de poder deliberativo limitado, foi instituído com estreita relação a uma das secretarias municipais, portanto, com uma autonomia bem relativa. A composição do CODEMA, que embora as indicações partisse da sociedade civil e instituições, a homologação da nomeação era feita pelo prefeito. Portanto, o desamparo também foi um sintoma notado nos moradores

Era nós por nós, mesmo. Muita gente foi até na justiça, mas, não deu em nada não. Esperar de quem? O prefeito dependia da vale pra tudo, os vereadores não quiseram comprar a briga, tivemos que aceitar.

32 O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) foi instituído no município de Itabira pela Lei Municipal n. 2.324, de 03 de setembro de 1985.

Começaram a fazer obras, monte de entulho das casas caindo, poeira aumentando vindo do chacrinha, água começando a faltar, o jeito foi aceitar mesmo e começar de novo no lugar que eles tavam dando pra nós.

(H.F.R., ex-morador da Vila Paciência).

Outro efeito agressivo desse processo foi a precarização das condições de vida na parte da Vila que não foi abrangida pela remoção, que fica do outro lado da Estrada Cento e Cinco e da EFVM, a Vila Paciência de Baixo. Dessa forma, com a expansão das atividades extrativas da Mina do Chacrinha essa parte da Vila fica cada vez mais ameaçada, tendo a atividade extrativa como vizinha de porta, haja vista que uma parte da mina do Chacrinha fica a 50 metros da Vila.

Os depoimentos denunciam uma série de violações que vem acontecendo desde a década de 1980. Com a expansão e aumento crescente da atividade extrativa na Mina do Chacrinha ocorrem problemas de várias escalas: aumento da poluição atmosférica, efeito da maior extração do minério de ferro, tremores de terras e barulhos estrondosos que são efeitos das máquinas pesadas e explosivos utilizados, rachaduras nas paredes das casas, escassez de água que é fruto do rebaixamento do lençol freático, desvalorização dos imóveis.

Hoje a vida aqui tá bem mais difícil. É muito barulho, das máquina passando, das dinamite que todo dia estoura e a gente sente daqui, com o tempo nossas parede vão rachando, vai dando infiltração, a gente tenta acostumar mais é difícil, né? Até as roupa no varal não é todo dia que dá pra colocar, porque tem vez que ficam pretas da poeirada toda vindo de lá. Tem dia que a gente fica cansado, dá vontade de sair, mas, nós “vamo” pra onde? Uma vida toda construída aqui, é difícil sair também.

(B.S.P., moradora da Vila Paciência de Baixo)
Meu netinho já não mora mais aqui, não deu conta, a poeira aqui é muita e ele tem muita alergia, bronquite, essas coisa.

(A.A.M., morador da Vila Paciência de Baixo)

Os moradores da Vila Paciência organizados via Associação de Moradores se mobilizam e travam uma luta hercúlea contra a Vale. Desde a década de 1980 vem acionando e pressionando o poder público local, os conselhos, ministério público, imprensa, universidade em busca de uma solução para essas violações. No ano de 1988, em decorrência dessa movimentação contínua toda da Vila, conquistaram através da prefeitura o estabelecimento de uma comissão composta pela presidência do CODEMA, por engenheiros e técnicos da prefeitura com a finalidade de apurar a natureza e extensão do dano que a CVRD promovia na comunidade. Os relatórios da comissão ratificaram o que os moradores vinham denunciando e foi relato acima: insegurança da posse, tremores no decorrer do dia, poluição atmosférica, rachadura nas construções, insegurança hídrica, e outros danos diversos, inclusive ao patrimônio público já que as melhorias urbanísticas também estavam sendo afetadas. Enfim, constataram uma situação de vulnerabilidade socioambiental e sugeriram a prefeitura acionar o Ministério Público para instaurar algum procedimento coletivo de investigação. O encaminhamento foi feito e o Ministério Público acolheu as denúncias instaurando um inquérito civil, que posteriormente culminaria numa Ação Civil Pública. Foi a primeira vez que os moradores da Vila Paciência obtiveram uma resposta do poder público acerca de problemas coletivos gerados pela atividade de extrativismo mineral.

Anos depois, no início da década de 1990, um dos desdobramentos dessas ações foi o desenho de um possível acordo da CVRD com o Ministério Público e moradores. Visando garantir maior visibilidade e publicidade nas informações, foi realizado um seminário aberto à po-

pulação para definição dos termos desse possível acordo. Algo inédito até então também no município, contou com a participação de representantes de órgãos e conselhos ambientais FEAM, AMDA, CODEMA, além das associações de bairros, entidades de classe, prefeitura municipal, da câmara de vereadores e a imprensa. O resultado foi um acordo com uma série de condicionantes para a companhia cumprir, com várias sanções em caso de descumprimento. Muito embora a empresa tenha se mostrado muito resistente em todo processo, esquivando das responsabilidades e muitas vezes culpando os próprios moradores argumentando que os problemas relatados e constados eram em virtudes de casas com padrão construtivo baixo.

Apesar do importante marco histórico que esse acordo representou na composição dos conflitos socioambientais itabiranos, ele não foi cumprido integralmente. Dessa maneira, a luta dos moradores da Vila Paciência continuou e continua, diversas audiências públicas tem sido realizado desde essa época em vários âmbitos, municipais e estaduais, no entanto, ainda persiste o imbróglio. A vale utiliza de vários mecanismos para protelar as responsabilidades e soluções, desde assinaturas de Licença de Operação Corretiva (LOC) e Termo de Ajuste de Condutas (TAC) que são descumpridos reiteradamente. Outro fator a ser levado em conta são as estratégias não institucionais que a empresa realiza, tais como cooptação de lideranças comunitárias, através de uma conversa bilateral, ou negociações individuais com moradores por indenizações. Nesse sentido, (FERREIRA, 2015, p.77) apontou a gravidade de tal estratégia, em que uma ação coletiva judicial estava tramitava em 2009, porém, a mineradora “começou a negociar com moradores individualmente e em 2013 já havia comprado 77 imóveis, dos 117 existentes na Vila, cerca de 66%.” Portanto, ao realizar tão conduta desmobiliza a comunidade, enfraquece a luta coletiva através do poder econômico e reduz os ganhos ou reparos de danos coletivos.

Isto posto, após as reflexões acerca dos dois casos acima narrados, relevante realizar algumas considerações a respeito das violações e situações apresentadas. A primeira delas é que os processos de violações narrados são manifestações de praticas coloniais que o extra-

tivismo continua reproduzindo e expressando no ambiente urbano. Com isso, concentra poder, informações, terras, promove remoções, realiza práticas sociais oligárquicas com caráter coronelista e clientelista, tudo isso visando garantir o privilégio de poucos em detrimento do direito de muitos. Nesse sentido, há um diálogo possível e urgente dos pensamentos descoloniais que trabalhamos no primeiro capítulo e o debate acerca das questões urbanas:

universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003, p. 151).

Conforme foi abordado no primeiro capítulo, umas consequências do extrativismo é o que Gudynas chama de efeitos derrames. No caso em tela, o extrativismo derrama seu efeito na cidade, na vida urbana de Itabira. Para garantir a expansão da atividade dilacera relações, viola direitos, oprime outras formas de viver, como foi apontado nos casos das vilas com as remoções. O extrativismo, aqui manifestado pela Vale, vende a ideia para opinião pública que é um mal necessário, pois, gera renda, traz o progresso e tira as cidades mineiras da decadência econômica. Ora, como bem ressalta (GUDYNAS, 2015), o extrativismo não produz renda, gera excedentes, que por sua vez, são arrestados para o mercado internacional. Se cairmos nesses sofismas, incorremos no risco de contentar com as migalhas dos excedentes e ainda ser gratos disso. É a mesma tática narramos no tópico do Explosivo em que além de despejar as famílias a CVRD lucrou com a situação, por gozar dos juros de financiamentos imobiliários. E nesse momento que entra essa tática perversa, as pessoas além de despejadas e endividadas saem gratas com o extrativismo por está ajudando a conquistar determinados direitos sociais. Portanto, entrar na lógica

de contentamento com parcela dos excedentes é perpetuar privilégios coloniais. Nesse sentido (MARICATO, 2003) assevera:

a divisão repartida (externa e interna) do excedente econômico, continuidade de privilégios senhoriais na formação da mentalidade burguesa e, portanto, adaptação de heranças coloniais no processo de modernização, a exclusão das classes “baixas” dos processos históricos e sociais (negando inclusive sua existência como classe com direitos a serem respeitados como ocorreu no capitalismo “maduro”). (MARICATO, 2003, p. 153).

Uma das materializações dessas exclusões das classes mais pobres, que faz parte de um processo histórico social, são as remoções. Podemos observar uma sucessão de violações de direitos nos processos analisados, destaco as seguintes:

I) Na fase anterior as remoções: a) o poder público e a CVRD não demonstraram que utilizaram todos os meios apropriados para evitar as remoções, não houveram laudos técnicos individualizados que comprovassem que não havia outra possibilidade ou de reduzir ou eliminar os riscos;³³ b) tampouco comprovaram a real necessidade das obras de expansão das minas e quais as motivações para o interesse público da obra se sobrepôr a permanência dos moradores, levando em conta todos os danos sofridos; c) Ausência de processos administrativos que garantissem acesso à todas informações aos moradores; d) Omissão e contradição de informações, foram ausentes quanto a justificativa para a remoção, não apresentaram cronograma e as prioridades para a remoção, nem as condições para o reassentamento e a definição dos parâmetros de indenização; e) Ausência de assistência jurídica aos moradores. Não há defensoria pública no município,

33 O artigo 9º, II, da Resolução 01/86 do CONAMA já havia previsão no sentido de necessidade de comprovação que não existem alternativas técnicas e locacionais.

e também não foram nomeados advogados dativos para acompanhar os casos;

II) Durante as remoções: a) Não foram apresentados laudos com assistência social para levantar casos de risco à vida dos moradores, caso de idosos, pessoas com deficiência, enfermos; b) Não foi realizado por servidores públicos devidamente identificados; c) Ausência de garantia de transporte e guarda dos bens móveis dos moradores; d) Presença de coação física e moral, através de corte do fornecimento de água e energia, suspensão de coleta de lixo, não retirada de entulhos; e) pressão para celebração de acordos de remoção; f) Ausência de comunicação prévia de no mínimo 90 dias.³⁴

III) Pós-remoção: a) Ausência de garantia de reassentamento; b) Ausência de assistência social e técnica aos moradores reassentados.

Por fim, aponta-se que com a negação do direito à moradia e do acesso à habitação, o pertencimento à cidade também é negado (TAVOLARI, 2016). Os mecanismos de controle ampliado da mineradora restringem a vida dos moradores entre a mina e a vila. A cidade torna-se algo estrangeiro, distante e que não pode ser usufruído, até mesmo porque com as reiteradas remoções, poderá perder o sentimento de pertencimento a determinado território. Nesse sentindo situa-se o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre, compreendendo tal conceito como a luta pelo direito à criação e plena fruição do espaço social. O direito à cidade nesse diapasão consistiria no direito de todos os habitantes da cidade de usufruir plenamente da vida urbana, abrangendo todos os serviços e vantagens, tais como o direito à moradia adequada, assim como o poder de participar e decidir nos rumos da cidade (FERNANDES, 2007). Agrega-se a essa perspectiva o direito à cidade apresentado em 2006, no Fórum Social Mundial, a partir da Carta Mundial do Direito à Cidade, que conceitua esse direito como:

(...) o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equi-

34 Item 15, “b” do Comentário Geral nº 07 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

dade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (Fórum Social Mundial, 2006).

Portanto, através da luta pelo direito à cidade, entendo a cidade como o palco dos conflitos e um ambiente democrático para buscar equidade, justiça social, abrem-se fissuras para ecoar gritos de insubmissões, resistências e insurgências, garantindo legitimidade de ação e organização para os grupos vulneráveis que estão sendo subalternizados.

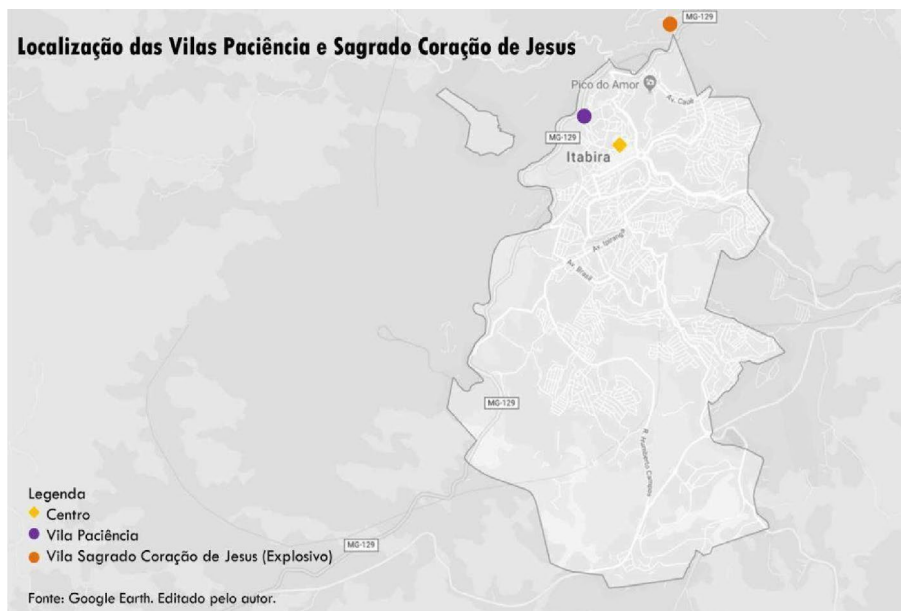


Figura 14: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Mapa.

Fonte: Google Earth. Editado pelo autor.



Figura 15: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Vista aérea.

Fonte: Google Earth (2019). Editado pelo autor.

III

QUANTAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS SEM BERRO?
INSUBMISSÕES E DIREITO À CIDADE EM ITABIRA



*Quem cala morre contigo Mais morto que estás agora Relógio no chão da praça
Batendo, avisando a hora Que a raiva traçou
No incêndio repetindo O brilho de teu cabelo Quem grita vive contigo!*

(Menino, álbum Geraes, Milton Nascimento)

Abertas as fissuras para ecoar os gritos insubmissões contra a lógica predatória dos extrativismos minerários, nesse capítulo iremos vocalizar os protestos legítimos da população itabirana, a partir de denúncias da atual conjuntura que a cidade se encontra. Dessa maneira, começamos narrando a carregada relação da cidade de Itabira com a mineração, apontaremos a apreensão dos seus moradores com os novos desdobramentos e efeitos acumulados dessa atividade extrativista.

Procuraremos demonstrar outras formas de violações provocadas pelo extrativismos minerário, no aspecto subjetivo da insegurança da vida, e também a reiteração de violações históricas e estruturais, no aspecto objetivo, as remoções forçadas. Além disso, apresentaremos uma outra forma de promoção de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidencia-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); E em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens).

Considerando que os conflitos socioambientais são pautados em relações de poder profundamente assimétricas, é um cenário que faz florescer resistências, lutas e disputas de sentidos para fazer valer outras cosmovisões e modos de vida. Dessa maneira, em seguida iremos expor a materialidade das insubmissões do povo itabirano através de ações que organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamentos aos extrativismos predatório em Itabira, que durante a pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar. Logo, iremos reverberar as pautas dos movimentos sociais do território.

Por fim, partindo dessa lógica do território, do local iremos demonstrar o reforço da coexistência entre local e global nos extrativismos. Isso será feito através do apontamento dos “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que derramam no território flexibilizações de direitos diversas e acarreta também em processos de desterritorialização.

3.1 Nem um minuto de silêncio, mas, toda uma vida de luta: terrorismo empresarial de barragens e as resistências em Itabira

Itabira atualmente, que deixou de ser do Mato Dentro, já não convive com aquela vida inconsciente e calma da Vila de Utopia.³⁵ Ao contrário, convive com a possibilidade de um desastre apocalíptico. Os itabiranos acompanharam apreensivos os crimes socioambientais cometidos pelos Extrativismos em Mariana-MG, com o colapso da barragem de rejeitos da Samarco, uma joint venture de duas gigantes da mineração internacional, Vale e BHP Billiton, em 2015, promoveu o maior desastre da mineração (em volume de rejeitos) na América Latina; e em Brumadinho, outro desastre envolvendo colapso de barragem de rejeitos, também de propriedade da Vale, caracterizou o pior acidente coletivo de trabalho da história do país.

A cidade que serviu de laboratório para os empreendimentos de megamineração conta com 15 barragens de rejeitos cercando a cidade. Negrita-se que 05 ficam próximas do perímetro urbano - entre elas, as duas maiores, Pontal e Itabiruçu, em alguns bairros, as casas terminam onde começa a represa de rejeitos de minério de ferro. Esta conta com 130 milhões de metros cúbicos de rejeitos, porém, conta com processo de ampliação de capacidade em andamento, a previsão é que em 2020 possa abrigar 230 milhões metros cúbicos – cinco vezes o total que vazou de Fundão, em Mariana, em 2015. Enquanto aquela construída rente a outros bairros, muito mais populosos, da área urba-

35 A crônica Vila de Utopia foi escrita em 1933, para celebrar o centenário da elevação de Itabira a vila, 20 anos depois de o poeta/cronista se ausentar da cidade natal. Foi publicada originalmente só em 1943, em seu primeiro livro de crônicas, Confissões de Minas.

na tem capacidade para 220 milhões de metros cúbicos de rejeitos, 18 vezes mais do que havia em Brumadinho.

Em que pese a maioria das barragens terem avaliação no cadastro da Agência Nacional de Mineração (ANM) como de alto dano potencial em caso de ruptura, todas são classificadas como de baixo risco. Todavia, recorda-se que as barragens do Fundão em Mariana e em Brumadinho, também tinham avaliação da ANM como de baixo risco.

Uma cidade cercada por barragens

Itabira tem 15 depósitos de rejeitos de mineração da Vale, cinco deles bem próximos do seu perímetro urbano

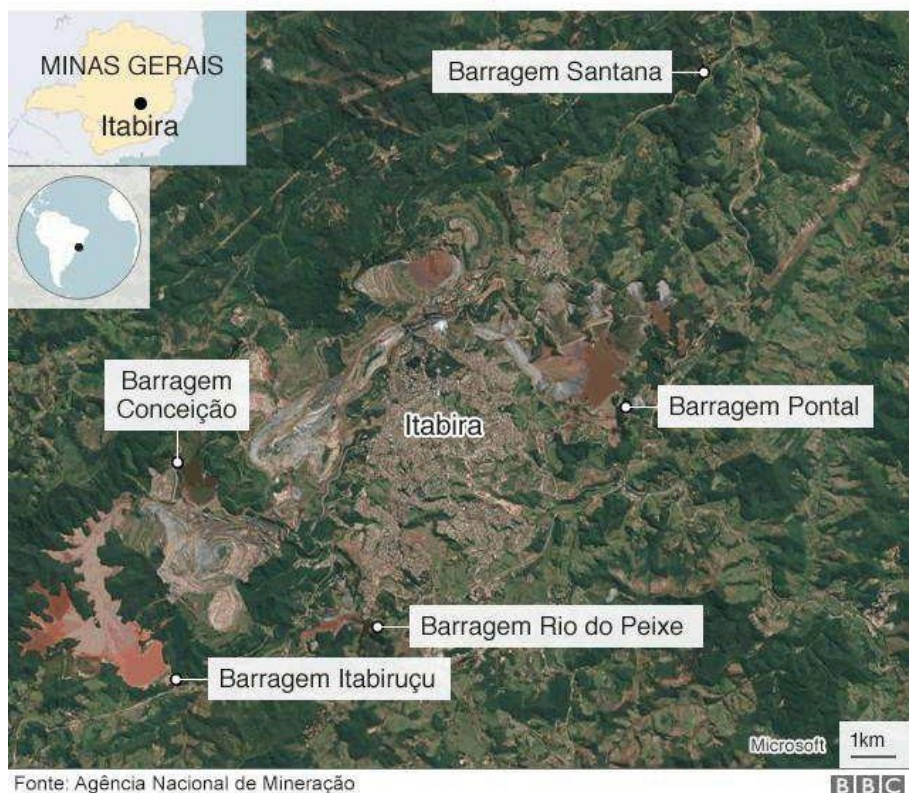


Figura 16: Barragens de rejeitos no entorno de Itabira.

Fonte: ANM. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47220855>.

Ressalta-se que as barragens não são homogêneas, possuem diferentes idades, ritmos e velocidade de preenchimento e ampliação de volumes, construídas ou alteadas com diferentes métodos. Há muitas barragens construídas sobre áreas cársticas ou sujeitas a constantes movimentações sísmicas, outras situadas acima de comunidades, bairros e estruturas de trabalho e produção. Insta frisar as fiscalizações precárias dessas barragens, ou quando, não poucas delas, sequer fiscalizadas e monitoradas pelo poder público desde sua implantação.

Consultorias e especialistas afirmaram em recentes notas públicas, entrevistas à imprensa, depoimentos a CPIs que o sistema de auditoria deve ser radicalmente revisto³⁶. Empresas deixaram de prestar tais serviços a Vale, não faltaram testemunhos de pressões ou recusa de relatórios desfavoráveis ou inconclusivos sobre a estabilidade das estruturas³⁷. Algumas destas atividades e licenças, apuraram inquéritos do Ministério Público e relatório de CPIs, foram obtidas com gestão direta e autorizações obtidas ou prometidas em reuniões de gabinete³⁸. As estatísticas demonstram que vários elementos concorrem para o rompimento de barragens, inclusive o silêncio e a omissão de autoridades, órgãos de representação empresarial e profissional, além, é claro, da precipitação de medidas irresponsáveis para atender a interesses econômicos das mineradoras ou de fornecedores e prestadores de serviços delas.

Dessa forma, associações, comparações e temores são inevitáveis, pois, é a mesma que empresa que cometeu tais crimes que construiu e mantém todas as barragens do município itabirano. “há no

36 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/05/interna_gerais,1027913/empresa-pediu-reparos-na-barragem-que-rompeu-em-brumadinho.shtml Acessado em 20/06/2019. Disponível em : <http://www.viladeutopia.com.br/consultores-analisam-situacoes-de-risco-das-barragens-no-vale-do-rio-de-peixe-em-itabira/> Acessado em 20/06/2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/rompimento-da-barragem-em-bar%C3%A3o-de-cocais-est%C3%A1-pr%C3%B3ximo-de-ocorrer-1.340229> Acessado em 20/06/2019.

37 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/em-cpi-empresa-diz-que-vale-mudou-calculo-para-obter-atestado-em-brumadinho.shtml>

38 Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/05/30_cpi_funcionarios_vale.html Acessado em 20/06/2019. Disponível em: https://brasil.el-pais.com/brasil/2019/02/21/politica/1550770949_599589.html

ar uma sensação de um crime não nomeado cometido a céu aberto” (WISNIK, 2018, p. 29).

Realça-se que uma das responsabilizações impostas a Vale foi a obrigação de preparar as cidades com barragens consideradas instáveis para lidar com situações de possíveis desastres. Ou, como a própria empresa diz aos habitantes de Itabira, será necessário criar uma cultura de prontidão para a emergência.

Quando a barragem B1 de Brumadinho rompeu, Itabira já preparava a expansão de sua segunda megabarragem, embora ainda não tivesse implementado um plano emergencial tampouco orientado a população a esse respeito. O desastre acelerou o processo, marcado por erros que assustaram ainda mais a população. A área urbana de Itabira e sua zona rural convivem com a implementação de milhares de sinalizações e rotas de fuga e a instalação de 28 sirenes importadas da Eslováquia e com características das usadas em guerra, além do cadastro de moradores e da realização de um simulado para orientar a população numa situação de emergência real. Em março, semanas após o desastre de Brumadinho, que fica a 159 quilômetros de Itabira, as sirenes da barragem de Itabiruçu soaram no meio da noite, indicando o iminente rompimento. O pânico coletivo durou alguns eternos minutos até terminar com um pedido de desculpa da empresa, que acionou as sirenes por engano³⁹. O falso alarme causou danos psicológicos aos moradores, sendo registrado um leve aumento no atendimento de saúde mental do município por ansiedade e dificuldades para dormir. O que aconteceu em Itabira também ocorreram em municípios vizinhos, como Barão de Cocais e outros municípios mineiros, tais como Itatiaiuçu e Macacos⁴⁰.

39 Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/vale-acionou-sirene-de-forma-irresponsavel-em-itabira-diz-defesa-civil-1.2155817>. Acessado em 20/06/2019
Disponível em: <https://www.defatoonline.com.br/sirenes-da-vale-tocam-por-engano-em-itabira/>. Acessado em 20/06/2019
Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/sirenes-da-vale-s%C3%A3o-acionadas-por-engano-em-itabira-1.703736>. Acessado em 20/06/2019

40 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/vale-inicia-plano-de- evacuacao-em-barao-dos-cocais-mg.shtml>. Acessado em 20/06/2019

Numa ação compartilhada entre Vale e Defesa Civil, mais de 10 mil moradores estão sendo entrevistados. Perguntas como “Há parentes ou amigos na cidade que possam abrigar a família em caso de emergência?” fazem parte do questionário. Entre as recomendações, estão: “a) reunir todas as pessoas que estiverem em casa; b) pegar apenas objetos pessoais que sejam de extrema importância e que caibam em uma sacola;

c) deixar sua residência seguindo pelas rotas de fuga até o ponto de encontro mais próximo”. Além disso, a mineradora ainda entregou uma pasta de plástico aos moradores para que eles guardem documentos pessoais e escrituras dos imóveis, com a orientação de deixá-la vedada e em local de fácil acesso caso seja necessário abandonar a propriedade imediatamente⁴¹.

Assim sendo, instaurou-se um clima de pânico, terror, medo, angústia, mal estar, insegurança nas diversas comunidades ameaçadas por barragens de rejeitos. Fundamentado na realização de descomissionamento de barragens, que é a descaracterização ou desmonte das barragens⁴², mineradoras estão promovendo um “terrorismo de barragens” ou “terrorismo empresarial de barragens”⁴⁴ realizando gradativamente, ou como já reportado de maneira abrupta através de sirenes no meio da noite, remoções forçadas de pessoas por conta da falta de segurança das estruturas, nas chamadas manchas ou áreas de inundação das barragens de rejeitos. Logo, as pessoas são simplesmente

41 Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-cotidiano-do-medo-em-itabira-terra-de-drummond-23799092>

42 Para melhor entendimento do termo técnico, acessar: Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/perguntas-e-respostas-sobre-barragens-de-mineracao-e-o-caso-de-brumadinho>. acessado em 21/06/2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-que-significa-o-descomissionamento-de-barragens>. Acessado em 21/06/2019.

Termo utilizado pelo Projeto Manuelzão da UFMG e Gabinete de Crise da Sociedade Civil para designar esse conjunto de violações de direitos provocados pela emergência do colapso de barragens de rejeitos. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/coletiva-de-imprensa-gabinete-de-crise-sociedade-civil-denuncia-terrorismo-de-barragens-e-violacao-de-direitos/> Acessado em 21/06/2019 Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mineradoras-promovem-terrorismo-de-barragem-afirma-colunista>.

retiradas dos seus lares sem qualquer preparação, cronograma, plano, feito de maneira desordenada, violenta e ilegal.

Portanto, as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); E em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Em todos os casos foram violados diversos diplomas legais, tratados internacionais de direitos humanos⁴³.

Após os episódios narrados evidenciou-se a falácia que as mineradoras sustentavam ao omitirem as reais situações das barragens, contando com a anuência do poder público, que não exercia a sua função fiscalizadora. Sendo assim, o Ministério Público (MP) de Minas Gerais abriu quatro investigações, inquéritos civis e ação civil pública, para apurar a segurança das barragens em Itabira. Por decisão da própria Promotoria local, as apurações estão sob sigilo. Diante de tal cenário calamitoso, a justiça concedeu tutela de urgência em determinadas ações ajuizadas pelo MP e determinou a suspensão de qualquer tipo de atividade de construção, alteamento ou obras de qualquer natureza (exceto reparatórias ou de implementação da segurança) no complexo de Barragens do Pontal/Cauê. Precedente histórico em Itabira, em Minas Gerais e no país⁴⁴.

Diante da realidade estabelecida, que sinteticamente pode ser sistematizado: i) a administração de barragens classificadas com Categorias de Risco e/ou Danos Potenciais médios ou altos; ii) as recor-

43 Podemos citar: art. 6º, caput; 37, caput, CF; e art.2, item 1 e art. 11, item 7, Dec. 591/92; item 1, art. 9º, II, Resolução 01/86 – CONAMA; Resolução 1993/77 da Comissão de Direitos Humanos da ONU; Resolução 13/10, Conselho de Direitos Humanos/ONU; Item 15, “c”, Comentário Geral nº 07 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU; Item 12 do Comentário Geral nº 04 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU; item 16 do Comentário Geral nº 07 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das ONU; ONU HABITAT, 2014, p. 38; (item 4 da Resolução 1993/77 – Comissão de Direitos Humanos/ONU.

44 Processo nº 5000406 54 2019 813 0317; Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/justica-suspende-atividades-de-barragens-em-itabira.htm> Acessado em 21/06/2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6367685/vale-paralisa-obras-em-barragem-de-mina-em-itabira-mg>. Acessado em 21/06/2019.

rentes de falhas de avaliação técnica autogovernadas pelas empresas; iii) aliado ao amplo noticiário sobre o estado de espírito, adoecimento e vulnerabilidade de pessoas nos locais ameaçados, mais a emissão de alarmes falsos agravantes; iv) Remoção compulsória dos atingidos sem amplo acesso a informação e fundamentação das motivações; Todo esse cenário urge às autoridades competentes e à sociedade civil a obrigação de implementar medidas eficazes que determinem prontamente às empresas responsáveis a retirada das populações das zonas de Alto Risco de Morte Morte ou “autossalvamento” (ZAS), principal ou secundário das dezenas ou centenas de barragens. Tais construções já são popularmente chamadas de “bombas relógio” e foram implantadas sobretudo na região Central de Minas Gerais, a montante de cidades, de comunidades, de empresas e estruturas de produção, de infraestruturas de abastecimento de água, entre outras riquezas de que dispomos.

Muito além do exame de consciência dos desfeitos ou malfeitos, é prática cruel, que explora, desrespeita, oprime e violenta comunidades, famílias e os segmentos populacionais mais vulneráveis, que fere sua liberdade e dignidade, sua saúde e bem-estar. Acrescenta-se que a manutenção dessas barragens em zonas de incerteza, de extermínio pessoal direto ou de entes queridos, de ameaça permanente da lama invisível mas que, sem aviso prévio, torna-se implacável para extirpar vidas e arrasar o meio ambiente. O fazer das autoridades aquém de seu poder de determinar a salvaguarda da população potencialmente atingível pela lama de rejeitos real dos reservatórios e barragens de rejeitos, auxilia a zona de conforto das empresas e de desconforto e comprometimento da segurança e da saúde física e mental das comunidades.

Salienta-se que se relativiza direitos e sacrificam pessoas visando satisfazer os desejos e interesses dos extrativismos. Há uma relação evidente entre degradação ambiental e a racionalidade capitalista, na perspectiva do pensamento colonial da dominação da natureza visando o progresso. O caso itabirano, e aqui mais especificamente da população pobre que vive em vilas, é carregado de injustiças, dentre

ela a injustiça ambiental. A Teoria da Injustiça Ambiental, segundo a contribuição dada por AcseLRad, é o mecanismo em que sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, de baixa renda, vulneráveis, grupos raciais discriminados, e marginalizados (ACSELRAD, 2002). Nesse sentido, ratifica o pensamento que vigora uma divisão socioespacial da degradação ambiental, em que os mais despossuídos são aqueles que carregam o fardo ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Assim, diante dessa patente injustiça ambiental é inaceitável a continuidade dos processos de licenciamento e autorização de funcionamento da mineração similares aos que conduziram aos resultados já verificados. De igual modo, também é inadmissível mais uma forma de negligência a retenção de informações – por organizações do Poder Público e pelas mineradoras – que devem permitir aos cidadãos e às organizações e movimentos da sociedade civil promoverem junto à sociedade em geral a autodefesa de suas próprias vidas, de suas famílias e comunidades. Os erros que conduziram a tal situação de coisas, isto é, a adoção de tecnologias de beneficiamento e a proliferação irresponsável de barragens de rejeitos, tenham eles consequências econômicas, despertem atenção para os riscos que alcançam milhares de pessoas, percentuais maiores ou menores de cidades, povoados e comunidades, não são responsabilidade dos atingidos. Mas as deliberações sobre proteção e defesa dos atingidos e das cidades não é exclusiva de nenhuma autoridade ou órgão público – embora muitas delas detenham as informações e não as disponibilizem de forma clara, técnica, transparente, como se consortes ou mais preocupadas com a sorte dos responsáveis por terem criado tal situação.

Destarte, rompeu-se “o silêncio grave envolvia todas as casas”⁴⁵, ou talvez, simplesmente vocalizaram as várias vozes que ecoam no Mato Dentro. Dessa maneira aponta-se que os múltiplos processos das “violências das afetações” promovidas pela mineração em larga escala

45 Menção a trecho da crônica Vila de Utopia de Carlos Drummond de Andrade, publicada originalmente em 1943 no livro Confissões de Minas.

fazem emergir contextos de lutas e de resistência que entrecruzam distintas trajetórias de ativistas, grupos atingidos, militantes e pesquisadores (ZHOURI, 2017, p.17). Nesse sentido, a população itabirana tem cobrado que se ponha um fim ao princípio e domínio do automonitoramento em situações que envolvem tais riscos de calamidade e destruição. Durante o desenvolvimento da pesquisa pude acompanhar o ambiente, rotina e ações de algumas das organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamento aos extrativismos predatório em Itabira.

Começo relatando a atuação e trabalho de base social que a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano tem promovido no território. Para além de sermões com tons críticos ao extrativismos, a Diocese tem demonstrado um importante aliado dos movimentos sociais no município e demonstrado apoio institucional aos movimentos de resistência da cidade. Além disso, também realiza mobilização e formação política e de cidadania na cidade de Itabirana. Dessa maneira, há um presença e trabalho cotidiano no Município dos vários segmentos da Igreja, tais como Cáritas Diocesana, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nos bairros e vilas, a Comissão Justiça e Paz que faz parcerias e busca consertos em prol da promoção dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais, Clube das Mães⁴⁶, Pastoral Carcerária, Pastoral Afro Brasileira, Pastoral da Juventude e Comissão Pastoral da Terra.

Uma das materializações e confluências desse trabalho amplo da Igreja nos territórios é a Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce. São realizadas desde 2016, como contestação ao desastre socioambiental na Bacia do Rio Doce, as Províncias Eclesiásticas dos municípios que abrangem a bacia supracitada realizam a Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce. A primeira edição foi realizada

46 Criado na década de 1970 em Itabira, são parte integrante das lutas sociais.. É composto por mulheres que trabalham na área da assistência social, atendendo mães com depressão, atuando na área da Igreja com visitas domiciliares e apoio às famílias e trabalham com economia popular solidária a partir de artesanatos e quitandas. Em 2015, foi instituído o dia municipal dos Clubes de Mães na cidade de Itabira, sendo dia 20 de maio.

no dia 5 de junho de 2016 na cidade de Resplendor (MG), na Diocese de Valadares. A segunda edição foi promovida no dia 4 de junho de 2017 em Caratinga (MG), na Diocese de Caratinga, e a terceira edição foi acolhida pela arquidiocese de Mariana, no dia 3 de junho de 2018 em Ponte Nova (MG) e em 2019 devido ao contexto de terrorismos empresarial de barragens narrados no item anterior, foi realizado no dia 02 de Junho em Itabira. O tema da 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce teve como tema “Bacia do Rio Doce, Nossa Casa Comum” e o lema “Vão-se os bens da Criação, ficam miséria e destruição! E agora José?” O bispo da diocese de Itabira/Coronel Fabriciano, Dom Marco Aurélio Gubiotti, disse publicamente que com essa romaria a Igreja quer ser uma voz profética e fazer ecoar uma forte denúncia do descaso para com a vida e a dignidade do ser humano. “Bem como à fauna e à flora, o desrespeito aos direitos dos atingidos e os graves danos causados ao meio ambiente”, afirmou. “Exigimos enquanto Igreja anunciadora e denunciadora a responsabilização dos criminosos e o devido reparo aos danos causados ao meio ambiente”, concluiu. Mais de 10 mil pessoas estiveram as ruas de Itabira durante a Romaria⁴⁷. Dentre essas 7 mil pessoas havia uma composição plural com a presença de atingidos, sem-terra, sem-tetos, indígenas, quilombolas, camponeses, operários. Também foi coletado um abaixo-assinado na romaria com mais de 5 mil assinaturas, pedindo ao Ministério Público Estadual ações para impedir o alteamento da barragem Itabiruçu, em Itabira. Por fim, foi elaborada uma carta aberta da Romaria que faz duras críticas ao atual modelo extrativista predatório:⁵¹

(...) Condenamos o atual modelo econômico devastador e destruidor, que é voraz, orientado apenas para o lucro: Vão-se os bens da criação, ficam miséria e destruição! Propomos uma mudança de paradigma em todas as nossas atividades econômicas,

47 Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/com-criticas-a-atuacao-da-vale-ro-meiros-reunidos-em-itabira-se-solidarizam-com-vitimas-da-mineracao/#prettyPhoto> Acessado em 25/07/2019

incluindo a mineração, pois somos responsáveis por entregar às gerações futuras um mundo melhor do que este que recebemos. Temos conhecimentos e condições suficientes para reorganizar a vida em sociedade para além do sistema extrativista, materialista, individualista e consumista, que quer a todos devorar. (CARTA DA ROMARIA DAS ÁGUAS, 2019).

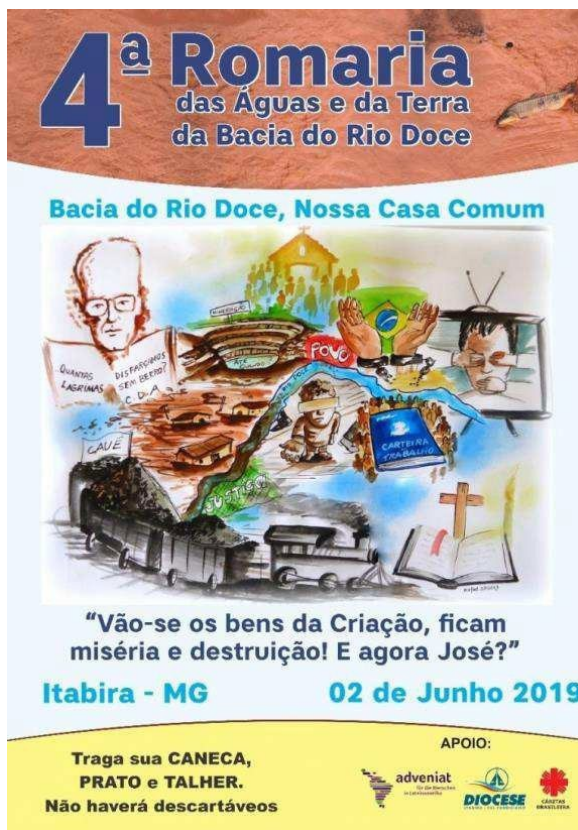


Figura 17: Reprodução do banner de convocação para a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.

Fonte: Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano.



Figura 18: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 19: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Sede do Valério Esporte Clube. Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 20: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 21: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 22: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.

Ressalta-se o alcance e impacto dessa atuação, haja vista que segundo o último censo do IBGE, 2010, Minas Gerais tem 70,4% da população professando a fé católica, em Itabira o número amplia para 78% de católico.

População residente por religião (Unidade: pessoas)

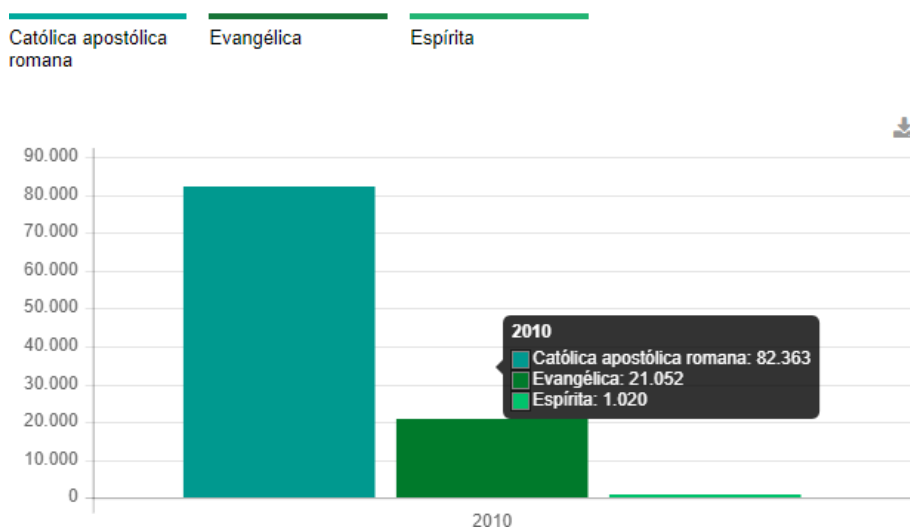


Figura 23: Dados da população residente de Itabira por religião. Fonte: IBGE, 2010.

Outra organização da sociedade civil que a pesquisa se debruçou é o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e região. Foi criado no início do ano de 2019 e vem tendo uma atuação destacada na resistência e enfretamentos, protocolando requerimentos e requisições junto ao MP, Secretarias Municipais, CODEMA, CPIs, com participação combativa em audiências públicas no município e na ALMG, denunciado uma série de violações no município, a saber: i) O excessivo uso de água pela mineradora no município, bem como a Parceria Público Privada – PPP da água aprovada na Câmara Municipal de Itabira; ii) A pressão e a chantagem que a Vale exerce no município com anúncios, de tempos em tempos, do fim das atividades minerárias na cidade, assim obtém a leniência do poder público municipal, e do CODEMA, no que toca a cobrança da execução das condicionantes determinadas nos processos de licenciamento ambiental, sobretudo da Licença de Operação Corretiva de 2000; iii) o desmonte dos órgãos municipais e estaduais de licenciamento e fiscalização ambiental, a incapacidade e ineficácia da Agência Nacional de Mineração (ANM) em cumprir seu papel de regramento e fiscalização de barragens de rejeitos e a prática da mineradora Vale em não pagar multas ambientais, e não cumprir condicionantes previstas em licenciamentos, haja vista o cumprimento parcial e insatisfatório das 52 condicionantes da Licença Operacional Corretiva de 18 de maio de 2000; iv) Relatam que há três barragens (105-1, Ipoema e Piteiras) não possuem classificação quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado, e não estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens; v) Os sofrimentos sociais em virtude da falta de transparência das informações a respeito dos materiais distribuídos como Plano de Emergência de Barragens de Mineração – PAEBM distribuídos nas comunidades;

Além das denúncias, o Comitê vem reivindicando nesses espaços citados: a) A obrigação legal e constitucional da Vale prestar informações completas, claras e verídicas das reais situações de fato e de direito atinentes às barragens de rejeitos e ao Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração – PAEBM de cada uma das barragens; b) Da Defesa Civil de Itabira e da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente que disponibilize de imediato em formato digital no sítio da internet da Prefeitura Municipal de Itabira, em link de fácil acesso e de forma organizada, a íntegra dos documentos de licenciamento ambiental aprovados e pendentes, assim como os EIAs e RIMAs de cada empreendimento mineral do município, e todas versões do Plano de Emergência de Barragens de Mineração – PAEBM das barragens existentes em Itabira;

c) Reassentamento populacional das famílias que se encontram nas “Zonas de Autossalvamento” – na distância de até 100 km dos barramentos; d) reassentamento das escolas e serviços de saúde que se encontram nas “Zonas de Autossalvamento” – na distância de até 100 km dos barramentos; e) Relatório e atestado de estabilidade de todas as barragens existentes em Itabira, bem como o nome das empresas de consultoria e profissionais técnicos que assinam os mesmos; f) Reelaboração do PAEBM e do estudo técnico das área de possíveis inundações, contando com participação dos atingidos; g) Elaboração de estudo técnico de diagnóstico participativo da saúde mental da população, bem como elaboração e execução de uma política pública de atenção à saúde mental voltada aos atingidos pela mineração em Itabira; h) a elaboração de estudo técnico sobre a saúde respiratória da população de Itabira e da emissão de particulado atmosférico proveniente das atividades operacionais da Vale; i) elaboração de estudo técnico sobre os impactos da vibração proveniente das explosões para extração de minério de ferro nas minas da Vale sobre as casas e infraestrutura urbana em um raio de 2km das minas, a ser realizada por instituição indicada pelo Ministério Público em conjunto com o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região.

Além dessa atuação institucional, o Comitê tem encontrado frequentemente em diferentes locais da cidade, tem promovido reuniões públicas convocando e dialogando com a população para pensarem e construir coletivamente alternativas e resistências nesse contexto delicado⁴⁸. São movimentações importantes e históricas na cidade, no

48 Notícias dessas atividades e da atuação do Comitê na imprensa local. Disponível em: [https://www.defatoonline.com.br/comite-popular-de-itabira-cobra-respostas-da-vale-](https://www.defatoonline.com.br/comite-popular-de-itabira-cobra-respostas-da-vale)

sentido de maior controle social sob a atividade mineradora e a ampliação de participação popular nesses processos. Corrobora-se com o entendimento processos das “violências das afetações” promovidas pela mineração em larga escala fazem emergir contextos de lutas e de resistência que entrecruzam distintas trajetórias. Logo, se a violência das afetações é um processo que trata de uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios, as resistências, insurgências e insubmissões também são materializadas nos territórios nesse entrecruzamento de distintas trajetórias.



Figura 24: Reunião Pública realizada pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região. Auditório da Funcesi, em junho de 2019.

Fonte: Vila de Utopia. <http://www.viladeutopia.com.br/relatos-de-violacao-de-direitos-pela-mineracao-em-itabira-serao-encaminhados-a-comissao-de-direitos-humanos-da-assembleia-de-minas-gerais/>. Acesso em Junho de 2019.

-em-documento-entregue-ao-ministerio-publico/ Acessado em 24/07/2019 Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/relatos-de-violacao-de-direitos-pela-mineracao-em-itabira-serao-encaminhados-a-comissao-de-direitos-humanos-da-assembleia-de-minas-gerais/> Acessado em 24/07/2019 Disponível em: http://www.radioitabira.com.br/pg.php?id_cat=3&&id=1818#.XUBtOuhKjIU Acessado em 24/07/2019.

3.2 Os efeitos derrames no “berço da Vale”

“quando era vale mesmo era vale de verdade, era Vale do rio doce, tinha doce no meio. Hoje...”.

(ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Em conformidade com que foi trabalhado no capítulo 01, reafirma-se que os extrativismos estão atrelados à globalização, pois, compõe o primeiro degrau de toda uma cadeia de produção e comercialização global – são commodities. Todavia, os extrativismos são sempre locais, haja vista que a extração dos recursos naturais sempre acontecerá em um lugar específico (GUDYNAS, 2015). Portanto, os extrativismos convivem com essa dualidade de global e local. Logo, os impactos inerentes também obedecem a essa dualidade, acarretando “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que modificam a semântica sobre natureza, território, justiça.

Quanto a natureza, as afetações podem extrapolar ao território do empreendimento extrativista. Percebemos isso com muita nitidez no caso de Itabira, o modelo extrativista implementado pela CVRD no município serviu como laboratório de teste, inclusive de impactos, e, posteriormente repetir tais práticas em diversos outros territórios, promovendo projetos extrativistas ainda mais ambiciosos.

Após a instalação da CVRD em 1942, foi construída a Estrada de Ferro Vitória a Minas e também o Porto de Tubarão, em Vitória (ES), para possibilitar o escoamento e exportação da extração. Durante a década de 1970 a produção da companhia se apoiava na exploração da mina do Cauê, em Itabira, que era a maior mina do hemisfério ocidental naquele momento. Foram testadas várias ferramentas tecnológicas materiais e sociais, para se apropriar do território e viabilizar a exploração da atividade extrativista. De posse dessa experiência localizada em Itabira e de seus acúmulos econômicos, tecnológicos materiais e sociais, mecanismos de cooptação de lideranças comunitárias, flexibilização da legislação ambiental, entre outras práticas, o setor extrativista “derramou” em diversos municípios tanto de Minas, sobretudo

no Quadrilátero Ferrífero⁴⁹, quanto no estado do Pará, destaco os municípios que compõe a Serra dos Carajás. Esse último, o setor extrativista, na época hegemônico pela CVRD, aliado ao regime civil-militar com seu desenvolvimentismo autoritário, promoveu na região da Serra dos Carajás o Projeto Grande Carajás, no final da década de 1970 e início da década de 1980, com uma gama de subprojetos, tais como o Complexo Minerário de Carajás, Projeto Rio Doce Manganês, Projeto Igarapé-Bahia, Projeto Salobo, Projeto Ferro Carajás S11D (antigo Projeto Serra Sul), Mineração Onça Puma e Projeto Serra do Sossego. “Derramou” por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e engloba terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. Para possibilitar a viabilidade desse ambicioso projeto, foi implantada uma infraestrutura faraônica, que incluiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, a Mineração Rio do Norte (MRN), complexo de alumínio a Albras e a Alunorte. Seus investimentos eram de quase US\$ 230 bilhões (IBASE, p. 12, 1983.).

Portanto, o precedente criado em Itabira, de relativização e negociação de direitos, flexibilização de normas ambientais e urbanas, não só serviu de exemplo para outros empreendimentos em outros locais, como já mencionado, como também incorporou em definitivo nos marcos regulatórios nacionais. Destaca-se no caso supracitado, que após a intensa atividade da CVRD em Itabira, as flexibilizações e rearranjos feitos para possibilitar a exploração da mina do Cauê, reverberou na criação de um novo Código de Minas de 1967, que, por sua vez, revogou o de Código de 1940 elaborado na Era Vargas (COSTA, 2015).

Perdeu-se o caráter mais restritivo e nacionalista do código anterior, antes só podia participar do setor minerário empresas nacionais e limitava à cinco autorizações de pesquisa. Com a experiência obtida

49 A designação “Quadrilátero” é função do arranjo geométrico de sua morfoestrutura e foi utilizada em 1933 pelo geólogo Luiz Flores de Moraes Rego, para definir a área onde estão concentradas “As jazidas de ferro do centro de Minas Gerais”, em artigo assim intitulado (Machado, 2009).

no território citado, aliado aos Acordos de Washington e a busca por expandir o setor extrativista na perspectiva do desenvolvimentismo autoritário do regime civil-militar da época, passou a permitir a participação de empresas estrangeiras no setor e abriu todas as portas para atraí-las ao não limitar o número de pesquisas por empresas. Dessa maneira, corrobora com os entendimentos dos efeitos derrame apontado de Gudynas, a saber:

Quando uma flexibilização ambiental é aplicada para permitir um empreendimento extrativo em determinado local, essa flexibilização também é usada por outros projetos em outras áreas e em outros locais do país. O resultado é uma redução na qualidade ambiental em todo o país e para todos os setores. Tradução nossa. (GUDYNAS, *et al.* 2015, p.28)⁵⁰

(..)

As flexibilizações ambientais não são contidas como concessões a um projeto extrativista específico, mas são cristalizadas em novas condições normativas em geral. As flexibilizações têm efeitos que derramam todo o marco normativo e regulatório ambiental, que, uma vez instalados, permanecem. Tradução nossa. (GUDYNAS, *et al.* 2016, p.30)⁵¹

Além das flexibilizações ambientais que incorporam em definitivo todo marco normativo e regulatório ambiental, esse efeito derra-

50 cuando se aplica una flexibilización ambiental para permitir un emprendimiento extractivo en un sitio, esa rebaja también es aprovechada por otros proyectos en otros rubros y en otros sitios del país. El resultado es una reducción de la calidad ambiental en toda la nación y para todos los sectores. Original. (GUDYNAS, 2015, p.28).

51 as flexibilizaciones ambientales no quedan contenidas como concesiones a un proyecto extractivo específico, sino que se cristalizan en nuevas condiciones normativas en general. las flexibilizaciones tienen efectos que se derraman sobre todo el marco normativo y regulatorio ambiental, las cuales, una vez instaladas, permanecen. Original. (GUDYNAS, 2015. p.30).

me ecoa uma visão colonial de conquista, domínio e mercantilização da natureza.

Os efeitos derrame ambientais estão visceralmente atrelados aos derrames nos territórios. Conforme demonstramos no capítulo 02, a expansão dos extrativismos impõe novos tipos de territorialidade. Essas novas territorialidades se sobrepõem a outras preexistentes, seja campesina, indígena, quilombola e até mesmo administrativas (as estruturas de poder locais são remodeladas). Em vista disso, fomenta conflitos pela disputa de território ou mesmo desterritorializa alguns espaços que já eram ocupados e atendiam as reproduções sociais desses grupos desterritorializados. Destaca-se o caráter violento, autoritário e determinista desse processo de desterritorialização que militariza, espiona, criminaliza, fomenta conflitos, judicializa e intimida os atingidos e as lideranças comunitárias⁵² (TROCATE, et al. 2015). Nesse mesmo sentido é o posicionamento de (Zhour, 2017):

A desregulação socioambiental em curso tem sido acompanhada por variadas formas de violência, as quais caminham lado a lado com processos que visam a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência a mineração, além de pesquisadores críticos (ZHOURI, 2017, p.2).

Por conseguinte, conforma-se uma nova geografia que é “manchada” com espaços aonde estão ausentes o Estado e as garantias de direitos, imperando assim os enclaves extrativistas. (GUDYNAS, et al. 2016).

Para mais, como decorrência desses efeitos derrames haverá repercussões no âmbito social também. Os extrativismos operando nes-

52 De acordo com o último relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Conflitos no Campo 2016*, 43,6% dos 172 casos de conflitos por água no Brasil durante 2016 ocorreram nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Mais de 50% do total estão relacionados aos conflitos envolvendo projetos de mineração, seguidos de 23,26% que são relativos à barragens hidroelétricas (CPT, 2017, p.129-130).

sa lógica de flexibilizações de direitos, de maneira similar, promovem flexibilizações sociais tais como a terceirização e precarização das condições de trabalho no setor extrativista, menores remunerações e benefícios dos trabalhadores, entre outros rebaixamentos. Corroborava nesse sentido que muitos dos operários da Vale em Itabira que antes chamava a Vale de Mãe hoje já tem uma visão com mais ressalvas. Um relato muito emblemático é de um ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus, ex-empregado da Vale que hoje trabalha numa terceirizada da Vale:

A Vale tomou conta do lugar, é empreendimento da Vale, né? Porque sem aquilo ali o pessoal não ia conseguir viver também não. Sem a Vale é meio difícil de viver. sustentou muito pai de família (...)

a gente pode reclamar daquela época não entendeu que trabalha na quarta tem consciência disso porque a Vale a vida toda foi mãe também e pai também, porque o trabalhador que trabalha nela ele tem muita vitória para contar, naquela época ela levantou Itabira, mas, apesar que hoje não é estatal mais, eu não sei direito porque o empreendimento gera lucro né? Piorou entendeu? quando viram que não “tava” dando lucro eles pegaram sabedoria com o negócio, ele foi tirando né e terceirizando, aprendendo a terceirizar.

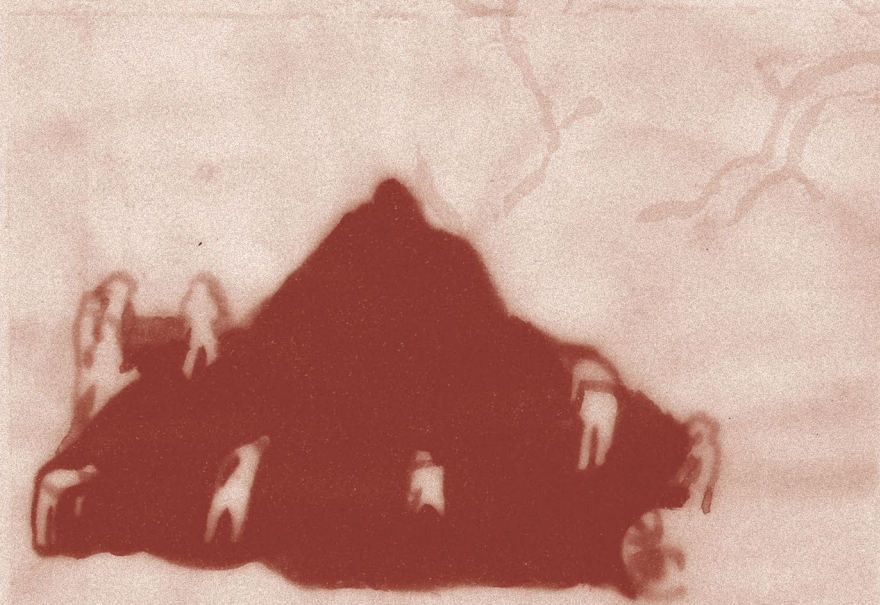
Quando era Vale mesmo era Vale de verdade, era Vale do Rio Doce, tinha doce no meio. Hoje....
(J.V.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Além desses rebaixamentos ligados diretamente ao mundo do trabalho, acrescenta-se aqueles que internalizam as concepções de

mundo, de domínio da natureza e conduz para mitos como “Itabira é uma terra de ferro”, “nossa vocação é mineira”, como se estivesse geneticamente determinado em toda população do território. Por consequência, essa faceta de extrativismos da mente e do modo de viver (epistemológico e ontológico), conforma a população com essa posição de rebaixamento de direitos. Logo, passam a tolerar uma má qualidade de vida em virtude da expansão da atividade minerária nos territórios, ou a naturalizar as remoções porque a “Vale precisou” da área. Portanto, os distintos tipos de efeitos causados pelos derrames estão vinculados um com os outros, se conectam e potencializam.

IV

A TERCEIRA MARGEM DO RIO:
CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nessa toada de domínio da natureza, estribada na colonialidade da natureza antropocêntrica de feição europeia, que conduz para formulação e enraizamentos de mitos como “vocação minerária”, retomamos ideias anteriormente aludidas para refutar a fatalidade de um “destino mineral”.

A primeira retomada será do extrativismo econ mico e da dependência. Um lugar comum ao debatermos cidades mineiras e a atividade extrativista mineral   que as cidades dependem da minera o porque traz empregos, renda, desenvolvimento e retorno para essas cidades. Essa posi o foi reafirmada pela Prefeitura de Itabira e por vereadores⁵⁷. Conforme foi explanado em capítulos anteriores, 01 e 02, o extrativismo não produz renda e sim excedente. Analisamos o que esse lugar comum, com tom chantagista, chama de retorno e desenvolvimento.

Ao cruzarmos alguns dados e indicadores econ micos da atividade extrativista no estado de Minas Gerais e em Itabira, que serão expostos a seguir, podemos fazer algumas inferências: 1) Conforme consta nos gráficos a seguir, que expõe a Participa o percentual (%) das atividades extrativistas no Valor Bruto de Produ o (VBP), no Consumo Intermediário (CI) e no Valor Adicionado Bruto (VAB) de Minas Gerais - 2002-2016 e depois uma proje o futura seguindo a tendência apresentada. Observa-se que desde de 2013 a participa o da Indústria Extrativa no PIB Mineiro vem decaindo de forma exponencial. Uma extrapola o (curva de regressão) indica que o VAB (PIB) do setor será menor de 1% a partir de 2020.

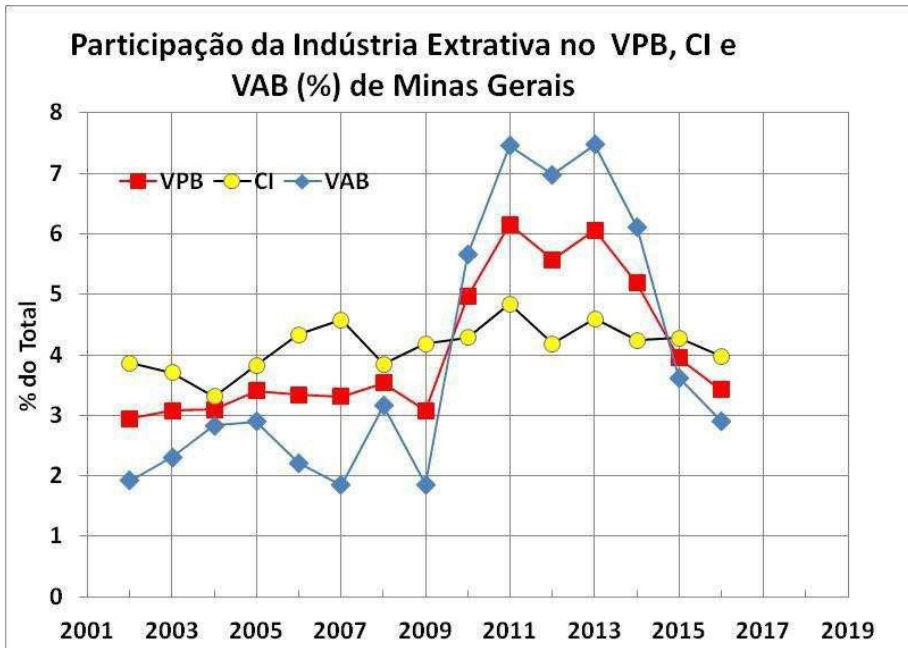


Figura 25: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2001-2019.

Fonte: Fundação João Pinheiro. <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/02/mineracao-cidade-onde-vale-nasceu-vive-cercada-por-33-vezes-o-volume-de-rejeitos-de-barragem-que-se-rompeu-em-brumadinho.html> Acessado em 20/06/2019.



Figura 26: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2011-2031.

Fonte: Fundação João Pinheiro. <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/02/mineracao-cidade-onde-vale-nasceu-vive-cercada-por-33-vezes-o-volume-de-rejeitos-de-barragem-que-se-rompeu-em-brumadinho.html>. Acessado em 20/06/2019.

Conforme defende o Engenheiro Euler Cruz, Fórum Permanente São Francisco e do Gabinete de Crise da Sociedade Civil os rompimentos de barragens poderão acelerar um pouco esta queda, mas não são a causa dela. Outro dado que reforça essa queda da participação do extrativismo na economia mineira, é da própria Fiemg, que aponta a indústria extrativa como responsável por um quarto da produção industrial de Minas e por 2,1% do PIB mineiro⁵³. Quanto ao CEFEM⁵⁴, Itabira e outros municípios do Quadrilátero Ferrífero ocupam

53 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/13/inter-nas_economia,1030118/paralisacao-de-minas-da-vale-tera-impacto-de-1-8-no-pib.shtml. Acessado em 10/06/219

54 Negrita-se que a CEFEM não tem natureza tributária, conforme entendimento do STJ (RESP 756.530/DF) e STF (RE 228.800/DF). É uma Compensação Financeira pela Ex-

posições destacadas no cenário estadual e nacional - Itabira estava no ranking das 5 maiores arrecadações de CEFEM no país no ano de 2018, segundo dados da ANM. Em que pese a posição destacada de Itabira quanto arrecadação da CEFEM e os números vultuosos que o Município garante ao seu erário em virtude disso, o mesmo desempenho e retorno não é acompanhado nos indicadores sociais. Aqui destaco a tabela nº X que compara Itabira e outros municípios de Minas Gerais com grande poder de arrecadação de CEFEM com o IDH. Itabira apesar de ser o segundo município do estado de Minas Gerais em termos de arrecadação do CEFEM, amarga a trigésima segunda posição em termos de IDH.

ploração de Recursos Minerais (CFEM), ou seja, é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico desses recursos minerais. Previsão na Constituição Federal de 1988, instituída pelas Leis nº 7.990/1990 e 8.001/1990. Foi regulamentada pelo Decreto nº 01/1991 e, a partir de então, passou a ser exigida das empresas mineradoras em atividade no país. Conforme definiu o decreto, a CFEM incide sobre o faturamento líquido, no caso da venda do minério bruto e beneficiado, ou no custo intermediário de produção, quando o produto mineral é consumido ou transformado em um processo industrial. Entretanto, com a media provisória 789/2017, na hipótese de saída por venda, passou a ser a receita bruta, deduzida apenas dos tributos incidentes sobre a venda que foram pagos ou compensados. A arrecadação da CFEM é distribuída da seguinte forma: 7% para DNPM, 0,2% para o IBAMA, 1,8% CETEM, ; 15% para o Estado onde for extraída a substância mineral; 60% para o município produtor e 15% para municípios afetados pela atividade e a extração não ocorrer em seus territórios

Município	IDHM 2011	Classificação CFEM 2011	Classificação IDHM 2011	Município	IDHM 2010	Classificação CFEM 2018	Classificação IDHM 2010
Nova Lima	0,813	1	1	Vazante	0,742	21	53
Itabira	0,756	2	32	Bela Vista de Minas	0,674	22	396
Congonhas	0,753	3	36	Alvorada de Minas	0,572	23	826
Itabirito	0,73	4	85	Arcos	0,749	24	42
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,667	5	451	São Lourenço	0,759	25	26
Mariana	0,742	6	52	Nazareno	0,69	26	289
Brumadinho	0,747	7	44	Pedra Azul	0,627	27	676
Conceição do Mato Dentro	0,634	8	629	Antônio Dias	0,645	28	578
Itatiaiuçu	0,677	9	377	Barão de Cocais	0,722	29	121
Paracatu	0,744	10	48	Mateus Leme	0,704	30	208
Ouro Preto	0,741	11	57	Pains	0,728	31	95
Belo Vale	0,655	12	516	Conceição do Pará	0,7	32	228
Rio Piracicaba	0,685	13	322	Porteirinha	0,651	33	540
Sabará	0,731	14	81	Passa Tempo	0,687	34	311
Araxá	0,772	15	14	São Sebastião da Vargem Alegre	0,66	35	492
Catas Altas	0,684	16	326	Mário Campos	0,699	36	232
Tapira	0,712	17	162	Riacho dos Machados	0,627	37	677
Sarzedo	0,734	18	73	Piracema	0,646	38	576
Santa Bárbara	0,707	19	192	Itaú de Minas	0,776	39	10
Patrocínio	0,729	20	89	Desterro de Entre Rios	0,639	40	604

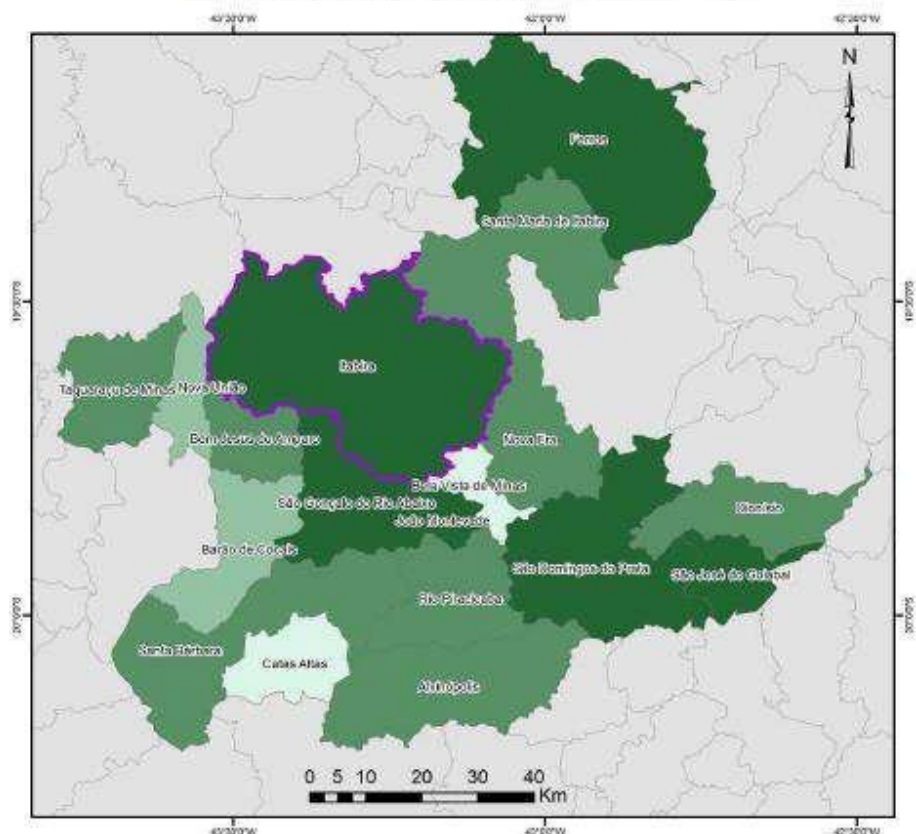
Figura 27: Arrecadação dos municípios.

Fonte: ANM Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/moiores_arrecadadores.aspx. Acesso em junho de 2019.

Outro indicador que corrobora nesse sentido de contradição de indicadores de desenvolvimento econômico e social é o índice de Gini⁵⁵. A análise do Mapa nº X evidencia que Itabira é uma das cidades que mais concentra renda e mais desiguais da sua região. Portanto, os frutos do desenvolvimento econômico do extrativismo minerário não é distribuído de maneira parcimoniosa entre os itabiranos.

55 O índice de Gini mede o grau de desigualdade dentro de uma determinada unidade espacial, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 (desigualdade é máxima, ou seja, um só indivíduo concentra toda a renda produzida dentro desta unidade espacial).

Mapa 11: Mapa do Índice Gini Microrregião de Itabira – 2010



Legenda

Microrregião de Itabira

Índice de Gini (2010)

0,39 - 0,40
0,41 - 0,42
0,43 - 0,47
0,48 - 0,52

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal - SAD 69

Fonte dos Dados:
Malha Municipal Digital - IBGE 2007
Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Figura 28: Mapa do índice de Gini, microrregião de Itabira. 2010. Fonte: Fundação Israel Pinheiro (2014).

Por fim, apontamos os dados sobre empregos diretos e postos de trabalho gerados pela atividade extrativista minerária. A partir dos da-

dos dos Gráficos X e X, observa-se que desde 2013 está redução constante tanto em Minas Gerais quanto em Itabira. No caso Itabirano em que há hegemonia da Vale, a empresa reduziu vertiginosamente o seu quadro de empregados. Entre os anos de 1988 e 1998 evaporou 170 mil postos de trabalho, de 1990 a 1997, o número de postos de trabalho regulares na empresa passou de 4.189 para 2.112. Em 1999, após a privatização, os postos de trabalho diretos chegaram apenas a 1.701 (COELHO, et al. 2015).



Figura 29: Empregos diretos do Setor Mineral. Dados sobre Minas Gerais. 2009-2017.

Fonte: Ministério do Trabalho (CAGED).

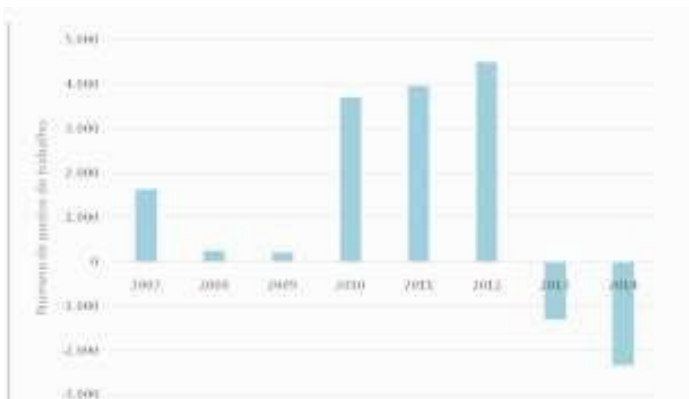


Figura 30: Variação no número de postos de trabalho em Itabira (admissões menos demissões).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2016). Elaborado por: GUIMARÃES E MILANEZ. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 41, p. 215-236, Agosto 2017.

O segundo ponto que retomamos são os efeitos derrames nos territórios. Os “derrames” socioambientais são onerosos demais, o que por si só já inviabilizaria os empreendimentos extrativista minerário. Mas, se levarmos em conta ainda com os “retornos” que na verdade, após análise dos dados apresentados, são os resquícios ou migalhas dos excedentes da atividade minerária, nem na perspectiva economicista se sustenta. Portanto, é uma falácia afirmar que a cidade é dependente da atividade extrativista, que ela traz empregos, renda, desenvolvimento e retornos, logo há um inelutável “destino mineral”. Ao contrário, o neoextrativismo que é dependente do mercado financeiro, também depende dos territórios que invadem. Os processos do mercado financeiro tratam de uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios. A perpetuação dessa lógica colonial extrativista instiga conflitos fundiários, contamina as bacias hídricas e esgota os recursos naturais. Nesses contextos, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, removendo comunidades e assim promovendo des-

territorialização. Podemos ilustrar tais asserções através dos processos de remoções forçadas em Itabira que não são ações isoladas, mas sim práticas reiteradas e alimentadas pelo extrativismo ao longo tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); E em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Portanto, a cidade, Itabira, torna-se o palco dos conflitos, da exposição das contradições, da materialização das relações de poder assimétricas, um cenário propício para emergir disputas, resistências, insubmissões e lutas. Nesse sentido, reafirma-se o direito à cidade, no mesmo entendimento da Carta Mundial do Direito à Cidade, emergindo como a garantia de um direito coletivo, em especial dos grupos vulneráveis e subalternizados, para lhes conferir legitimidade de ação, organização e insubmissão, com suas próprias formas visando o pleno exercício à livre autodeterminação e a um padrão de vida digno. Sendo assim, legítimos são os enfretamentos, resistências e insubmissões que o povo itabirano historicamente travou no território frente a colonização e ao neoextrativismo, através dos Quilombos, das Greves, dos Encontros de Cidades Mineiras, das insurreições poéticas e acadêmicas, como também das organizações da sociedade civil itabirana vem pautando contemporaneamente, conforme foi exposto no capítulo anterior. Há questões inerentes ao setor extrativista que limitam consideravelmente o surgimento e consolidação de outros setores alternativos. Assim, entender em maior profundidade o caso de Itabira torna-se imperativo para debater a superação do modelo baseado em extração mineral (MILANEZ, 2017).

Coloca-se os conflitos e disputas pelo território, que faz florescer debates sobre o tipo de cidade que queremos e que tipo de extrativismos, ou quiçá, de pós-extrativismos lidaremos. Urge pensar um novo modelo em que atenda as demandas da maioria, com uma regulação ambiental e social e ao mesmo tempo consinta com a coexistência outras formas de vida. A posição de mineradoras derramando vários efeitos compensando socialmente, através de algumas partículas de excedentes da extração é irrisório. Possíveis caminhos podem ser pro-

jetados, nesse entendimento faz necessário discutir o desenvolvimento em sua integralidade. Qual deve ser o papel do Estado? Qual a nossa demanda real por minerais? Qual a nossa demanda real por energia? Necessitamos ter todo esse setor extrativista minerário? A discussão está totalmente distorcida porque a finalidade principal dos setores extrativos não é resolver as necessidades nacionais e regionais, mas, sim converter o máximo que puder em matéria de exportação. Um instigante contraponto é apresentado pelo Centro Latino Americano de Ecologia Social (CALES) que coloca como estratégia a reorientação do desenvolvimento para as necessidades nacionais e regionais. Por exemplo, uma estratégia de desenvolvimento que alimente os povos da região andina, assegurando bem estar, moradia, saúde, educação e permanecem nichos que podem ser os produtos exportáveis, depois de atender a satisfação e necessidades nacionais e regionais. Será possível subverter a lógica da globalização? É possível atender primeiro as necessidades locais e regionais para depois as globais? Não só possível como inevitável, pois, o minério é esgotável, assim, como outros extrativismos como o petróleo. Atender primeiro as demandas nacionais para desenganchar da globalização e não depender tanto da exportação de matéria prima do extrativismo. Uma integração séria, de compartilhar e coordenar cadeias produtivas, compartilhar e coordenar a produção. Porém, vivemos um drama de integração latino americano em que os países seguem competindo entre si na exportação de matérias primas. Um caminho possível é comercializar entre nós, países do sul global, com cadeias produtivas compartilhadas.

Ademais, acrescenta-se que a maioria dos setores recebe subsídios estatais. Porque inverter a exonerações tributárias⁵⁶, ou presen-

56 Lei Kandir, lei complementar brasileira nº 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil isenta de tributos as operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS), principalmente, os produtos e serviços destinados à exportação. A lei que veio na esteira da privatização dos recursos naturais brasileiros sancionada pelo presidente em exercício a época, Fernando Henrique Cardoso, leva o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir. (COELHO, et. al. 2015) Estima-se que a desoneração do ICMS provocada pela lei Kandir já subtraiu dos cofres mineiros mais de R\$ 135 Bilhões. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/05/interna_politica,1074806/minas-tenta-hoje-acordo-para-receber-r-135-bi.shtml. Acesso em maio/2019.

tear o acesso a terra, brindar o acesso a energia barata a todo setor extrativista? Por que não inverter uma conversão produtiva, fazendo que novos setores atenda melhor nossas demandas, e gerem menos dependência aos mercados globais?

Está ocorrendo uma movimentação institucional e da sociedade civil em pautar uma maior presença estatal nesse processo, visando uma melhor regulação social e regulação ambiental. No embalo da pressão popular sobre as responsabilizações dos crimes ambientais ocorridos no estado de Minas Gerais recentemente, foi sancionada a lei 23.291, A norma é resultado do projeto de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” e estabelece a Política Estadual de Segurança de Barragens, uma série de mudanças que aumentam a rigidez na fiscalização da atividade mineradora em Minas Gerais⁵⁷. No âmbito federal, a Câmara dos Deputados aprovou quatro das nove propostas da Comissão Externa Desastre de Brumadinho para um novo marco regulatório da mineração no Brasil, que agora seguem para aprovação no Senado. As Proposições Legislativas incidem sobre licenciamento ambiental, tributação, prevenção de desastres, tipificação penal do crime de ecocídio e proteção dos direitos das populações atingidas por rompimento de barragens⁵⁸.

Isto posto, uma alternativa que vai nessa mesma linha é ao pensarmos em desenvolvimento, colocarmos em primeiro lugar as necessidades das pessoas, qualidade e modos de vida. Necessário pensar em maior controle social ou cidadão dos extrativismos e do próprio Estado. Acolher os desafios de alternativas plurais que varia de cada terri-

57 Entre as mudanças podemos citar alguns avanços como: 1) as empresas deverão apresentar um plano de recuperação socioambiental em caso de desastres e também para a desativação da estrutura. E, antes que a licença prévia seja concedida, a documentação será apresentada à população; 2) A construção de barragens deve ser a última opção das empresas, caso não haja absolutamente nenhuma solução melhor que a construção desse tipo de estrutura; 3) Nenhuma nova barragem a montante – modelo das duas barragens que se romperam em Minas Gerais – poderá ser construída. As que já existem não poderão ser ampliadas e deverão ser descaracterizadas em até três anos.

58 Projetos de Lei aprovados na Câmara: PL nº 2.787/2019, PL nº 2.788/2019, PL nº 2.790/2019, PL nº 2.791/2019; Projetos de Lei em tramitação na Câmara: PLP nº 127/2019, PL nº 2.785/2019, PL nº 2789/2019

tório, de cada contexto histórico, contexto político, não pensar apenas em receitas. Romper com o niilismo de que não há outra opção senão o “destino mineral”. Nessa toada reafirma-se o direito à cidade na perspectiva que (HARVEY, 2013) apresenta, como também um direito de mudar a cidade de acordo com os nossos desejos, aponta a questão do tipo de cidade que desejamos ser inseparável da questão do tipo de pessoas que desejamos nos tornar. Nesse ponto intersecciona com os pensamentos descoloniais. Negrita-se que os pensamentos descoloniais que apresenta a possibilidade de coalizações epistêmicas e coexistências de modo ser e viver. Não consiste em um novo modelo de pretensão universalizante, que se colocaria como válido e verdadeiro, pois supera os demais previamente existentes; ao contrário, ao propor coalizações e desobediências epistêmicas, o que se coloca é alterar o vetor que privilegia o princípio de destruição da vida para o princípio de respeito a todas formas de vida. Fundamentados no princípio da correspondência e do bem viver⁵⁹.

59 Trata-se de uma cosmovisão construída ancestral construído pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. O Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. (SAMPAIO, ALCÂNTARA, 2017) Para um debate mais aprofundado ver Lajo, Javier. 2010. Sumaq Kaway-Ninchik o Nuestro Vivir Bien. Revista de la Integración, 5: 112-125.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2002.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt

BARTON, J. R. **Eco-dependency in Latin America**. **Journal Singapor of Tropical Geography**, v. 27, n. 2, p. 134-149, 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00249.x> >

BOULOS, Guilherme. **Porque Ocupamos? Uma introdução à luta dos Sem-Teto**. São Paulo, Editorial Scortecci, 2012

BRITTO, Maria Silveira Gonçalves. **O ferreiro e a forja no universo da escravidão: experiência de homens de cor nas Minas do Ferro escravista**. XVIII Encontro Regional(ANPUH-MG). 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340714778_ARQUIVO_Oferreiroeafortjanouniversodaescravidao.pdf

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **El capítulo faltante de Imperio La reorganización posmoderna de la colonialidad en el capitalismo posfordista**. Multitudes 26. Automne 2006. Disponível em: <http://www.multitudes.net/El-capitulo-faltante-de-Imperio-La/>

CHESNAIS. (1996). **Mundialização do Capital**. . São Paulo: Xamã.

COELHO, Tádizo Peters; ZONTA, Marcio(Org.); TROCATE, Charles(Org.). **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado.** A questão mineral no Brasil- vol. 1. Marabá: Editora Iguana, 2015

COSTA, Geraldo Magela.; **Processo de formação do espaço das cidades mono- industriais** - um estudo de caso / dissertação (Mestrado em Engenharia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro, 1979.**

COSTA, Ana Cláudia Cunha; **Regulação do setor minerário: uma abordagem histórica e análise dos aspectos jurídicos e econômicos a serem considerados em uma proposta de reforma.** Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2015

ENGELS, Friedrich, Kautsky, Karl. **O Socialismo Jurídico. Boitempo, 2012. (p.20)**

FERREIRA, Ana Gabriela Chaves; **Mineração em serra tanto bate até que seca** A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Editora IBGE, São Paulo, 1959. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. **Acesso em: 25/07/2016.**

FERNANDES, Edésio. **Constructing the 'right to the city' in Brazil. Social legal studies,** no. 16: 201-219, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - **Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação. Itabira e a Política de Recursos Minerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981

GROSGOUEL, RAMÓN - **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008

_____**Do «extrativismo económico» ao «extrativismo epistêmico» e «extrativismo ontológico»: uma forma destrutiva de conhecer, ser e estar no mundo.** *Tabula Rasa* [online]. 2016, n.24, pp.123-143. ISSN 1794-2489.

GUDYNAS, E. **Extractivismos – Ecología y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza.** Cochabamba: CEDIB - 2015

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais nº47, 2005.

_____(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 3. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Hucitec, São Paulo, 1980

_____**Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____(2013). *Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana.* Madrid: Akal.

_____A Liberdade da Cidade: —In-: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. Cidades rebeldes, São Paulo, Boitempo, 2013, (pag. 27 a 34).

HOBSBAWN, E. (2003). *A era dos extremos O breve século XX 1914-1991*. São Paulo:Companhia das letras.

IBASE.Carajás: **o Brasil hipoteca seu futuro**. Achiamé: Rio de Janeiro, 1983.

Katz, C. (2014 de julio de 16). ¿Qué es el neo-desarrollismo? II- Una visión crítica. Argentina y Brasil. Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. Acesso em 2019, disponível em <https://katz.lahaine.org/que-es-el-neo-desarrollismo-ii-una-vision-critica-argentina-y-brasil/>

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG - Humanitas, 1999.

LUXEMBURGO, R. (2010). *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Editora Expressão popular.

MARICATO. **Metrópole, legislação e desigualdade**. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>

MARINI, Ruy Mauro. *Acerca del Estado en América Latina*. Havana, 1991. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/030_estado_es.htm.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os homens de ferro: estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora Dois Pontos, 1986.

_____**De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2004.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de lá descolonialidad. Buenos Aires - Ediciones del Signo. 2010

_____**Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica.** Revista de filosofía. Vol. 74, N° . 2, 2013. Pág. 7-23.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133

PACHUKANIS, E.B. Teoria Geral do Direito e Marxismo. Editora acadêmica. 1998.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa.** In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo: FIESP; IEDI, ago. 2005

PAULANI, L. M. **A dependência redobrada: le monde diplomatique Brazil.** 61 ed. 2012, in: <https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/>> Acesso em: 20 Maio. 2017.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa- presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro, Editora J. Zahar, 1998

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidad y Modernidad-Racionalidade**”. In: **BONILLA, Heraclio. Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447

_____. Pólo Marginal y mano de obra marginal. Em D. A. Clímaco, *Antología esencial de la dependencia histórica-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. (pp. 125-171). Buenas Aires: Clacso. 2014

RESTREPO, Eduardo e ROJAS, Axel (2010). **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Editorial Universidad de Cauca.

RIGOTTO, M., AGUIAR, RIBEIRO (Orgs). *Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. **Edições UFC. Fortaleza, 2018**

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília, 2015.

SVAMPA. M. (2015) Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. In *Latin America South Atlantic Quaterly*; Duke; Volume 114 p. 65-82

SAINT-HILAIRE, A. “**Itabira do Mato Dentro, jornada de Itabira a Vila do Príncipe**”. In: *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minasgerais-t-1>. Acesso em.

SOUZA, Maria das Graças e Silva. **A “terceira Itabira”: os espaços políticos, econômico, socioespacial e a questão ambiental**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de Souza. **Urbanização e produção social de conflitos em Itabira: dominação e exploração na e pela (des)construção do espaço urbano - o caso da Vila Paciência**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 104, p. 93-109, 2016.

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do Mundo. Drummond e a mineração*. Companhia das Letras. São Paulo, 2018

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs) **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. “Introdução”. In:

ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: ANNABLUME, 2016.